



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

ALINE DIAS FERREIRA DE JESUS

O PAPEL DA JUVENTUDE NA AGRICULTURA FAMILIAR NA ZONA SUL DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

2016

ALINE DIAS FERREIRA DE JESUS

O PAPEL DA JUVENTUDE NA AGRICULTURA FAMILIAR NA ZONA SUL DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Ambiente, Sustentabilidade e Território”.

Orientador: Clifford Andrew Welch.

SÃO PAULO

2016

ALINE DIAS FERREIRA DE JESUS

O PAPEL DA JUVENTUDE NA AGRICULTURA FAMILIAR NA ZONA SUL DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Ambiente, Sustentabilidade e Território”.

Orientador: Clifford Andrew Welch.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Clifford Andrew Welch (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” - UNESP)

Profa. Dra. Valéria de Marcos (Universidade de São Paulo - USP)

Prof. Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita filho” - UNESP)

São Paulo, 06 de julho de 2016.

Jesus, Aline Dias Ferreira de.

J585 O papel da juventude na agricultura familiar na Zona Sul do município de São Paulo / Aline Dias Ferreira de Jesus. – São Paulo, 2016.
153 f.: il. ; 30 cm.

Orientador: Clifford Andrew Welch.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial), 2016.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Agricultura familiar – São Paulo (Cidade). 4. Trabalhadores rurais – São Paulo (Cidade). 5. Brasil – Sociologia rural. 6. Juventude rural. I. Título.

CDD 301.35098161

*À minha irmã Patrícia Ferreira (in memoriam), que teve uma breve
passagem por esse mundo, mas que nos presenteou com quatro joias
(Thaiara, Mayara, Lucas e Júlia).*

Aos meus pais, Osny e Janete, por me apoiarem sempre.

Às minhas irmãs Jaqueline e Carine, por serem minhas amigas e meus exemplos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, como não poderia deixar de ser, tenho que agradecer a Deus por toda força que me deu para que eu não desanimasse, apesar das dificuldades encontradas no meio do caminho.

À intercessão de Nossa Senhora Aparecida, que como uma mãe boa, não poderia deixar de interceder pela sua filha junto ao Pai.

Aos meus pais, Osny e Janete, por estarem sempre ao meu lado, por me ensinarem os verdadeiros valores da vida, por me amarem do jeito que sou, por me proporcionarem ter a melhor família do mundo; enfim, por tudo. Só tenho a agradecer: MUITO OBRIGADO, PAI! MUITO OBRIGADO, MÃE! Desculpem-me pelas ausências que o estudo me exigiu, amo vocês.

Às minhas amadas irmãs, Jaqueline e Carine, suportaram minhas chatices; que são meus exemplos de vida, grandes mulheres, inteligentes, divertidíssimas e guerreiras!

Aos meus sobrinhos pentelhos, mas que sem eles a vida não teria graça, por ordem de chegada: Thaiara, Mayara, Lucas, Júlia e Maria Clara, amo vocês!!!

Não poderia deixar de agradecer também meu cunhado Bruno, mais conhecido com “Jamanta” por toda ajuda dada ao longo dessa trajetória.

Minhas queridas e amadas avós (Maura e Marilda) e toda minha família.

Ao meu grande amigo, Paulo Vinicius, mais conhecido como “Grafite”, por ter me incentivado a entrar no mestrado e pela ajuda dada ao longo do curso, muito obrigada!

A todos os jovens filhos, netos ou cooperados que me ajudaram, doando-se para as entrevistas. Sem vocês esse trabalho não aconteceria.

A todos os agricultores da região pesquisada, por sempre me fazerem sentir parte da família, por todos os almoços, dias de campo entre outros.

Ao Engenheiro agrônomo Cristiano Mendes e ao Engenheiro Ambiental Robson por me receberem desde quando ia à CAE para fazer trabalho voluntário durante as minhas férias até a vaga de estágio surgir, obrigada por confiarem no meu trabalho.

Aos técnicos que já passaram e aos que estão presente na CAE – Parelheiros (vou nomear em ordem alfabética para não me comprometer), Cristiano José Gomes, Jair Medeiro e Idee Francisca de Moraes, por todo apoio, por estarem sempre ao meu lado e por torcerem por mim e pela minha família, só tenho que agradecer a vocês por toda compreensão ao longo do mestrado, obrigada por todo aprendizado!

A todos do Departamento de Agricultura e Abastecimento ligado à Cosan

(Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE), muito obrigado a todos!).

À minha querida amiga Débora.

Ao Gerson, por me ensinar que devemos lutar sim por um mundo melhor e mais justo.

À turma José Carlos Mariátegui por todo aprendizado transmitido.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por me ensinarem que o coletivo é sempre mais forte que o individualismo.

Aos amigos do GEAU, por me fazerem acreditar que minha experiência em campo era tão importante quanto à teoria dos livros e pela força dada ao longo de toda caminhada.

À coordenadora dos bolsistas da Companhia de Dança Cia Terra, professora Juliana, por ter sido sempre tão compreensiva com as minhas ausências nas aulas.

À Juliane, à Karina, ao Denny, Carlos, Maria, Marlene, além de grandes amigos foram meus fiéis torcedores.

Ao meu orientador Prof. Dr. Andrew Clifford Welch, por não ter desistido de mim.

A todas as pessoas que passaram por minha vida ao longo da jornada.

Ao CNPQ pelo apoio financeiro que tornou possível a realização deste trabalho de pesquisa.

Enfim, a todos, o meu MUITO OBRIGADA!!!

“Don't worry, just be happy” – Bob Marley.

“Tudo posso naquele que me fortalece” – Filipenses 4:13

RESUMO

Para a reprodução de qualquer atividade, a participação de novas gerações é essencial. Esta condição humana é especialmente verdadeira na pequena agricultura familiar, onde a produção depende da mão-de-obra familiar. A agricultura periurbana do município de São Paulo apresenta desafios especiais para garantir a participação dos jovens, considerando a diversidade de alternativas oferecidas ou percebidas nestes locais bem como as dificuldades apresentadas pela competição para o uso da terra. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é identificar as funções e perspectivas da juventude na agricultura familiar desenvolvida na zona sul do município de São Paulo. Para isso, metodologicamente, a coleta dessas informações se deu com a aplicação de um questionário aplicado em campo com os jovens cooperados e/ou filhos, netos de agricultores que fazem parte da Cooperapas. A agricultura resulta em um importante fluxo econômico, pois possibilita a geração de trabalho e renda na região que é considerada uma das mais pobres do município de São Paulo. Porém, ultimamente tem se observado uma abstinência dos jovens ao trabalho na agricultura. Dentre os principais motivos destacam-se: (1) falta de identidade com a produção agrícola; (2) proximidade da região com os grandes centros urbanos, o que resulta em um êxodo rural diário em virtude da ocupação de subempregos; (3) repulsa dos patriarcas da família em seus descendentes seguirem aquele trabalho, motivados pelo anseio de seus filhos estudarem e se destacarem em outras áreas de conhecimento (devido a diversas dificuldades encontradas na lavoura); (4) frustração dos jovens a colocar seus pontos de vistas em relação a estrutura produtiva e administrativa da propriedade agrícola; (5) dificuldade de acesso às políticas públicas de fomento a agricultura familiar, entre outros. Apesar de toda dificuldade relatada por esse jovem, percebeu-se através da pesquisa que há uma intenção desse jovem em permanecer no campo.

Palavras-chave: Agricultura familiar – São Paulo (Cidade). Trabalhadores rurais – São Paulo (Cidade). Brasil – Sociologia rural. Juventude rural.

ABSTRACT

In order to reproduce a system, the participation of new generation is crucial. This human condition is especially real in small family farming, where the production depends on the family workforce. The agriculture outlines challenges to ensure the youth participation, taking in consideration the diversity of alternatives offered or taken in these places, as well as the struggles presented by the competition to use the land. The agriculture results in an important economic flow because it enables creation of job and income in the district, which is considered one of the poorest in Sao Paulo County. However, lately it has been noticed an abstinence of the youth related to work in agriculture. Among all the main reasons states: (1) the lack of identity with farming production; (2) proximity to big cities, which results in a daily rural exodus due to the occupation in sub-works; (3) The chief family repulsion for their descending follow this farming path motivated by the urge of their children study and be leading in other areas of knowledge. (5) Complexity to access the public politics related to family farming and others. That's why the goal of this paperwork is identify the role of the youth inside the family agriculture developed on the south side of Sao Paulo County.

Keywords: Family Agriculture – São Paulo (City). Rural Workers – São Paulo (City). Brazil – Rural Sociology. Rural Youth.

RESUMEN

Para la reproducción de cualquier actividad, la participación de las nuevas generaciones es esencial. Esta condición humana es especialmente cierto en las pequeñas granjas familiares, donde la producción depende de la familia mano de obra. La agricultura periurbana en Sao Paulo presenta desafíos especiales para garantizar la participación de los jóvenes, teniendo en cuenta la diversidad de alternativas ofrecidas o percibidas en estos lugares, así como las dificultades presentadas por la competencia por el uso del suelo. La agricultura produce un importante flujo económico, por lo tanto, permite la generación de empleo e ingresos, en lo que se considera una de las más pobres de la ciudad de Sao Paulo. Pero últimamente se ha visto una retirada de los jóvenes para trabajar en la agricultura. Las razones principales son: (1) falta de identidad con la producción agrícola; (2) la proximidad de la región con los grandes centros urbanos resultantes en un éxodo rural diario debido a la ocupación de subempleo; (3) la repulsión de los patriarcas de la familia en su descendencia se sigue que el trabajo, motivada por el deseo de que sus hijos a estudiar y sobresalir en otras áreas del conocimiento (debido a diversas dificultades encontradas en la agricultura); (4) la frustración de los jóvenes para poner sus puntos de vista en relación con la producción y la estructura administrativa de la granja; (5) la dificultad de acceso a las políticas públicas para promover la agricultura familiar; entre otros. Por lo tanto, el objetivo de este estudio es identificar los roles y perspectivas, juventud en la agricultura familiar desarrollado en la zona sur de Sao Paulo.

Palabras-clave: Agricultura Familiar - Sao Paulo (Ciudad). Los trabajadores rurales - Sao Paulo (ciudad). Brasil - Sociología Rural. Jóvenes rurales

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Primeiras ocupações.....	21
Figura 2 – Evolução no tempo da zona sul do município de São Paulo.....	22
Figura 3 – Construção das represas.....	24
Figura 4 – Chegada dos migrantes nordestinos entre outros.....	25
Figura 5 – Mancha urbana consolidada.....	32
Figura 6 – Definição de agricultura urbana.....	35
Mapa 1 – Macrozona de proteção Ambiental, delimitada pela cor verde escura.....	36
Mapa 2 – Zona rural.....	38
Foto 1 – Ocupação irregular em áreas de mananciais – Grajaú.....	42
Foto 2 – Ocupação irregular vizinha ao Sistema Agroflorestal do avô de um dos jovens Entrevistados – Parelheiros.....	42
Foto 3 – Impactos da implantação do Rodoanel Trecho Sul.....	43
Figura 7 – Zona rural e macrozona de proteção e conservação ambiental do município de São Paulo.....	44
Foto 4 – Paineira derrubada em Parelheiros para construção de um provável centro comercial (Outubro, 2015).....	45
Foto 5 – Paineira derrubada em Parelheiros para construção de um provável centro comercial (Outubro, 2015).....	45
Figura 8 – Pagamentos por serviços ambientais na Mata Atlântica.....	48
Figura 9 – Regularização Fundiária.....	49
Gráfico 1 – Distribuição da área plantada pelos agricultores rurais.....	55
Gráfico 2 – Produção em hectares.....	57
Gráfico 3 – Áreas dos estabelecimentos agrícolas.....	58
Gráfico 4 – Porcentagem de participação da agricultura na renda mensal dos agricultores.....	59
Gráfico 5 – Utilização de mão de obra nos estabelecimentos rurais.....	60
Gráfico 6 – Informatização dos estabelecimentos rurais.....	61
Gráfico 7 – Filiação de produtor à organizações sociais ligadas a agricultura.....	62
Gráfico 8 – Diagnóstico ambiental das propriedades rurais.....	63
Gráfico 9 – Área dos agricultores protocolados, que necessita de recuperação ambiental na região.....	65
Figura 10 – Resumo do histórico referente à Legislação relacionada à agricultura familiar....	74
Figura 11 – Resumo do histórico referente à Legislação relacionada à agricultura familiar....	75

Figura 12 – População no campo e população nas cidades.....	97
Gráfico 10 – Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo o nível de instrução – Brasil, 2010.....	106
Gráfico 11 – Percentual de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto na população de 25 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo os grupos de idade – Brasil, 2010.....	107
Gráfico 12 – Pessoas residentes em domicílios particulares que frequentavam escola ou creche em outro município, em relação ao total de pessoas residentes em domicílios particulares que frequentavam escola ou creche, por situação do domicílio, segundo as classes de rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> Brasil – 2010.....	108
Gráfico 13 – Evolução da Matrícula Inicial por Rede de Ensino – Ensino Médio.....	109
Figura 13 – Os avanços legais no Brasil e no mundo.....	112
Mapa 3 – Centros culturais, Casa de Cultura, Espaços Culturais, Galeria de Arte e Museus no município de São Paulo, 2013.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Histórico da execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no período entre 2003/2012.....	70
Tabela 2 – Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente do agricultor familiar para o PANE.....	72
Tabela 3 – População residente de jovens de 15 a 29 anos de idade.....	90
Tabela 4 – Perfil dos jovens (cooperados, filhos e/ou netos dos agricultores cooperados) da zona Sul do município de São Paulo.....	91
Tabela 5 – Estatística do eleitorado por sexo e faixa etária.....	97
Tabela 6 – População por faixa etária residente em domicílio rural no Brasil (2003-2011)...	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAO	Associação de Agricultura Orgânica
APA	Área de Proteção Ambiental
Cati	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CEASA	Central de Abastecimento
CEDESP	Anna Lapini – Centro de Desenvolvimento Social e produtivo
CESIT	Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural sustentável
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
COOPERAPAS	Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa de São Paulo
COSAN	Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional
CPJR	Comitê Permanente de Juventude Rural
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
DAA	Departamento de Agricultura e Abastecimento
DAE	Departamento de Alimentação Escolar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GTJR	Grupo de Trabalho em Juventude Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IE	Instituto de Economia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFOPEN	Sistema Integrado de Informação Penitenciária
IPEA	Instituto de Pesquisa Economia Aplicada
IVJ	Índice de Vulnerabilidade Juvenil
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MJSP	Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo
NEPO	Núcleo de Estudos de população
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa Ação Cultural
PDE	Plano Diretor Estratégico

PIB	Produto Interno Bruto
PMAJ	Programa Mundial de Ação para a Juventude
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
POT	Programa Operação Trabalho
PPAIS	Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social
Pronacampo	Programa Nacional de Educação no Campo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
SDTE	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo
SIGAM	Sistema Integrado de Gestão Ambiental
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SMA	Secretaria do Meio Ambiente
SME	Secretaria Municipal de Educação
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SVMA	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 DINÂMICA TERRITORIAL DA REGIÃO.....	18
2.1 Introdução.....	18
2.2 Histórico da colonização do território.....	19
2.3 Importância ambiental da região.....	26
2.3.1 Meio físico.....	28
2.3.2 Meio Biótico.....	29
2.4 Importância da agricultura para o desenvolvimento regional.....	33
2.5 Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.....	35
3 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO.....	49
3.1 Introdução.....	49
3.2 Diagnóstico da produção agrícola da zona Sul do município de São Paulo.....	54
3.3 Políticas públicas e a agricultura familiar na zona sul do município de São Paulo.....	66
3.4. Juventude, meio ambiente e agroecologia.....	76
4 JUVENTUDE RURAL NA CAPITAL.....	87
4.1 Introdução.....	87
4.2 Perfil dos jovens pesquisados – análise qualitativa das informações obtidas.....	88
4.3 Importância da juventude na agricultura.....	97
4.4 Situação da juventude atual.....	109
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	126

1 INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo é conhecida por ser umas das maiores cidades do mundo devido sua forte influência econômica, pelas transações comerciais feitas em bairros, como a Avenida Paulista, Oscar Freire, Berrini, Morumbi, ente outros. No entanto, a cidade de São Paulo, que já é conhecida pelos aspectos apontados acima, deve ser (re)conhecida por apresentar um outro lado que contrapõe à urbanização que lhe é característica.

O outro lado ainda pouco conhecido está localizado no extremo Sul do Município de São Paulo, mais precisamente pelas áreas pertencentes às subprefeituras de Capela do Socorro e Parelheiros (vide ANEXO 1), onde estão localizados os distritos do Grajaú e Marsilac, rodeados de bairros menores (Ilha do Boroé, Chácara Santo Amaro, Jaceguava Embura, entre outros) onde a agricultura resiste e persiste apesar das dificuldades.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) essa área representa 25% do território da cidade de São Paulo. Nessa porção do território há remanescentes de vegetação nativa da Mata Atlântica, três bacias hidrográficas Billing's, Guarapiranga e Capiva-Monos, que são abastecidas pelas inúmeras nascentes presentes na região; possuem duas áreas de proteção ambiental (APA Bororé-Colônia e Capivari-Monos), características essas que dão a área em questão uma relevante importância ambiental.

A ocupação do território se deu primeiramente pela presença de índios guarani presentes no local, hoje através das aldeias Tedondé-Porã e Kurucutu, que estão sendo difundidas pelos indígenas em outras aldeias como a Brilho do Sol. A agricultura na região começou a ser praticada primeiramente através das chegadas dos imigrantes alemães e japoneses em sua maioria e posteriormente por migrantes vindos de todo país, mais expressivamente os nordestinos.

Na região são desenvolvidas atividades agrícolas tais como: horticultura, fruticultura, produção de plantas ornamentais e medicinais, entre outros; há também extração mineral e vegetal. De acordo com o Departamento de Agricultura e Abastecimento (DAA), pertencente à Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN), da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE), há na região mais de 400 famílias que exercem a atividade agrícola. O DAA ressalta que esses números foram baseados nos cadastros feitos até 2012, se atualizado para 2016 esses dados devem ser ainda maiores, mais expressivos, evidenciando a importância da agricultura familiar na região.

A relação entre campo, cidade, rural e urbano é uma discussão que nunca terá fim, pois

tal debate deve acompanhar as mudanças que ocorrem tanto em esfera local quanto global e que envolvem o tema. Porém, é necessário que tal discussão não se pautem nas diferenças de cada conceito e torne-os isolados, através de um debate dicotômico, quando na verdade há uma necessidade do debate realizado localmente, respeitando as características de cada território, permeando sempre a proximidade com o centro urbano, a cidade que, no caso em questão, trata-se de uma das maiores do mundo, como já mencionado, que é a cidade de São Paulo, na tentativa de chamar atenção e reconhecer a importância para o campo, para o rural presente nesse território.

A agricultura praticada na região é em sua maioria de caráter familiar, em que os filhos possuem uma grande importância no auxílio dos pais para manterem a atividade. Muitos desses jovens são responsáveis por tarefas além da produção em campo, como a comercialização, venda e até cobrança dos consumidores. Dessa forma, a juventude rural presente na região desempenha um importante papel para agricultura, papel esse não (re)conhecido até o momento, portanto, sabendo da importância dessa juventude e com o objetivo de tirá-los da invisibilidade a pesquisa foi elaborada.

Quando falamos em invisibilidade não estamos nos referindo à temática da juventude rural, pois sabemos que há vários estudos já realizados principalmente feitos pelos sociológicos, antropólogos, entre outros pesquisadores de diversas áreas. Autores como Novaes (1998), Castro (2009), Carneiro (2007), Wanderley (2007) e tantos outros que contribuíram para a ampliação da temática como objeto de investigação acadêmica e são citados no decorrer do texto.

Entretanto, a inviabilidade que nos é chamada atenção é a da falta de (re)conhecimento da juventude rural presente na cidade de São Paulo. Esperamos que com a pesquisa a juventude pesquisada saia da invisibilidade e sejam reconhecidos como sujeitos de direitos. Além disso, que a presente pesquisa possa contribuir para futuras pesquisas sobre o tema.

Sendo assim, o objetivo da pesquisa é avaliar a influência da juventude na estrutura da produção agrícola familiar e urbana e seus impactos na zona sul de São Paulo, mais precisamente nas áreas de abrangência das subprefeituras de Capela do Socorro e Parelheiros, por possuírem áreas onde a agricultura é praticada.

Como objetivo específico será avaliado através de entrevistas no formato de diálogo semi-estruturado com os jovens filhos dos produtores cooperados a atual situação em que se encontram. Para tal, serão questionados sobre algumas perguntas-chaves como, permanência ou saída da zona rural; quais as perspectivas; se voltou da cidade, por que isso ocorreu, entre

outros; para uma posterior análise qualitativa das informações obtidas.

Para tal, o texto encontra-se organizado seguindo a ordem dos capítulos apresentados no sumário. O texto introdutório que faz uma breve apresentação do local onde a pesquisa foi realizada bem como os motivos que a tornaram real, além da metodologia utilizada.

O segundo capítulo aborda a questão da dinâmica territorial da região. Para isso é apresentado o histórico de colonização e urbanização. Também aborda a importância ambiental da região bem como a importância da agricultura para o desenvolvimento regional. Por fim, apresenta uma discussão sobre o Plano Diretor como instrumento que reconhece a zona rural de produção de alimentos e preservação ambiental do município de São Paulo.

No terceiro capítulo é apresentada a temática que norteia a pesquisa, o papel do jovem na agricultura familiar da região. A discussão é sobre a questão da juventude rural na capital e apresenta de início o perfil dos jovens pesquisados, através dos dados coletados; são informações como: idade, onde mora, se estuda ou não. Toda discussão apresentada acima é complementada pelas informações coletadas com os jovens durante o trabalho em campo, nas entrevistas. Nesse contexto, obter informações referentes ao papel da juventude nessa região se faz necessário para se estabelecer uma correlação entre a proximidade com o centro e, o poder/necessidade de consumo, permitindo dessa forma apontar hipóteses referentes a permanência ou saída do jovem do sistema de produção familiar.

Miketen (2013) afirma que a investigação científica de uma realidade pode ter como instrumento inicial a formulação de uma pergunta, cujo objetivo é explicitar a composição do problema científico primordial da pesquisa, sobretudo nas pesquisas de caráter social. Dessa forma, o tempo vivido na região estudada de cinco anos, contribuiu para desenhar a hipótese que serve de base para o debate conceitual, sendo: qual o papel dos jovens na agricultura da região. Thiollent *apud* Miketen (2013), afirma que a hipótese é uma chave de entendimento no qual se faz necessário destacar, o autor denomina como uma diretriz qualitativa criada em princípio para organizar o raciocínio teórico conforme trecho abaixo:

A lógica hipotética de uma pesquisa científica pode ser comprovada ou até mesmo refutada a partir do envolvimento com o objeto de estudo, por meio de levantamento de dados e construções de argumentações, sendo assim, analisada a partir de procedimento qualitativos apoiados em métodos da pesquisa social. (THIOLLENT *apud* MIKETEN, 2013, p. 22).

Segundo Gil (2004), existe diversas conceituações de “pesquisa social”, porém, na presente investigação pode ser definida como um processo que utiliza métodos científicos para a compreensão de fenômenos no campo da realidade social. Nesse caso, o termo “qualitativo” irá se referir à tipologia de análise levantados a respeito da área de estudo por

meio de entrevistas ou observações de campo, entre outros. Esse método se utiliza de uma interpretação à qualidade dos temas que emergem que para o autor mencionado são denominados como “indicadores”.

Para Freire (1996), dialogar requer uma abertura ao mundo e aos outros que pode ser compreendida como: “a disponibilidade curiosa da vida [...] é o objeto de reflexão crítica [...] a boniteza que há nela como a viabilidade do diálogo [...] experiência fundante do ser inacabado [...] inconclusão em permanente movimento da História” (FREIRE, 1996, p.51). Sendo assim, a experiência vivida pelo pesquisador que se torna um “agente vivente” da realidade pesquisada é de extrema importância, uma vez que o mesmo está inserido na realidade fruto do objeto da pesquisa e dessa forma, poderá transmitir através da sua própria vivência e compreensão um material riquíssimo para ser trabalhado, por estar mais próxima a realidade vivenciada pelos jovens, como no caso em questão.

Além da vivência do pesquisador em campo para se aproximar da realidade pesquisada, conforme mencionado acima, para Gil (2004), “a entrevista surge como um instrumento” capaz de aproximar o ator local com o pesquisador, em que ambos interagem por meio de questões guiadas a partir do tema de interesse. Para o autor há diferentes modos de organizar uma entrevista, como por exemplo: informal, focalizada, por pautas, estruturadas e grupo focal.

É feito uma abordagem teórica sobre o conceito de juventude como categoria. Discute-se o conceito de juventude (breve análise sobre a juventude no geral); importância da juventude na agricultura familiar (abordando a contradição do trabalho na terra e a questão hierárquica familiar); situação da juventude atual; análise sobre a questão da renda, a viabilidade do trabalho para os jovens e comparação com jovem trabalhador do centro. E também não poderia faltar a questão da juventude, a mortalidade e cultura, que encerram o capítulo, porém, de forma alguma encerram a discussão.

Vale ressaltar que após a apresentação desses jovens, seu reconhecimento obtido no terceiro capítulo, ao longo do texto, as falas desses jovens entrevistados estarão contidas de forma a dar voz e ouvido aos seus anseios, de maneira que a pesquisa não se restrinja a meros dados plotados em uma tabela, mas sim indo além, deixando que o jovem seja protagonista das discussões apresentadas ao longo do texto.

O quarto capítulo apresenta a caracterização da produção agrícola na região. É feita uma discussão sobre alguns conceitos e teorias sobre a questão agrária na região. Esse diagnóstico é extremamente importante para entendermos as características da agricultura

praticada na região. Com apresentação de dados referentes à produção; levantamento do acesso às políticas públicas no âmbito municipal, estadual e federal pelos produtores; análise dos produtores ligados ao Protocolo de Boas Práticas Agroambientais; utilização de mão-de-obra, ou seja, trata-se de um diagnóstico para saber a real situação da agricultura em que o jovem pesquisado está inserido.

Ressaltamos que a caracterização da agricultura na região foi possível graças à disponibilidade dos dados coletados nos cadastros feitos aos agricultores pelos técnicos da Casa da Agricultura Ecológica José Humberto Siqueira (mais conhecida como CAE – Parelheiros). Através dessas informações poderão ser sugeridas políticas públicas voltadas às questões mais frágeis postas pelos agricultores.

O quinto capítulo apresenta as considerações finais da pesquisa. Nesse tópico é posto o grande desafio atual da necessidade de se discutir as juventudes existentes, para lembrarmos as diferenças e desigualdades que atravessam essa condição de ser jovem em diferentes realidades, e não singularizar a discussão, ignorando assim suas especificidades.

São apontadas também algumas ações para fortalecer a juventude rural da região pesquisada, como por exemplo, mais estudos sobre o tema, pois, uma das dificuldades encontradas durante a pesquisa foi a falta de referencial sobre a temática pesquisada, uma vez que não se encontra estudos sobre o papel do jovem na agricultura familiar do município de São Paulo.

Por fim, sabemos que houve avanços na discussão sobre o tema, principalmente em relação à juventude rural dos assentamentos; de áreas quilombolas, entre outras juventudes já pesquisadas, porém, devemos ampliar esses estudos também para a juventude presente na cidade de São Paulo, sim, uma juventude rural presente na capital que necessita urgentemente ser tirada da invisibilidade para que possamos garantir a eles as mesmas condições de vida de qualquer outro jovem.

2 DINÂMICA TERRITORIAL DA REGIÃO

2.1 Introdução

O objetivo desse capítulo é elaborar um referencial teórico que apresente o reconhecimento e a representatividade da área de pesquisa, localizada ao extremo Sul do município de São Paulo, através de uma análise da dinâmica territorial; histórico de ocupação; avaliação ambiental da região e análise de seu lugar no plano diretor estratégico de São Paulo.

A Zona Sul do município de São Paulo, mais especificamente, as áreas abrangidas pelas Subprefeituras de Capela do Socorro e Parelheiros, apresentam peculiaridades no que tange a sustentabilidade ambiental e ocupação urbana desordenada. Porém, essas áreas são de extrema importância para o município, seja pelo fornecimento dos produtos agrícolas oriundos da região, seja pela importância ambiental dada à presença de nascentes, mananciais que abastecem as represas presentes no território com água potável. Mas vale ressaltar a grande vulnerabilidade social em que a população é exposta diariamente, seja pela violência, falta de emprego ou pelas limitadas oportunidades de lazer da região.

Os povos indígenas foram os primeiros habitantes dessa região, ocuparam esse território mediante a colonização, que se consistiu basicamente na vinda de imigrantes alemães, japoneses, também se deve considerar os migrantes de todo o Brasil, especialmente os de origem nordestina, que até hoje permanecem na região.

Ainda hoje é possível observar traços culturais preservados das diferentes colônias de imigrantes que iniciaram o processo de ocupação do território no passado, seja através das festas culturais que ocorrem todos os anos, como também pela celebração da cultura indígena, e até mesmo pelo tipo de produção.

Nota-se um predomínio das famílias alemãs cultivando plantas ornamentais; dos imigrantes japoneses no cultivo de hortaliças e no caso dos migrantes brasileiros há uma diversificação no cultivo, que acaba variando de acordo com o mercado. Também se deve citar a cultura indígena que se dedica ao plantio de mudas nativas arbóreas e frutíferas nas aldeias, além das plantas medicinais.

Em relação aos aspectos ambientais, a região possui extrema importância em virtude da presença de nascentes pelo remanescente de Mata Atlântica, bacias hidrográficas, áreas de proteção ambiental e, é claro, por possuir área rural reconhecida pelo plano diretor. Esse último aspecto é extremamente fundamental para o território, pois, a permanência do

agricultor no campo, desenvolvendo agricultura ecológica serve como instrumento para diminuir a ocupação irregular e destruição dos remanescentes de vegetação nativa, além de contribuir para alimentação saudável da população da região metropolitana de São Paulo.

Antes que sejamos questionados pela capacidade da produção agroecológica em produzir em larga escala, devemos nos apoiar em Machado e Machado Filho (2014). Para os referidos autores é necessário desconstruir alguns conceitos e paradigmas que difamam a agroecologia na tentativa das multinacionais em fortalecer a venda de agrotóxicos, fertilizantes sintéticos, sementes transgênicas e máquinas. Os autores comprovam a capacidade de produção em larga escala no sistema agroecológico através de pesquisas realizadas, comparando a produção agroecológica com a produção convencional, em que é apontada uma produtividade superior entre 6% a 10% nos primeiros sistemas; citam ainda que em outra comparação feita de forma prática na Andaluzia – Espanha, na comparação entre manejo convencional – agricultura industrial – e agricultura ecológica esta foi superior a 32%.

Dessa forma, a agricultura passa a ter uma importância para o desenvolvimento regional uma vez que a permanência do jovem no campo, para dar continuidade na atividade exercida pelos pais, só será efetiva se as condições básicas de qualidade de vida forem atingidas pelo agricultor. Um grande passo para essa solidificação é o reconhecimento da região como zona rural.

Nesse ponto, o plano diretor estratégico é um importante aliado para fortalecer a agricultura da região, além do reconhecimento das zonas rurais do município de São Paulo, há também a criação de um pólo de desenvolvimento econômico rural sustentável, cujo objetivo é gerar empregos e promover atividades econômicas responsáveis por desenvolver a zona rural dada as suas especificidades, ou seja, levando em consideração a conservação ambiental da região (SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, 2015).

É feita também uma abordagem sobre o referencial teórico que permeia o texto. Ele foi estruturado visando auxiliar aos leitores de diversas áreas, não somente da geografia, por abranger alguns conceitos que são abordados no decorrer do texto, de maneira a contribuir para a elaboração teórica da pesquisa.

2.2 Histórico da ocupação do território

Conhecer a história da ocupação de uma região é extremamente importante e necessário, pois, para compreensão das relações sociais atuais no território é indispensável o

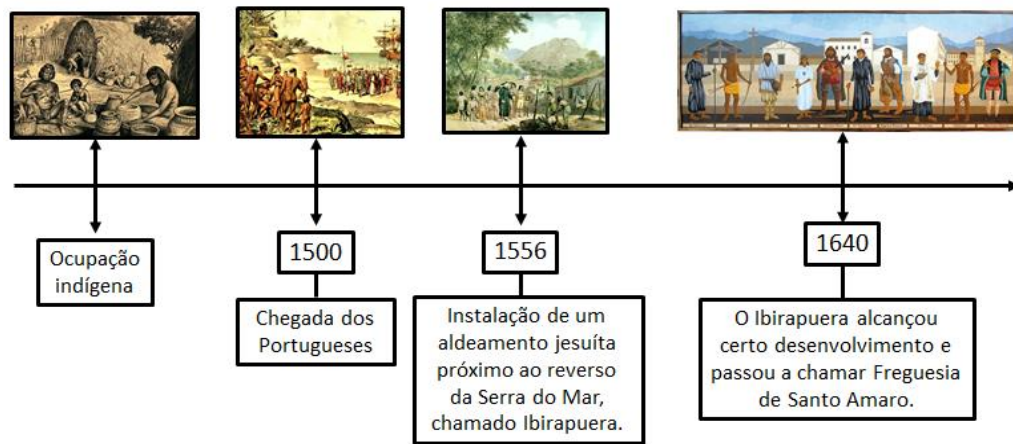
estudo das relações passadas, através de análises das relações econômicas, produtivas, responsáveis por criar uma matriz cultural básica além de formar parte do capital social, conforme afirma o ex-subprefeito de Parelheiros (2005 a 2008) Tesch (2016).

Sendo assim, para melhor compreensão de como se deu a formação territorial da região estudada, devemos saber primeiramente que essa ocupação foi moldada pela diversidade de seus habitantes representados por povos indígenas, que sempre estiveram no território. Com a chegada dos portugueses em 1500 e posteriormente imigrantes alemães japoneses (década de 1930) e os migrantes nordestinos junto com a população rural do interior do estado que se instalaram posteriormente (década de 1940) (SÃO PAULO, [Município], 2011).

Antes da chegada dos portugueses, a região que hoje representa a maior área preservada de mata atlântica do município de São Paulo, já estava ocupada por índios, mais especificamente, o povo Guarani. Entretanto, o desembarque desses colonizadores europeus na região culminou em uma disputa violenta pela ocupação do território, resultando na imposição da cultura europeia aos índios, como por exemplo, a subordinação à religião católica e a alocação dos índios em trabalhos forçados, tanto para construção de vilas como para trabalhos agrícolas, entre outros (SÃO PAULO, [Município], 2011). Todos esses aspectos contribuíram para imposição da cultura europeia na região e conseqüentemente a marginalização dos índios e da sua cultura. Conforme exposto no trecho abaixo:

Logo no início da colonização, em 1556, foi instalado um aldeamento jesuíta próximo ao reverso da Serra do Mar, que recebeu o nome de Ibirapuera. Estrategicamente localizado entre o litoral e o planalto, tinha a função de defender o povoado de São Paulo de Piratininga, fundado dois anos antes, dos ataques indígenas. O aldeamento ligava-se ao Planalto e à Vila de Piratininga através do sinuoso rio Geribatiba ou Jurubatuba, hoje Pinheiros, então utilizado para o transporte. Compunha a corda de defesa Emboaçava-Pinheiros-Ibirapuera, que tinha o objetivo de proteger e ocupar o território. (SÃO PAULO, [Município], 2011, p. 17).

Figura 1 – Primeiras ocupações



Fonte: São Paulo, [Município], 2011.
Elaboração própria, com base em São Paulo, 2011.

De acordo com Zenha (1997) os indígenas utilizavam essa região como passagem entre o litoral e o planalto, seguindo o divisor de águas entra as bacias hidrográficas dos rios Jurubatuba-Bororé e Guarapiranga-Embú-Guaçú.

Segundo Martins (2003) esse trecho atualmente seria dado pela seguinte trajetória: saída do Largo da Capelado Socorro, passando pela Avenida do Rio Bonito (antiga estrada do Rio Bonito), seguindo pelo Autódromo de Interlagos, Av. Rubens M. de Borba, Av. Jequiritiba, Estrada do Cocaia, Avenida Paulo G. Reimberg (antiga Estrada da Varginha), Estrada Velha da Colônia, Estrada da Vargem Grande e Estrada da Ponte Alta, percurso esse feito pelos indígenas presentes no território.

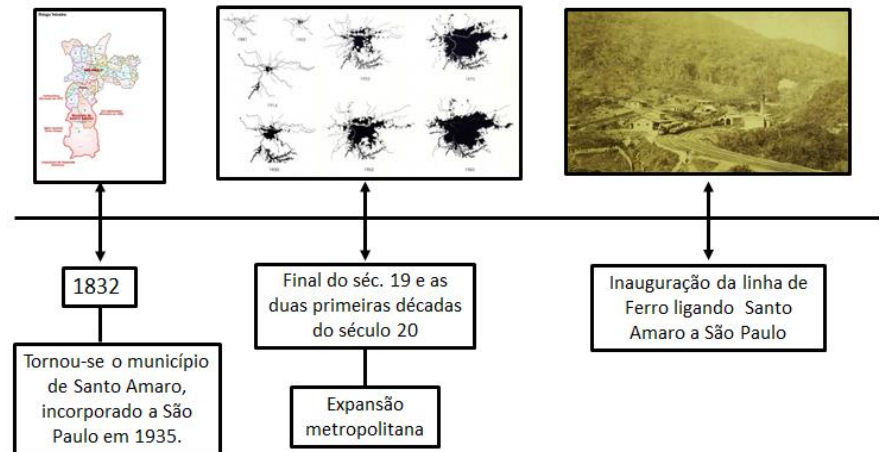
Zenha (1977) aponta que as primeiras sesmarias na região foram datadas de 1640, cujo objetivo era o de aproveitar economicamente o percurso que interligava a nova capital ao planalto. Calixto (1924) aponta que esse caminho era conhecido por caminho do gado.

Bellenzani (2000) afirma que a região só foi ocupada efetivamente com implantação da Colônia Alemã, apesar de servir de rota de passagem entre o litoral e o planalto. Para Ribeiro (1997) trata-se da primeira experiência de criação de uma colônia no Império brasileiro. Ainda de acordo com o autor, os alemães foram escolhidos por possuírem afinidade com a família da imperatriz, uma segunda razão é dada por conta da Alemanha não ser um país unificado e também por não possuir colônias ultramarinas o que não criaria uma possibilidade de reivindicação de autonomia dos germânicos em território brasileiro.

Dessa forma, a ocupação alemã foi justificada e apoiada pelo governo imperial baseado em dois pilares: 1) devido à urgência de modernização das técnicas produtivas, tanto

para a agricultura quanto para a indústria e 2) porque a presença nessas terras era importante para garantir a ocupação do território e consequentemente maior estabilidade política.

Figura 2 – Expansão da zona Sul do município de São Paulo



Fonte: São Paulo, (Município), 2011.
Elaboração própria, com base em São Paulo, 2011.

Para Martins (2003), com a chegada dos alemães, Santo Amaro, era considerado o “celeiro da capital”, uma vez que era o único município da província que produzia alguns produtos para alimentação, tais como batatas, arroz, feijão, milho e mandioca; além de comercializar no mercado de São Paulo gado, aves, madeira e carvão. Ainda, de acordo com o referido autor, os alemães foram responsáveis pela fundação de algumas vilas como Cipó e Parelheiros, além de abrirem estradas.

Garanhuns (1995) coloca que na região de Parelheiros e Marsilac, já havia alguns caboclos antes da vinda dos alemães, porém, o lugar recebeu esse nome devido as corridas de cavalo, chamadas de parselhas em que era disputada entre alemães contra brasileiros. Enquanto a colonização europeia inicial foi realizada pelos portugueses o povoamento foi realizado pela imigração de diversas etnicidades da Europa, que foram convidados pelo governo imperial. Em 1827 chegou a São Paulo um grupo de 200 imigrantes alemães, austríacos e suíços que vinham para o estabelecimento de uma colônia agrícola (SÃO PAULO, 2012).

Mesmo após diversas tentativas dos alemães em fazer cumprir o que estava previsto, pois o diretor e a província não permitiam que procuradores dos colonos chegassem ao Imperador, alguns decidem se assentar no local. Porém, com pouco sucesso, dos 229 indivíduos (62 famílias) contraentes das terras do Sertão de Itaquaquecetuba, em dez anos (1839) somente 157 estavam espalhados por Santo Amaro, em terras fora da Colônia, e em 1847, apenas nove famílias, chegando ao número de quatro famílias três anos depois. Levando Zenha (1950) *apud* Martins (2003) a dizer que assim foi a decadência de empreendimento que custou tanto dinheiro e tanto

sacrifício. O lugar que deveria transformar-se numa cidade, definiu em tapera com três ou quatro ranchos pobres ao redor de um cemitério, este conseguido a duras custas, pois grande parte dos imigrantes eram protestantes e não podiam ser enterrados em cemitério católico, tampouco na igreja. (MARTINS, 2003, p.3).

Sendo assim, a presença inicial desses alemães na região de Santo Amaro, como afirma Martins (2003), impulsionou a vinda de outros imigrantes que chegaram ao país no final do século XIX e início do século XX a escolherem essa região como local de moradia. Dessa forma, cada imigrante se especializava na atividade que tinha mais aptidão, no caso dos portugueses, granjas de aves e gados; espanhóis (Catalunha) comercializavam roupas femininas; árabes, turcos e judeus: tecidos; russos, húngaros e ingleses: operários, comerciários e bancários; japoneses (principalmente depois de 1945) eram agricultores de hortifrutigranjeiros (MARTINS, 2003).

A expansão metropolitana se iniciou entre os anos finais do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. Acompanhando esse crescimento e tendo em vista as necessidades de melhorias no transporte, foi construída uma linha de ferro, inaugurada em 1886, ligando Santo Amaro a São Paulo. Assim, o extremo Sul do atual município de São Paulo passou a integrar mais efetivamente a rota de escoamento das mercadorias, por estar situado no meio do caminho entre a capital da Província, onde passavam os trens que transportavam a produção de café, algodão e outros produtos, até o porto de Santos, litoral (SAO PAULO, [Município], 2011).

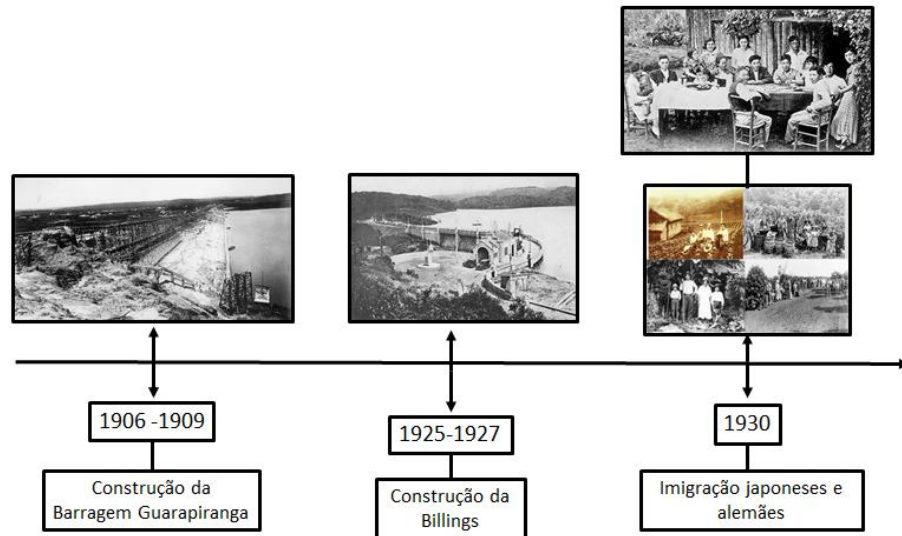
Dessa forma, com a chegada do trem houve uma modificação na paisagem local, ainda que de forma tímida, por meio dos visitantes paulistanos, que iam para lá nos dias de festejos religiosos. Além da chegada do trem, outra contribuição para aproximar e facilitar a comunicação do extremo Sul às demais localidades centrais, foi a construção das estradas, conhecidas como Avenida Sadamu Inoue e Senador Teotônio Vilela aberta na última década do século XIX.

Na década de 1870 foi construída a ligação ferroviária do município de Sorocaba à cidade de São Paulo, pela Estrada de Ferro Sorocabana. Seus trilhos, símbolo de modernidade em fins do século 19, prolongaram-se gradualmente de tempos em tempos, e esta ferrovia chegou a cidades cafeeicultoras paulistas ao longo das décadas seguintes, e ao porto de Santos entre as décadas de 1920 e 1930, passando então nas atuais localidades de Gramado, Marsilac e Evangelista de Souza. Foi extinta em 1971 com a criação da FEPASA – Ferrovias Paulistas S.A. (SÃO PAULO, (Município), 2011. p. 17).

De acordo com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente (2011), outra contribuição importante para a ocupação da região foi através da Light, empresa responsável pela construção das barragens da Guarapiranga (1906-1909) e da Billings (1925-1927), cujo

objetivo principal era o de garantir o funcionamento regular da usina de Santana de Parnaíba, responsável pelo abastecimento de energia de São Paulo. Para isso, as barragens construídas tinham por finalidade garantir a regularidade da vazão do rio Tietê, conseqüentemente garantir o pleno funcionamento da Usina de Santana de Parnaíba.

Figura 3 – Construção das represas.



Fonte: São Paulo, (Município), 2011.
Elaboração própria, com base em São Paulo, 2011.

Portanto, com a chegada das linhas férreas e com os investimentos em iluminação pública começaram a surgir os primeiros adensamentos populacionais, formado principalmente pelos trabalhadores das empresas prestadoras desses serviços. Além disso, na metade do século XX, com as melhorias no transporte, ocorreu uma contínua ocupação nas margens da rodovia através de áreas loteadas.

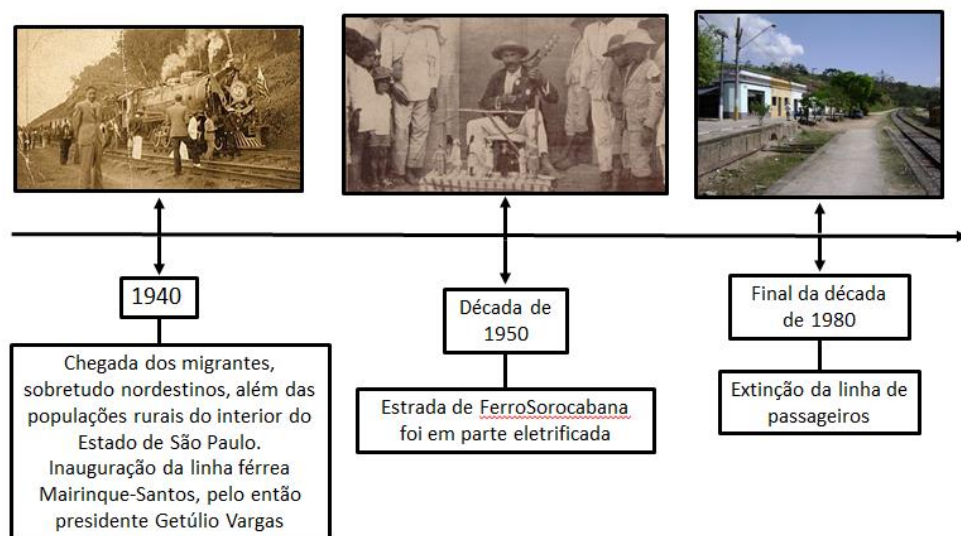
O caminho conhecido antigamente como “Caminho de Carro para Santo Amaro”, aproveitava os vales e os cursos dos rios aterrados, num trajeto mais curto entre São Paulo e a região Sul. Foi reaproveitado em dois momentos: para a instalação da linha de bondes e para a construção da autoestrada-posteriormente avenida-Washington Luis. (SÃO PAULO, (Município), 2011. p. 18).

O processo de formação territorial também se constituiu com a imigração japonesa que vieram para explorar a agricultura, transformando os distritos de Parelheiros e Marsilac na maior área agrícola de São Paulo. Para se ter uma ideia da força da imigração japonesa, hoje, a Igreja Messiânica, de origem nipônica, tem seu maior templo fora do Japão – Solo Sagrado – localizado na região, inaugurado em 1995.

Um novo movimento migratório marcou a região na década de 1930 quando começam a chegar os grupos de colonos japoneses, que se estabeleceram em Colônia, Casa Grande, Grajaú e Veleiros, sendo sua atividade econômica principal a agricultura. Fundaram várias associações com o objetivo de preservar sua cultura e tradições. Porém, com a ascensão do nazismo na Alemanha e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os japoneses e alemães começaram a ser vistos com ressalvas pelo governo brasileiro, sendo restringida sua atuação e presença próximas a recursos naturais estratégicos, como as represas Guarapiranga e Billings. (SÃO PAULO, (Município), 2011. p. 19).

Com a mudança da matriz energética, anteriormente alimentada pela energia a vapor que alimentava os motores movidos a combustão para energia elétrica, foi construída em 1940 a Usina do Capivari. Os migrantes, sobretudo nordestinos, além das populações rurais do interior do Estado que chegaram à cidade de São Paulo a partir da década de 1940, procuraram terrenos mais baratos próximos às áreas urbanas, dessa forma, a região passou a ser ocupada desordenadamente, sem políticas habitacionais claras do poder público, reflexo do crescimento da cidade (SÃO PAULO, [Município], 2011).

Figura 4 – Chegada dos migrantes nordestinos entre outros.



Fonte: São Paulo, (Município), 2011.

Elaboração própria, com base em São Paulo, 2011.

Mesmo sendo uma importante área para o município em relação à preservação ambiental e abastecimento de água, essa região sofre com a urbanização intensa e desordenada. Tendo como consequência uma maior parcela da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, residindo de forma precária e gerando sérios impactos sobre os processos naturais de produção de água, devido aos impactos causados pela ocupação sem

planejamento onde os esgotos são despejados sem tratamentos bem como assoreamentos dos corpos d'água e muitas vezes desmatamento da vegetação nativa para a construção das moradias (SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AMBIENTAL,[SÃO PAULO], 2010).

Além dessa diversidade, há também uma relação direta com o crescimento da cidade de São Paulo, uma vez que a população ali residente segue uma trajetória particular no desenvolvimento paulistano e, ao mesmo tempo a ele integrado em seus diferentes momentos. Dessa forma, compreender a história da ocupação deste território ajuda a entender a sua complexidade atual, assim como a da metrópole onde se insere.

Esse tipo de entendimento é de extrema importância para melhor compreensão sobre a atual estrutura agrária da região, que atualmente é formada por descendentes de imigrantes, indígenas, brasileiros vindos de outros estados, entre outros. Além disso, podemos observar através da cronologia da ocupação do território como se deu o impacto ambiental na região acarretada pela ação humana.

Nesse sentido, a ocupação indígena foi responsável por garantir a preservação ambiental da região em total equilíbrio até a chegada dos colonizadores e ditos modernizadores, até então equilíbrio que existia passou a ser alterado, ocasionando impactos ambientais que são presentes até hoje na região, sendo o mais expressivo a ocupação irregular em áreas de mananciais.

2.3 Importância ambiental da região

Com todas as transformações que foram ocorrendo na região, chegada do trem; da energia elétrica; construção de estradas, mudanças essas responsáveis por atender a demanda por infraestrutura atrelada ao conforto da vida moderna, começaram a apontar as primeiras preocupações de caráter ambiental, conforme exposto no trecho retirado do Caderno do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Municipal Capivari-Monos, trecho esse que expõe considerações feitas pela Câmara Municipal de Santo Amaro de 1902:

[...] a devastação das matas traz graves prejuízo ao município, como sejam: a diminuição das águas, a esterilidade dos solos, a frequência de moléstias pestilenciais. (Caderno do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Municipal Capivari-Monos, p. 18).

Um dos motivos da preocupação relatada no trecho acima está relacionado com a extração do carvão vegetal retirado das florestas localizadas na porção Sul do município de

São Paulo, produto esse de grande importância para o meio industrial.

No final de 1920, como reflexo da grande estiagem de 1924, a represa Guarapiranga passou a ser utilizada para abastecimento hídrico. Já a represa Billings foi destinada para receber as águas revertidas do rio Pinheiros, cuja reversão foi autorizada na década de 1940, e conduzi-las até o alto da Serra do Mar, de onde despencam numa queda de aproximadamente 700 metros, possibilitando maior geração de energia na usina Henry Borden (SÃO PAULO [Município], 2011).

A região de Parelheiros e as áreas ao sul mantinham-se como importantes zonas rurais da metrópole, compondo o “cinturão caipira” da cidade e fornecendo produtos agrícolas necessários ao mercado consumidor localizado na área central da cidade de São Paulo. Ao longo da história do município suas áreas rurais sofreram transformações e muitas delas permaneceram onde foram instaladas inicialmente – estando hoje as mais significativas inseridas no território abrangido pela APA Capivari-Monos.

Vale ressaltar que nesse tópico não há intenção de fazer nenhum histórico da ocupação do território, mas sim, apresentar os relatos dos impactos ambientais que a ocupação urbana foi gerando na região.

Retomando a discussão, a ocupação se dava de forma irregular (desordenada sem política habitacional), o adensamento da ocupação sem regulamentação chegou às proximidades das represas Guarapiranga e Billings, áreas de mananciais que abastecem a metrópole.

Na tentativa de regularizar a ocupação do território, a partir da década de 1960 surgiram determinações referentes ao uso dos solos rurais, em 1965. Com vistas a controlar a ocupação urbana destas áreas outros instrumentos legais foram criados, entre eles, a legislação estadual de proteção aos mananciais, na década de 1970, que considerava a ocupação urbana o principal fator determinante para a piora da qualidade da água dos reservatórios (SÃO PAULO, [Município], 2011).

Apesar de a legislação ter sido criada como uma tentativa de impedir os impactos ambientais, por ter um caráter bastante restritivo, uma vez que não oferecia alternativas habitacionais e sem levar em consideração um uso sustentável das áreas de mananciais, acabou resultando em um efeito perverso e resultou em um efeito contrário ao que a legislação pretendia, já que ao invés de impedir a construção de novas moradias acabou incentivando a estruturação de um mercado imobiliário paralelo.

Conseqüentemente houve a criação de novos loteamentos irregulares, que não se enquadravam nos padrões de ocupação. Novas construções também foram erguidas de forma irregular sem levar em consideração os padrões de segurança e de proteção ambiental. Dessa forma, a partir do final de década de 1970, a região entraria mais intensamente no processo de metropolização de São Paulo, reflexo da especulação urbana notada após a desconcentração industrial das áreas centrais.

Como constituinte da formação territorial da região há também duas aldeias indígenas, Pyau (Krucutu) e Tenondé Porá (Morro da Saudade), de um subgrupo guarani, com cerca de 1.000 pessoas e que mantém vivas sua língua, cultura e religião. Cada aldeia possui escola específica para educação infantil indígena e o CECI – Centro de Educação e Cultura Indígena. As crianças passam o dia na escola em contato direto com sua cultura, sob a guarda de suas mães e de monitores guarani. A partir dos 7 anos, os meninos e meninas passam a frequentar a EE Indígena Guarani Gwyrapepo (SÃO PAULO, [Município], 2012).

2.3.1 Meio Físico

A região é caracterizada por apresentar duas influências climáticas principais, a primeira definida como Clima Tropical Super-Úmido do Reverso do Planalto Atlântico que recebe influência das porções Norte e a Oeste, correspondentes às bacias hidrográficas das represas Billings e Guarapiranga, com altitudes entre 740 a 850 metros. Caracteriza-se por apresentar alta pluviosidade, elevada instabilidade, boa ventilação e portanto, dispersão de poluentes. A ocorrência de nevoeiros e nuvens baixas é frequente. A Temperatura média é de 19,3 a 19,6°C, com máxima de 28°C e pluviosidade que varia entre 1600 a 2100 mm/ano (SAO PAULO, [Município], 2011).

A segunda influência climática é denominada Clima Tropical Oceânico Super-úmido da Fachada oriental do Planalto Atlântico (Serra do Mar): influencia as porções Sul e Sudeste, correspondendo a bacia hidrográfica Capivari-Monos, com altitudes menores e relevo entalhado. Diferencia-se do anterior por um aumento gradativo da temperatura conforme a altitude diminui. A temperatura média é de 19,6 a 22,4°C, com máxima de 28°C e mínima de 15,8°C e pluviosidade de 1800 a 2210 mm/ano (SAO PAULO, [Município], 2011).

O território insere-se no Planalto Atlântico, localmente na zona do Planalto Paulistano e subzona Morraria Embu. O embasamento é majoritariamente cristalino, constituído pelas rochas do período Pré-Cambriano. No embasamento ocorrem principalmente rochas xistosas com intercalações de anfibolitos e cálcio-silicáticas, além de pegmatitos. Em cima destas

rochas estão dispostas várias manchas de sedimentos da Bacia Sedimentar de São Paulo (SAO PAULO, [Município], 2011).

Ao sul está a Serra do Mar e ao norte a Bacia Sedimentar de São Paulo, de idade terciária. Ambas as feições geomorfológicas formadas no decorrer da evolução geológica, tendo sido a região submetida a episódios de pressão e temperaturas altas, que estruturaram o arcabouço rochoso, assim como submetidos às distintas condições climáticas, que modelaram as feições de relevo (SAO PAULO, [Município], 2011).

Assim, predomina o relevo de degradação em planaltos dissecados, apresentando áreas restritas onde o processo de evolução do relevo é influenciado pela deposição/sedimentação. Os terrenos foram trabalhados pela ação das águas superficiais, impondo padrões de formas variadas. Também há presença das planícies aluviais, compostas por sedimentos arenosos a argilosos. Elas ocorrem ao longo da calha dos rios maiores, como o Capivari, o Monos e o Embu Guaçu. Quando ricas em matéria orgânica, formam depósitos denominados turfeiras, que ocorrem de forma expressiva na parte interna da Cratera de Colônia, drenada pelo Ribeirão Vermelho, importante tributário da represa Billings (SAO PAULO, [Município], 2011).

Segundo o Caderno do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal Capivari-Monos, as principais classes de solo presentes na área são:

- a) Cambissolo Háptico: solos rasos, pouco desenvolvidos com horizonte A moderado e B incipiente, ou câmbico, com baixa disponibilidade de nutrientes (distróficos). Ocorrem predominantemente nas áreas de morros, serras e encostas com declividades acima de 20%.
- b) Latossolo Vermelho-Amarelo: solos profundos, formados principalmente a partir de materiais derivados de granitos, gnaisses e xistos, com horizonte A moderados e B pouco desenvolvido, distróficos, de textura argilosa e bem drenados. Ocorrem associados aos Cambissolos, em terrenos aplainados.

As áreas aptas à agricultura são a região do Gramado (sub-bacia dos ribeirões Vermelhos, Macacos e Bueno), Barragem e Taquacetuba (península da represa Billings), onde ocorrem os latossolos, bem como na cratera de Colônia, ao longo da estrada da Vargem Grande, planície aluvial, onde ocorrem os solos hidromórficos (solo turfoso).

A rede de drenagem é densa na maior parte do território devido à formação litológica predominantemente cristalina. Na cratera de Colônia (Bacia Billings) o padrão de drenagem é diferenciado, pois a área caracteriza-se pelo depósito de

sedimentos quaternários permitindo maior infiltração de água e favorecendo a drenagem subterrânea. (SÃO PAULO, (Município) 2011, p. 23).

A APA do Capivari-Monos, esta localizada do município de São Paulo, abrangendo o território da subprefeitura de Parelheiros e o distrito de Marsilac. As delimitações dessa APA coincidem com os limites do município a Leste, Oeste e Sul. Ao norte considera como limite da APA a presença da Cratera e da Colônia e o Rio Vermelho. Dentro da APA estão alocadas partes das bacias hidrográficas das represas do Guarapiranga (Oeste) e Billings (Nordeste). A região dessa APA também abrange toda bacia dos rios Capivari e Monos, os quais denominam essa área de proteção como Capivari Monos (JACINTHO, 2003).

No ano de 1970 foi instituída a APA Capivari-Monos, sua criação foi justificada principalmente por dois aspectos: (1) Por abranger importantes unidades ambientais, tais como bacias hidrográficas relevantes para o abastecimento de água da região metropolitana e um expressivo resquício da mata atlântica; (2) Em detrimento da ocupação urbana desordenada na região, em especial pela ocupação antrópica nas Bacias das represas Guarapiranga e Billings, a qual tem como consequência direta a degradação da qualidade da água desses reservatórios. A partir do reconhecimento dessa região como uma unidade de preservação ambiental, iniciou-se a criação de diversos dispositivos jurídicos, tais como leis e portarias, objetivando preservar e conservar os recursos hídricos e a mata atlântica presente nesse território, dentre esses podemos destacar a criação das Leis Estaduais n°898/1975 e n°1.172/1076 para proteção das áreas de mananciais da Região Metropolitana de São Paulo como as mais relevantes. Essa fiscalização é relevante, pois se estima que até 30% dos reservatórios de água apresentam sua qualidade depreciada em virtude da ocupação urbana desenfreada nas cabeceiras dos reservatórios (BELLENZANI, 2000).

Em relação à Bacia hidrográfica do Guarapiranga, ela está localizada ao norte da APA Capivari-Monos, e pode ser considerado um divisor de águas do Ribeirão Vermelho da Guarapiranga, que se trata de um afluente do rio Embu Guaçu, onde a vazão do Rio Capivari é captada e direcionada ao reservatório da Guarapiranga, e posteriormente destinada ao abastecimento de água da região metropolitana. Nessa região a rede de drenagem é menos densa. Já o rio Embu Guaçu é considerado o principal formador da represa Guarapiranga, pois é um dos principais afluentes responsáveis pelo abastecimento de água desse reservatório. Esse rio nasce em uma região de colinas da Serra do Mar, uma de suas nascentes fica próxima à nascente do rio Capivari. O rio Embu Guaçu, possui extensa planície aluvial abrigando uma várzea bastante preservada, cuja conservação é extremamente relevante para manutenção da biodiversidade e da qualidade da água (SÃO PAULO, [Município], 2011).

A Bacia hidrográfica da Billings está localizada a sudeste da região metropolitana da capital paulistana, mais precisamente na bacia hidrográfica do rio Tietê, esse reservatório pode ser considerado o maior reservatório da região metropolitana de São Paulo, pois apresenta uma área de 127 milhões de m² e profundidade máxima de 19 m. A Represa Billings é subdividida em oito unidades, as quais são denominadas braços: Rio Grande, Rio Pequeno, Capivari, Pedra Branca, Taquacetuba, Bororé, Cocaia e Alvarenga. Dentre esses se destaca dois como os mais relevantes, ao que concerne o abastecimento urbano de água, o primeiro trata-se do braço do Rio Grande (localizado no braço Rio Grande, isolado do restante da represa), esse reservatório é responsável pelo abastecimento de 1,2 milhões de pessoas na região do Grande ABC Paulista (SP). O segundo braço é do Taquacetuba, o qual serve como afluente para a Represa Guarapiranga, que se trata da segunda maior represa da região metropolitana de São Paulo, sendo responsável pelo abastecimento de 3,8 milhões de pessoas (CARDOSO-SILVA et. al., 2014).

Entretanto deve-se considerar que o espaço físico no qual a Represa Billings está alocada passou por inúmeras transformações desde 1927, ano de sua criação; essas transformações estão diretamente relacionadas à ocupação urbana desordenada e à falta de saneamento básico, que culminaram na contaminação dessas águas e conseqüentemente a inutilização de grande parte desse reservatório para o abastecimento urbano.

Na figura 5 é possível observar a mancha urbana consolidada do município de São Paulo, e as áreas de proteção ambiental existentes na região (APA's – Capivari Monos e Bororé Colônia); as represas Billings e Guarapiranga, bem como a delimitação territorial da Subprefeitura de Capela do Socorro representada pela coloração rosa e a Subprefeitura de Parelheiros representada pela cor laranja. Delimitação essa que abrange a área em que a pesquisa foi realizada.

Figura 5 - Mancha urbana consolidada.



Fonte: MIKETEN, 2013.

2.3.2 Meio Biótico

De acordo com estudos realizados pelos órgãos ambientais do Município de São Paulo, indicam que 48% de seu território apresentam-se carente em arborização e áreas

verdes. Deve-se ressaltar ainda que aproximadamente 75% da vegetação ali existente concentram-se em apenas quatro regiões administrativas: Capela do Socorro, Campo Limpo, Jaçanã-Tremembé e Perus – os extremos norte e sul de São Paulo (RAIMUNDO, 2006).

Além desses aspectos o distrito em questão apresenta um cinturão verde de produção agrícola, principalmente familiar, ganhando destaque recentemente pela execução de políticas públicas atreladas a produção agrícola e alternativas sustentáveis de comercialização, como por exemplo, as feiras em parques municipais (SILVA et al. 2011).

Tais aspectos contribuem para que a zona sul do município de São Paulo seja uma região prioritária no que tange a conservação ambiental, abrangendo unidades de mananciais responsáveis pelo abastecimento de água a 4 milhões de pessoas da região metropolitana de São Paulo. No entanto essa produção de água sofre impactos negativos no tocante a dois aspectos, o primeiro relativo à expansão urbana desordenada e o segundo as práticas agrícolas inadequadas (SÃO PAULO, [Município], 2012).

2.4 Importância da agricultura para o desenvolvimento regional

A agricultura urbana na zona Sul do município de São Paulo surge como um importante fator de geração de renda e quando praticada de maneira sustentável contribui para a redução de impactos ambientais. Nesse sentido podemos tomar como exemplo as feiras do Programa Agricultura Limpa, as quais possibilitam a venda direta de produtos em fase de transição (de uma agricultura convencional para uma agroecológica) diretamente ao consumidor final, criando uma rede de economia solidária pautada em preços justos e em uma produção ambientalmente correta (SÃO PAULO, [Município], 2012).

O território pesquisado apresenta políticas públicas de fomento à agricultura familiar nas três esferas do governo: Municipal, Estadual e Federal. No entanto os agricultores dessa região encontram uma série de dificuldades em acessar esses programas governamentais seja pela falta de documentação oficial do terreno ate mesmo pela falta de comprovação de uma renda que garanta que o agricultor tenha condições de pagar o empréstimo solicitado. Essa situação contribui para que cada vez mais agricultores abandonem a sua produção e se dediquem a outra atividade trabalho e, em casos mais extremos chegam a vender seus sítios que se tornam áreas de loteamento urbano, proliferando assim a ocupação urbana desordenada, remetendo a cidade de São Paulo uma série de impactos ambientais.

No âmbito do município a Prefeitura da cidade de São Paulo oficializou o Programa Agricultura Limpa, implantado em área de mananciais que produz grande parte da água consumida na cidade, tem como principal objetivo a produção de água em quantidade e qualidade, através da assistência técnica na agricultura visando minimizar os impactos das práticas agrícolas inadequadas e, por conseguinte reduzir: a degradação ambiental, o desestímulo á produção agrícola, a transformação de sítios em loteamentos urbanos, contaminação do solo, poluição de águas, o uso indiscriminado de adubos e defensivos químicos (SÃO PAULO, [Município], 2012).

Esse programa abrange todas as etapas da produção, desde a orientação técnica para a produção agrícola até aos aspectos relativos à comercialização. Nesse último quesito o Programa Agricultura Limpa estimula a venda direta dos produtos oriundos da agricultura familiar em parques municipais, através de uma comercialização pautada em um tripé: social, econômico e ambiental. No entanto, esse projeto tem uma grave limitação de alcance, embora se tenha mais de 400 produtores cadastrados pela Casa de Agricultura Ecológica, apenas cerca de 40 produtores recebem um efetivo acompanhamento, isso ocorre pela reduzida equipe (SÃO PAULO, [Município], 2012).

Em relação ao governo do Estado podemos destacar a ação da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) responsável pela emissão do documento de aptidão (DAP) que dá acesso a diversas políticas públicas de fomento a agricultura familiar. Em relação a DAP os produtores contam como principal empecilho a questão da comprovação de renda (já que muitos agricultores comercializam através de atravessadores ou vendas locais sem emissão de notas). Outra atividade importante é o Protocolo de Boas Práticas Agroambientais, o qual foi firmado através de um termo de cooperação com a Prefeitura de São Paulo, nesse quesito uma das limitações é a abrangência do programa que apresenta atendimento limitado em virtude da reduzida equipe técnica (SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, [ESTADO], 2013).

Na esfera do Governo Federal temos o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar) que disponibiliza uma linha de crédito aos produtores, entretanto poucos agricultores da região conseguem ter acesso a esse dispositivo pela dificuldade de emissão da DAP ou pelas exigências do Banco do Brasil. Outro programa relevante é o P.A.A. (Programa de Aquisição de Alimentos) que visa adquirir produtos alimentícios dos agricultores da região para serem doados a entidades assistenciais cadastradas no Banco de Alimentos. Para participar desse programa é necessário estar vinculado a uma cooperativa

com DAP jurídica (ou seja, 70% dos cooperados devem ter a DAP física), embora exista uma cooperativa na região, a Cooperapas, ela não tem um número expressivo de produtores com DAP inviabilizando a ação desse projeto na região (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, [BRASIL], 2004).

Diante dessa problemática fica evidente que o território pesquisado, por se tratar de uma área com suas peculiaridades impõem obstáculos aos agricultores da região ao acesso às políticas públicas e até mesmo inviabilizam a produção agrícola, fato que pode culminar em maiores impactos sociais e ambientais, uma vez que com o enfraquecimento da agricultura, posterior abandono do agricultor de sua área de produção o que facilita o processo de ocupação irregular, degradação do meio ambiente através da destruição de nascentes para construção de moradias entre outros.

2.5 Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo

O novo Plano Diretor Estratégico (PDE), foi aprovado no dia 30 de junho de 2014 e sancionado em 2 de julho do mesmo ano pelo atual prefeito Fernando Haddad, através da Lei Municipal nº16.050/2014. Traz uma série de diretrizes pautadas no desenvolvimento e crescimento da cidade pelos próximos 16 anos. Os princípios, diretrizes e objetivos que regem a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico são:

- I – Função Social da Cidade;
- II – Função Social da Propriedade Urbana;
- III – **Função Social da Propriedade Rural;**
- IV – Equidade e Inclusão Social e Territorial;
- V – Direito a Cidade;
- VI – **Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado;**
- VII – Gestão Democrática.

§ 1º Função Social da Cidade compreende o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, a justiça social, ao acesso universal aos direitos sociais e ao **desenvolvimento socioeconômico ambiental**, incluindo o direito à terra urbana, à moradia digna, ao saneamento ambiental, a infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho, ao sossego e ao lazer.

§ 2º Função Social da Propriedade Urbana é elemento constitutivo do direito de propriedade e é atendida quando a propriedade cumpre os critérios e gerais de exigência de ordenação territorial estabelecidos pela legislação [...].

§ 3º Função Social da Propriedade Rural é elemento constitutivo do **direito de propriedade** e é atendida quando, simultaneamente, a propriedade é utilizada de forma racional e adequada, **conservando seus recursos naturais**, favorecendo o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores e observando as disposições que regulam as relações de trabalho.

§ 4º Equidade Social e Territorial compreende a garantia da justiça social a partir da **redução das vulnerabilidades** urbanas e das **desigualdades sociais** entre grupos populacionais e entre os **distritos e bairros** do Município de São Paulo.

§ 5º Direito a Cidade compreende o processo de universalização do acesso aos

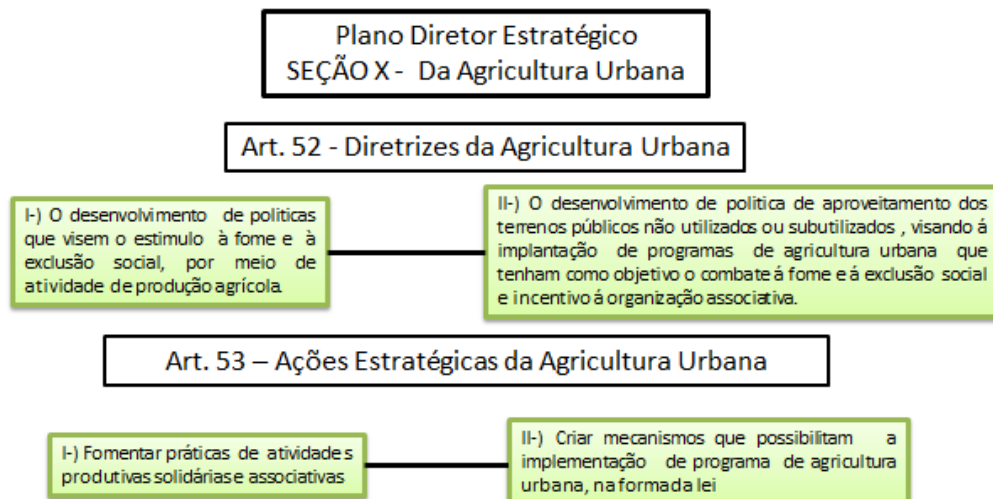
benefícios e as comodidades da vida urbana por parte de todo o cidadão, seja pela oferta e uso dos serviços, equipamentos e infraestruturas públicas.

§ 6º Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado é o **direito sobre o patrimônio ambiental**, bem de uso comum e essencial a sadia **qualidade de vida**, constituído por elementos do sistema ambiental natural e do sistema urbano de forma que estes se organizem equilibradamente para a **melhoria da qualidade ambiental e bem-estar humano**.

§ 7º Gestão Democrática é a garantia da participação de representantes dos diferentes segmentos da população, diretamente ou por intermédio de associações representativas, nos processos de planejamento e gestão da cidade, de realização de investimentos públicos e na elaboração, implementação e avaliação de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (SÃO PAULO [Município], 2015, p. 3, grifos nossos).

Esse novo plano (PDE) reconhece as áreas rurais de São Paulo que não haviam sido contempladas no plano anterior, Lei N° 13.430 de 13 de Setembro 2002, sancionado na gestão da então prefeita Marta Suplicy. No Plano Diretor Estratégico de 2002 a única referência para regulamentar à agricultura na escala municipal foi reservada na Seção X, conforme ilustrado no quadro abaixo, porém, observa-se a falta de um levantamento consistente das unidades de produção agrícola. O texto evidencia um caráter mais de agricultura urbana, através de medidas para normatizar hortas em espaços situados no aglomerado urbano com objetivos educacionais e de laços comunitários, conforme apresentado na figura 6 abaixo:

Figura 6 - Definição da Agricultura Urbana

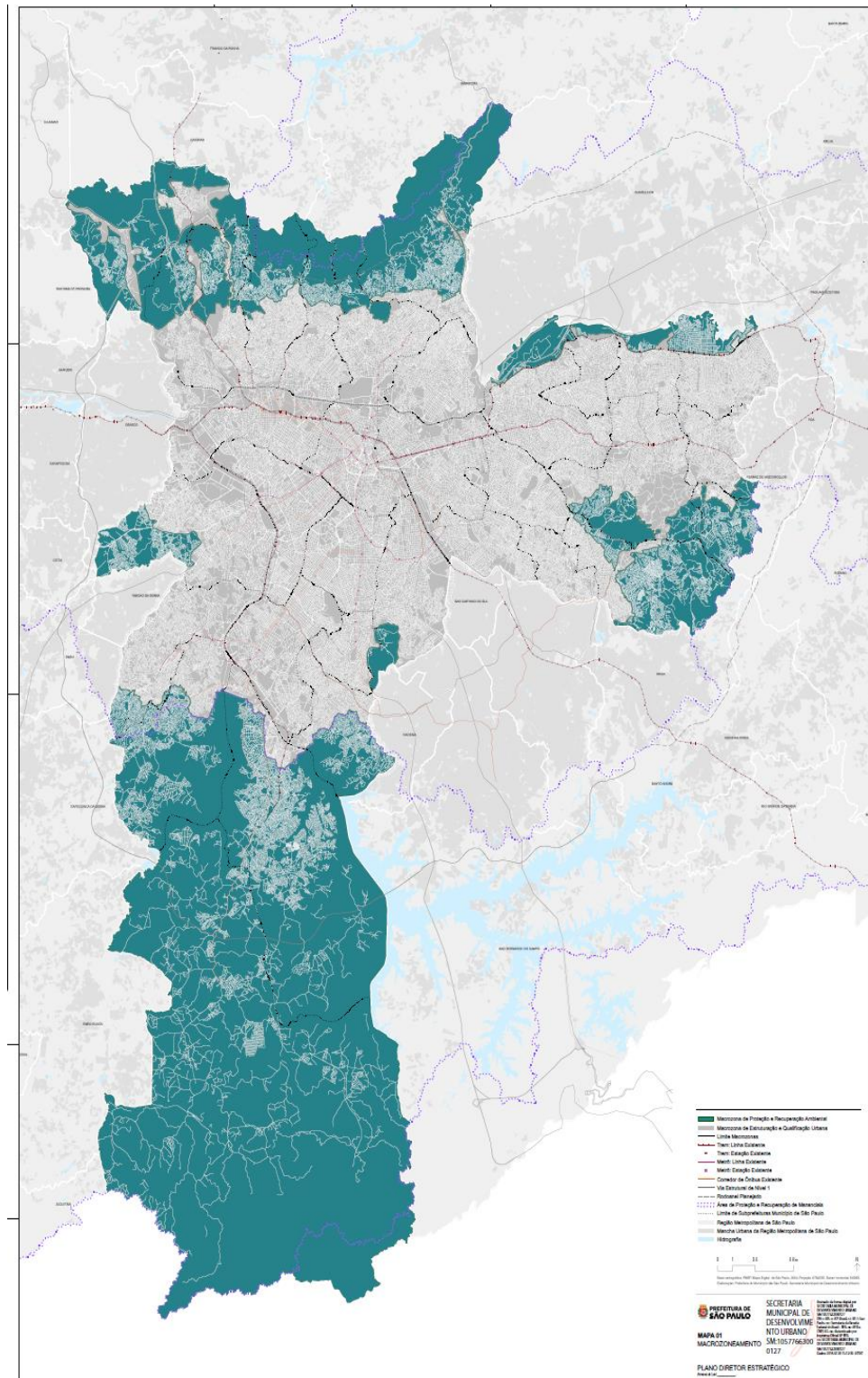


Fonte: Adaptado de Miketen (2013), baseado na Lei Municipal n° 13.430 de setembro de 2002.

Para garantir um desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado entre as várias visões existentes no Município sobre o futuro, o PDE aprovado em 2014, observa e considera, em sua estratégia, o ordenamento territorial. Sendo assim, o território do Município de São Paulo de acordo com o Artigo 9, Parágrafo único, do PD, é dividido em duas Macrozonas (I-

Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana e II – Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental), conforme o Mapa 1, cada uma delas subdivididas em quatro macroáreas (I – Macroárea de Estruturação Metropolitana; II – Macroárea de Urbanização Consolidada; III – Macroárea de Qualificação da Urbanização e IV Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana).

Mapa 1 - Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, delimitada pela cor verde escuro.



Fonte: SÃO PAULO, [município], 2014

Conforme ilustrado no mapa acima, a Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental está localizada nos extremos do município, sendo que a área mais expressiva está localizada ao sul do município, área que abrange o território em que a pesquisa com os jovens foi realizada. É nesse instrumento que há o reconhecimento da atividade agrícola na região, dando o aval legal para a atividade. Trata-se de um território ambientalmente frágil devido suas características geológicas e geotécnicas, a presença de mananciais de abastecimento hídrico e significativa biodiversidade, o que demanda cuidados especiais para sua conservação. Apresentadas pelo novo PDE, da seguinte forma:

§ 1º A Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental tem **função precípua de prestar serviços ambientais** essenciais para a sustentação da vida urbana das gerações presentes e futuras.

§ 2º A Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental contém remanescentes florestais significativos em diversos estágios sucessionais e **áreas de produção agrícola** que contribuem para a manutenção da biodiversidade, conservação do solo e manutenção dos **recursos hídricos** superficiais e subterrâneos, bem como para a **produção de alimentos** e serviços essenciais a **segurança alimentar** e **conservação dos serviços ambientais**.

§ 3º As características geológicas e geotécnicas da Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental demandam critérios específicos de ocupação admitindo diversas tipológicas de assentamentos urbanos e **atividades econômicas**, inclusive **agrícolas** e de extração mineral.

§ 4º A Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental divide-se em 4 (quatro) macroáreas delimitadas no Mapa 2, sendo essas: I – Macroárea de Redução da Vulnerabilidade e Recuperação Ambiental; II – Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental; III – Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável; IV – Macroárea de Preservação de Ecossistemas Naturais.

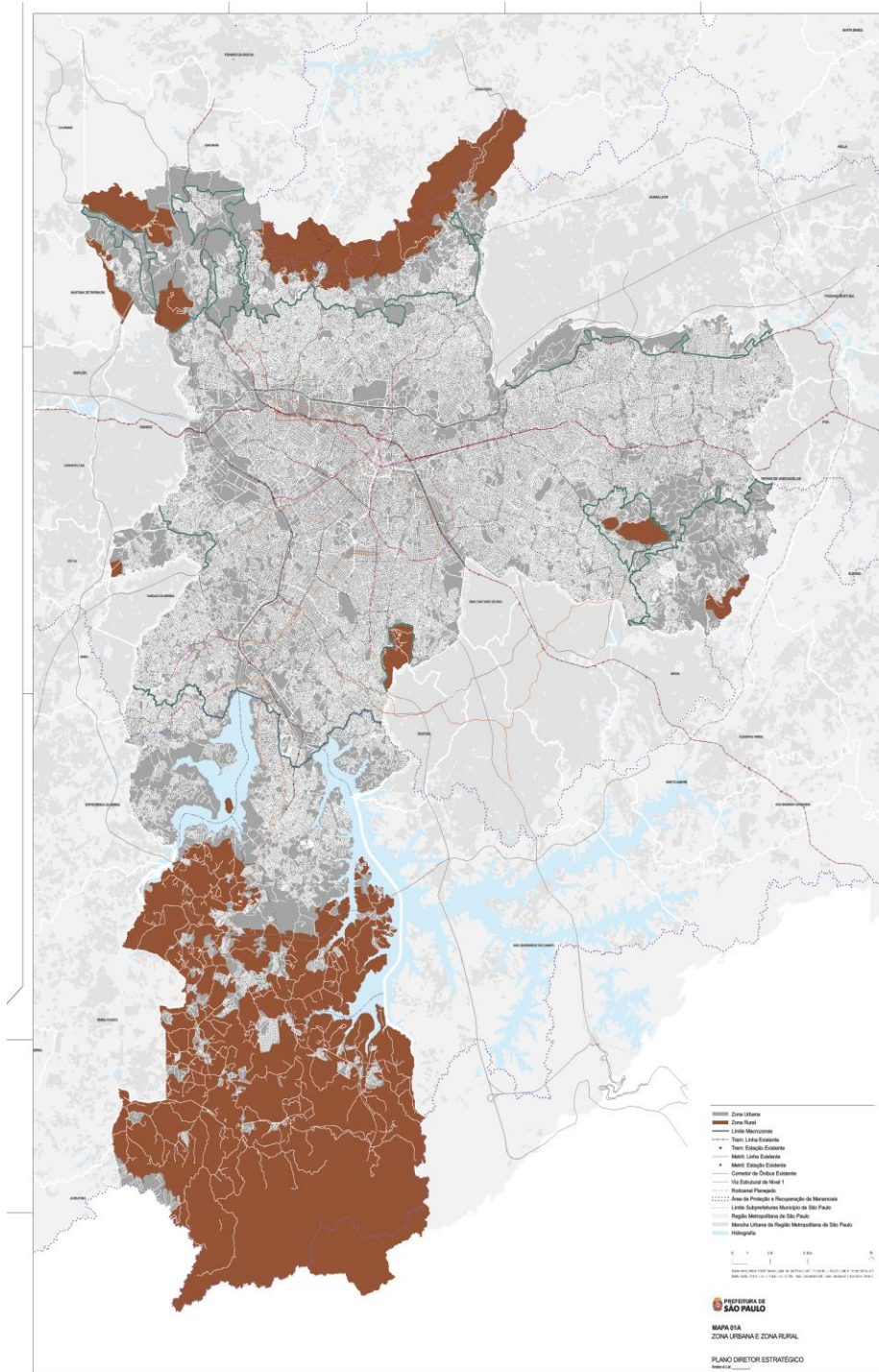
§ 5º **As Macroáreas de Contenção Urbana e Uso Sustentável e de Preservação de Ecossistemas Naturais correspondem à zona rural do Município de São Paulo** (SÃO PAULO, [município], 2014, p.49, grifos nossos).

Esse reconhecimento teoricamente traz vários benefícios aos agricultores, uma vez que legaliza a atividade agrícola no município e, sendo assim, possibilita aos agricultores a ter acesso a políticas públicas em todas as esferas, municipais, estaduais e federais, como por exemplo, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Ou seja, na verdade o não reconhecimento da atividade agrícola no município impedia que os agricultores, como mencionado acima, tivessem acesso às políticas públicas destinadas a eles, uma vez que a atividade agrícola desenvolvida na região não era reconhecida.

Abaixo segue o mapa do município de São Paulo, com a delimitação da zona rural (delimitada pela cor marrom), definido pelo Plano Diretor Estratégico. Podemos observar através do mapa, que a porção Sul, área em que a pesquisa foi realizada, possui a maior área considerada zona rural no município de São Paulo. De acordo com dados da Subprefeitura de Parelheiros, a área que abrange os distritos de Marsilac e Parelheiros correspondem a 25 % do

território da cidade de São Paulo, acrescido a esse número apresentado há também as áreas pertencentes à Subprefeitura de Capela do Socorro, com os bairros Chácara Santo Amaro e Ilha do Bororé, em que a atividade agrícola também é desenvolvida, território esses em que a pesquisa foi realizada.

Mapa 2 - Zona rural, delimitada pela cor marrom.



Fonte: SÃO PAULO, [município], 2014.

Podemos observar pelo mapa que a zona rural é isolada, concentrada nos extremos, nas áreas mais periféricas do município, diferentemente das áreas centrais que não possuem nenhum vestígio de área rural. Esse isolamento é extremamente ameaçador para a continuidade dessas zonas, dessa forma a elaboração de planos como o Plano Diretor Estratégico, se torna extremamente importante para assegurar a permanência da zona rural. O ideal seria que esses planos ajudassem a aumentar a área rural da cidade de maneira a frear a pressão exercida nas áreas rurais ainda existentes e também, para fortalecer a agricultura nas zonas rurais já consolidadas.

A partir do reconhecimento das áreas rurais, e conseqüentemente da atividade agrícola, esperamos o fortalecimento da agricultura desenvolvida na região. Além disso, esse novo documento assegura a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável da região, e para isso se utiliza da agricultura (pautada nos princípios da agroecologia) como ferramenta para esse desenvolvimento. Haja vista que a permanência do agricultor no campo, funciona como uma barreira para frear o processo de crescimento desordenado através de loteamentos clandestinos que são responsáveis por causar grandes impactos ambientais na região:

Ambos os fenômenos, o do crescimento populacional em áreas desprovidas de infraestrutura e serviços, como o “esvaziamento” populacional, agravam as condições sociais e ambientais da cidade, já que resultam em um padrão de urbanização pouco eficiente, pressionando áreas mais frágeis e importantes quando são considerados os serviços ambientais ou ecossistêmicos prestados por essas áreas. Na área de manancial sul, por exemplo, segundo dados do ISA (2007), no período de 1996 a 2000, a população paulistana moradora na Bacia Billings cresceu de 710 mil para 863 mil habitantes e na Bacia Guarapiranga, no mesmo período, essa elevação foi de 40%. Hoje a população que vive nesta bacia está estimada em 800 mil habitantes (SEPE; GOMES, p.66, 2008).

Segundo dados do IBGE (2000), o distrito de Marsilac apresenta um crescimento populacional de 3,83% a.a, apesar disso, pode-se afirmar que a pressão da ocupação urbana ainda ocorre em menor intensidade neste distrito do que em Parelheiros (Subprefeitura de Parelheiros) e Grajaú (Subprefeitura de Capela do Socorro), que também apresentam valores altos de crescimento populacional:

No distrito de Parelheiros, que tem seu território inserido nas bacias hidrográficas Guarapiranga e Billings, os núcleos urbanos correspondiam em 2003, a 10,77% da área total, apresentando crescimento populacional de 7,07% a.a. Já em Grajaú, localizado quase que integralmente na bacia Billings, estes núcleos representavam 24,28% de sua área total, sendo que a população cresceu a taxas anuais de 6,22%, entre as décadas de 1990 e 2000 (IBGE, 2000).

Segundo dados apresentados por Sepe e Gomes (2008), para os distritos mencionados acima, a média da população residente em favelas no ano 2000 girava em torno de 17%, com

Parelheiros e Grajaú apresentando valores mais elevados que a média (29,96 e 28,25%, respectivamente). Quanto aos loteamentos irregulares, a média da população residente situava-se em 28%, sendo que em Marsilac, os valores são insignificantes, por suas características muito específicas, ou seja, predominantemente rural e população em torno de 8,7 mil habitantes em 2007. A foto abaixo ilustra ocupação irregular em áreas de mananciais no Distrito de Grajaú, zona sul de São Paulo.



Foto 1: Ocupação irregular em áreas de mananciais – Grajaú

Foto 2 Ocupação irregular vizinha ao Sistema Agroflorestral do avô de um dos entrevistados - Parelheiros

Fonte: Acervo DUC/SVMA; Arquivo pessoal

De uma forma geral, a pressão da urbanização no extremo sul do município de São Paulo impacta significativamente a integridade das áreas de preservação dos mananciais. Outro fator importante de pressão, atuando nos territórios desses dois distritos, foi a implantação do Trecho Sul do Rodoanel. Os estudos ambientais realizados pelo empreendedor, no caso a DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S/A), para avaliação dos impactos da obra, apontaram que o Rodoanel não apresentará caráter indutor da ocupação urbana na região. Porém, há controvérsias, uma vez que a implantação desse sistema já acarreta impactos significativos na expansão urbana, na valorização do preço da terra, no crescimento populacional, os impactos sempre são gerados, isso fica evidente na foto abaixo:

Foto 3: Impactos da implantação do Rodoanel Trecho Sul



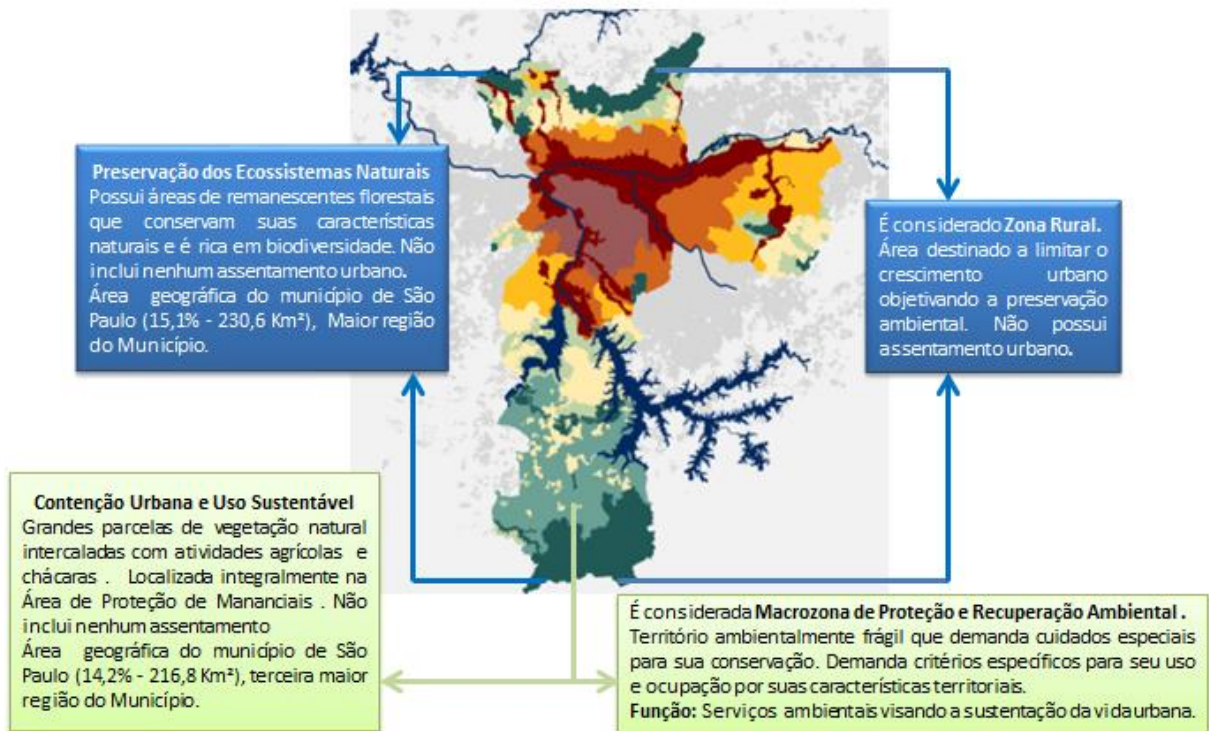
Fonte: Secretaria do Verde e Meio Ambiente – Acervo (DUC)

A figura 7, mostra como está organizada a cidade no momento presente. São apontadas as delimitações das Macroáreas, sendo que para a região pesquisada, nota-se a presença de áreas de preservação dos ecossistemas naturais; contenção urbana, uso sustentável, redução da vulnerabilidade urbana e recuperação ambiental, essa última em menor proporção representada pela cor mais clara delimitada na figura.

Ainda de acordo com o esquema apresentado na figura, temos a noção da dimensão territorial das duas Macrozonas em que podemos ressaltar que a Macrozona de Proteção Recuperação Ambiental abrange uma área de 824,6 km², o correspondente a 54,0% do município de São Paulo. Já a Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana abrange uma área de 702,8 km², o correspondente a 46,0% do território do município.

Outra informação relevante apresentada pela figura 7 é dada pela abrangência da Zona urbana, que corresponde uma área de 1079,4 Km², o que corresponde a 70,7% da área do município em relação à zona rural que abrange uma área de 448,0 km², o que corresponde a 29,3% da área do município de São Paulo. Sendo assim, o fortalecimento da agricultura pautada nos paradigmas agroecológicos é utilizado como instrumento para impedir a degradação ambiental local.

Figura 7 - Zona Rural e Macrozona de Proteção e Conservação Ambiental do Município de São Paulo



Fonte: Adaptado de (SÃO PAULO, [município], 2014).

Em síntese, há vários desafios postos em relação ao PDE, de maneira que ele seja efetivamente benéfico para a população Maricato (2015) faz apresenta algumas dessas questões:

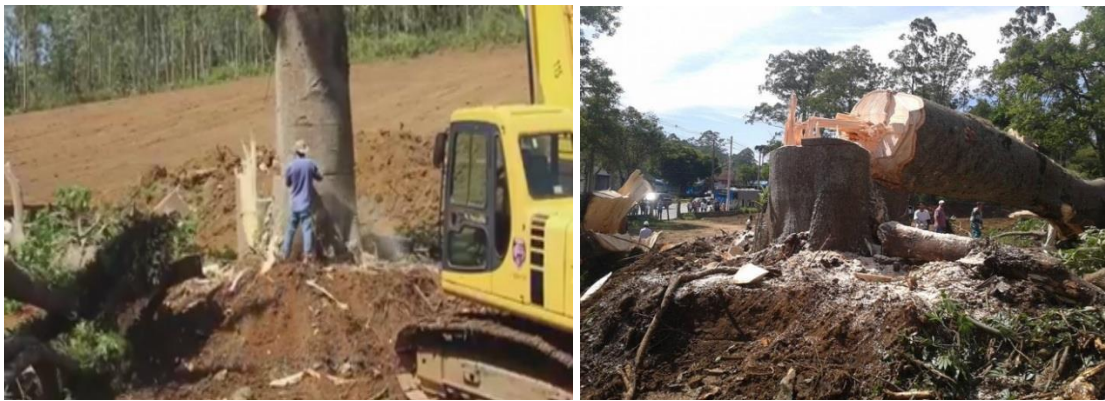
[...] o que é mais importante na vida urbana do que ter mobilidade? Como abrir a caixa preta dos jurássicos sistemas de transportes de nossas metrópoles sem impactar tudo e todos na cidade? Incluindo o uso do solo, meio ambiente, a moradia, a segregação, o exílio dos jovens na periferia, os acordos de campanha eleitoral, as “prioridades orçamentárias”, o sofrimento dos que dependem desse transporte, a dominação urbana rodoviária, imobiliária, etc. (MARICATO, 2015, p. 48).

Para além das questões apresentadas acima, há um universo de outras questões como: até quando os pobres serão encurralados para as áreas mais distantes, de maneira a torna-los invisíveis? Consequentemente se aceita que eles ocupem até áreas de proteção ambiental como acontece na região pesquisada. Segundo Maricato (2015) são quase 2 milhões de habitantes apenas no Sul da metrópole, ou em áreas de risco, mas não é aceitável que os mesmos ocupem áreas valorizadas pelo mercado? Haja vista as disputas que ocorrem pelo centro da cidade. Quais políticas são necessárias para que o agricultor desenvolva sua atividade com devido apoio técnico, para acesso ao crédito, para conduzir a produção e

auxiliar na comercialização entre outros?

Dentro dessa mesma perspectiva há também a questão dos grandes empreendimentos que facilmente conseguem todos os licenciamentos ambientais possíveis, como é o caso do empreendimento que está sendo construído na principal avenida do Distrito de Parelheiros, Sadamu Inoue, e que foi responsável pela derrubada de diversas árvores, além de uma paineira centenária, através de um Termo de Compensação Ambiental (TAC), com autorização da (SVMA) concedido aos responsáveis pela obra, conforme fotos abaixo, esse fatídico dia ocorreu em 31 de outubro desse ano (2016).

Fotos 4 e 5: Paineira derrubada em Parelheiros para construção de um centro comercial (outubro 2015).



Fonte: Ernesto Akio Oyama (arquivo pessoal disponibilizado via redes sociais).

Por outro lado, essa mesma facilidade não é encontrada pelo agricultor que deseja apenas exercer sua atividade em paz, e qualquer ação menor que seja, ou através de uma poda, ou até mesmo um corte de uma árvore que sinaliza perigo de queda, é passível de multa. Nesses momentos esses agricultores se tornam visíveis.

A verdade é que o PDE, como afirma Maricato (2015), caracteriza-se como um “discurso pleno de boas intenções, mas distante da prática”. A crítica é feita pelo fato de alguns itens como habitação social, transporte público e saneamento não terem entrado em pauta:

O resultado é: planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, cidadania para alguns [...] não se trata de direitos universais, mas de privilégios para poucos. (CASTRO e SILVA *apud* MARICATO, 2015).

Ainda de acordo com o trecho acima, a questão não é a criação ou não dos Planos Urbanísticos, mas sim o que de fato eles podem fazer para mudarem a situação das cidades periféricas que são caracterizadas por possuírem problemas graves desde infraestrutura até

saneamento básico, violência entre outros. O que se defende na maioria desses planos, infelizmente, é o interesse de grupos que comandam a política local, dessa forma o que poderia ser uma oportunidade de desenvolvimento para as periferias, por exemplo, na verdade dá lugar a outro movimento de dominação técnica, cultura ideológica e política da periferia do capitalismo, como por exemplo, o Plano Estratégico (MARICATO, 2015).

A crítica feita por alguns autores, como por exemplo, Maricato, ao plano é pelo fato dele ter sido inspirado no urbanismo dos jogos olímpicos em Barcelona e foi comprada na América Latina como grande salvadora das cidades. Mas na verdade, as propostas contidas nos “planos estratégicos” eram baseadas no ideal neoliberal que orientou o “ajuste” das políticas econômicas nacionais por meio do Consenso de Washington.

Ou seja, na prática, “Plano Estratégico”, tem o papel de estrategicamente fortalecer as políticas neoliberais caracterizadas por desregular, privatizar, fragmentar e dar ao mercado um espaço irrestrito. Ele reforça a ideia da cidade autônoma, a qual necessita instrumentar-se para competir com as demais na disputa por investimentos, tornando-se uma “maquina urbana de produzir renda” (ARANTES *apud* MARICATO, 2015).

Para tal, a cidade deverá se estruturar para fornecer serviços como em todas as cidades globais, como hotéis luxuosos, centro de convenções, mega projetos, culturas, aeroportos internacionais, ou seja, passa a se tornar uma cidade mercadoria; ainda de acordo com a autora mencionada acima, tal cidade deve ser gerenciada como uma empresa privada competente. Infelizmente o modelo defendido é dos grandes empreendimentos em detrimento dos pequenos, do comércio de rua, do restaurante de comida caseira. De maneira que os excluídos continuem excluídos. Além disso, inúmeras vezes os investimentos públicos induzem o crescimento urbano para regiões e bairros considerados desaconselhados pelo Plano Diretor, de acordo com Maricato (2015), “temos planos sem obras e obras em planos, configurando uma situação anárquica e subversiva para o crescimento sustentável”, essa tensão entre planos e os investimentos que os contrariam somente pode ser resolvida no campo de prática política, seja ela social, partidária, profissional ou acadêmica.

O que ocorre é que na cidade não há divergências políticas e ideológicas, mas apenas “assuntos locais”, com os quais se identificam os cidadãos que, afinal, encontram-se todos irmanados e igualmente interessados na afirmação da competitividade de sua cidade. De acordo com Vainer (2000), na cidade não há lugar para ideologias nem políticas, há apenas interesses. Na verdade há apenas um único, verdadeiro e legítimo interesse: a produtividade, a competitividade urbanas, condição *sine qua non* do crescimento.

Sabemos que essa discussão está longe de ser encerrada. Há muitas questões, algumas já apontadas no transcorrer do texto, outras que surgirão com o tempo, que devem ser discutidas, porém, para finalizar, segue um trecho que pontua muito bem todo esse desfecho:

O modelo é contra os pobres que estão longe de constituírem minoria em nossa sociedade. O modelo quer os pobres fora do centro como anunciou o jornal *Brasil de Fato*. Tudo isso é óbvio. O que não parece ser óbvio é que, em última instância, como diria Althusser, a determinação disso tudo é econômica. A centralidade é a produção do espaço urbano e a mola propulsora, a renda imobiliária. E depois dizem que Marx está morto (MARICATO, 2015, p. 63).

Em síntese, as cidades devem ser geridas de forma a assegurar aos cidadãos eficácia social e eficiência econômica pelos seus dirigentes, e não pelos interesses individuais ou de grupos políticos dispostos a lucrar a todo custo.

Porém, para que os agricultores de fato sejam beneficiados, o PDE deve ser implantado na prática e não se tornar meramente apenas mais um documento teoricamente muito bem elaborado e, na prática, muito longe de ser executado, para que assim, além ser um instrumento de fortalecimento para a agricultura familiar, garanta que a população tenha acesso a alimentos de qualidade a um custo justo.

Feita a crítica acima, é necessário reconhecer também alguns itens do PDE, que irão fortalecer a agricultura exercida na região para além do reconhecimento da atividade agrícola, como por exemplo, o texto contido na Subseção VII Do Pagamento Por Prestação de Serviços Ambientais (PSA):

Art. 158. A Prefeitura poderá aplicar o pagamento por prestação de serviços ambientais para os proprietários ou possuidores de imóvel urbano ou rural, privado ou público, conforme disponho na legislação federal, estadual e municipal pertinente. (SÃO PAULO, [município], 2014, p. 93).

O pagamento por serviços ambientais é uma ferramenta capaz de dar ao agricultor um incentivo para que ele mantenha o interesse em preservar os remanescentes florestais em sua propriedade e não trate mais como vilão, ou improdutiva, as áreas que possuem vegetação nativa.

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) surge como um instrumento econômico dentre muitas opções de gestão para lidar com a falha de mercado relativa à tendência à sua oferta de serviços ambientais em decorrência da falta de interesse por parte dos agentes econômicos em atividades de proteção e uso sustentável dos recursos naturais. Ele é um instrumento econômico, discutido com grande ênfase na atualidade para estimular a proteção, o manejo e o uso sustentável

de florestas tropicais, em especial em países em desenvolvimento. Estas florestas se encontram em geral sob grave pressão de desmatamento e degradação, ao mesmo tempo em que ali moram populações rurais carentes de desenvolvimento (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2011, p. 36).

A figura 8 abaixo ilustra como se dá o funcionamento do PSA; nesse esquema apresentado pelo Ministério do Meio Ambiente (2011), o esquema ilustra a sociedade como um todo recebendo água de qualidade, obtida através do reconhecimento do valor prestado pela pessoa responsável por conservar, através de atividades de recuperação da vegetação nativa, essa por sua vez, produzirá os serviços ambientais, como por exemplo, a garantia do fornecimento de água entre outros, conforme exposto na figura abaixo:

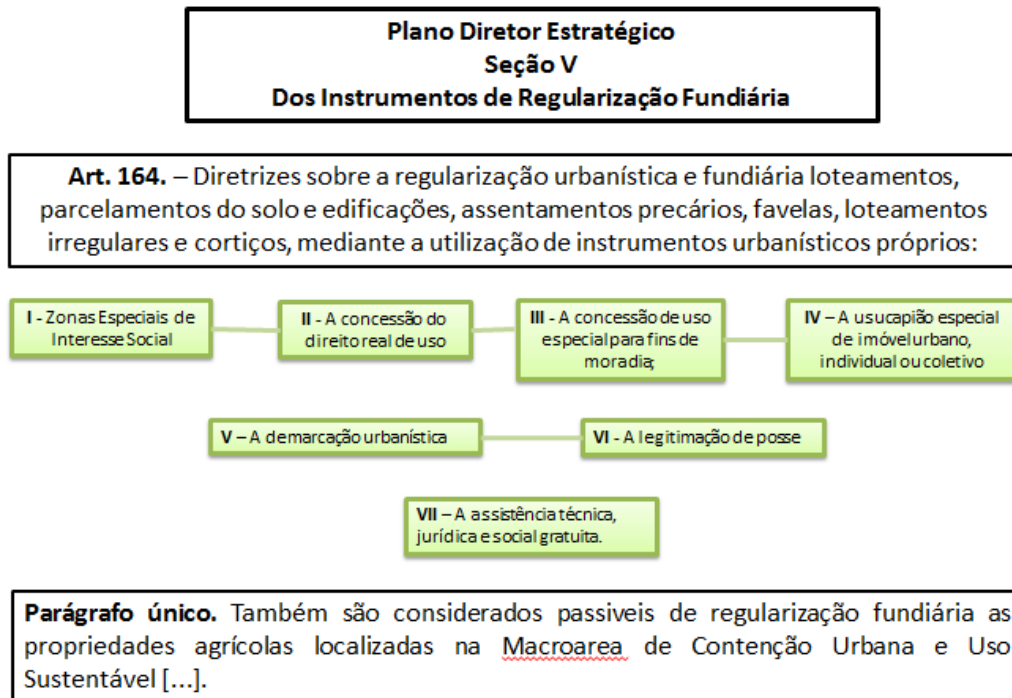
Figura 8 - Pagamento por Serviços Ambientais na Mata Atlântica.



Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2011.

Outra questão de grande fragilidade e dificuldade encontrada pelo agricultor é em relação à regularização fundiária, tratado no PDE na Seção V, conforme ilustrado na figura 9 apresentada abaixo:

Figura 9 - Regularização Fundiária (PDE).



Fonte: SÃO PAULO, [município], 2014.

O artigo 189 do PDE fala sobre o Polo de Desenvolvimento Econômico Rural e Sustentável, cujo objetivo é promover atividades econômicas e gerar empregos na zona rural de modo compatível com a conservação das áreas prestadoras de serviços ambientais na Macroárea de Contenção Urbana e uso Sustentável de acordo com a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, respeitando assim a legislação referente às unidades de conservação municipais e estaduais, conforme exposto no artigo pela SMDU (2015), que dispõe da seguinte forma sobre a implementação do Polo de Desenvolvimento Rural Sustentável, cujas ações previstas são:

- I – fortalecer a Assistência Técnica e Extensão Rural** através das Casas de Agricultura Ecológica, dotando-as de recursos e infraestrutura suficientes;
- II – apoiar a certificação orgânica** dos agricultores familiares, em especial a certificação participativa;
- III – estabelecer convênio** com o Instituto Nacional da Colonização e Reforma agrária para promover o **recadastramento e a regularização fundiária das propriedades**;
- IV – firmar convênios** com o Governo Federal objetivando **implantar no Município as políticas e programas federais voltados a agricultura familiar e agroecologia**, de acordo com a Política Nacional de Agricultura Familiar e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;
- V – implantar, em parceria** com os governos Estadual e Federal, uma **Escola Técnica de Agroecologia** e programas de **melhoria das estradas vicinais rurais e de saneamento básico**;

VI – viabilizar a construção de um **entrepósito de comercialização e distribuição de produtos agropecuários**;

VII – **garantir a introdução de alimentos orgânicos** produzidos no Município de São Paulo na **alimentação escolar**;

VIII – implantar o Pólo de turismo de Parelheiros, nos termos da legislação em vigor;

IX – fortalecer e ampliar a fiscalização ambiental para proteger o uso e a paisagem rural, integrando e otimizando as ações dos órgãos estaduais e municipais competentes;

X – implementar o instrumento por pagamento por serviços ambientais as propriedades rurais, conforme o art. 158 desta lei, em especial, nas áreas prestadoras de serviços relacionados a produção de água;

XI – criar mecanismos para a proteção e conservação da biodiversidade na zona rural;

XII – melhorar a oferta de equipamentos e serviços públicos de **educação, saúde, assistência social, lazer, esporte e cultura** a população moradora da região (SÃO PAULO, [município], 2014, p. 105).

Ou seja, a criação do Polo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) pelo que está exposto na Lei do Plano Diretor, vai além do fortalecimento da agricultura, permeia vários aspectos desde o fortalecimento da assistência técnica prestada na região, através de dotação de recursos para esses equipamentos, além da regularização fundiária, do fortalecimento da agricultura orgânica, através do apoio à certificação de novas áreas e também, pela obrigatoriedade da implantação de merenda escolar orgânica entre outro. Para além da agricultura, pretende com a criação do PDRS na região, melhorar os serviços públicos ligados à educação, saúde, assistência social, lazer, esporte e cultura. Melhorias essas que devem estar à disposição da população.

O Artigo 191, dispõe sobre a criação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS) que deverá ser elaborado de forma participativa no prazo de 1 (um) ano a partir do início da vigência desta lei. No PMDRS deverá estar contido algumas informações mínimas, como por exemplo, diagnóstico socioambiental, econômico e cultural; caracterização das cadeias produtivas existentes e potenciais de maneira que sejam identificados os entraves a serem superados para o seu desenvolvimento entre outras. Para tal, foi criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável.

Diante de todo exposto acima, podemos verificar que o PDE, se implantado corretamente, conforme os artigos dispostos na Lei será um instrumento não só de fortalecimento da agricultura na região, mas sim um grande propulsor para uma mudança das condições em que os jovens, os agricultores a população em geral se encontra no momento, uma vez que sana todas as deficiências existentes na região, desde a agricultura até os serviços públicos gerais, como por exemplo, a questão do sistema de saneamento ambiental, que segundo a lei deverá obedecer aos critérios da infraestrutura rural definidos pelo órgão

federal competente, além de atender a legislação referente às unidades de conservação, levando em consideração seus planos de manejo.

Por fim, trata-se como mencionado em parágrafos anteriores de um excelente Plano, altamente apaixonante para os românticos. Basta, no entanto que ele seja executado na prática para que assim, possa de fato transformar a agricultura da região, mais que isso, transformar a realidade da juventude residente na região.

3 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO

3.1 Introdução

Numa sociedade capitalista, a produtividade e o lucro que gera são características fundamentais de valorização de qualquer atividade. Por isso, se faz necessária a caracterização da produção agrícola na região para validar a existência da agricultura no município de São Paulo. No caso em questão, no extremo Sul do município de São Paulo, nosso objeto de pesquisa abrange as subprefeituras de Capela do Socorro (região da Ilha do Bororé, Chácara Santo Amaro e Grajaú) e Parelheiros (Marsilac). É válido ressaltar que para além da produção de alimentos e de água (devido a forte presença de mananciais), trata-se de uma região que possui a função de garantir a manutenção da biodiversidade bem como de serviços ambientais através das unidades de conservação, do ecoturismo, da produção agroecológica, da produção orgânica e consequentemente responsável também pela geração de emprego, trabalho, e renda.

A área ocupada por todas as zonas rurais do município de São Paulo corresponde a aproximadamente 30% da área total de São Paulo. De acordo com Arthur Henrique da Silva Santos, Secretário Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo e Segurança Alimentar e Nutricional da Cidade de São Paulo, há cerca de 5 mil hectares destinados à produção agrícola, com uma população estimada em 30 mil pessoas na zona rural, sendo a microrregião mais expressiva localizada no extremo sul da cidade.

Reconhecida a expressividade da agricultura familiar no município de São Paulo, vale ressaltar também a importância do segmento no Brasil em geral. Segundo dados do IBGE analisados pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a agricultura familiar representa 33% do Valor Bruto da produção agropecuária e 10% do Produto Interno Bruto (PIB), além de ser a responsável pela produção de mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Portanto, trata-se de um segmento socioeconômico que atualmente emprega 74,4% da mão de obra no meio rural, apesar de utilizar menos de um quarto da terra agricultável do país.

Tendo em vista a importância da agricultura familiar, um marco essencial para o fortalecimento da categoria em São Paulo foi à aprovação da Lei Municipal nº 16.140, aprovada em março de 2015, que inclui produtos provenientes da agricultura familiar orgânica nas merendas escolares na cidade de São Paulo. Além do fortalecimento dos agricultores

familiares com a garantia de um mercado para seus produtos, a lei também busca o uso sustentável da zona rural da capital para conter a expansão da cidade sobre áreas de preservação ambiental e produção de recursos hídricos. Segundo SDTE (2015), um terço do abastecimento da Rede Municipal de Ensino é proveniente da agricultura familiar. Ainda de acordo com o Secretário, houve um aumento no percentual de repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação de 1% em 2012 para 28% em 2016, podendo ultrapassar 30%.

O item 3.2 apresenta o diagnóstico da produção agrícola da zona Sul do município de São Paulo. Elaborado através dos dados obtidos junto à CAE Parelheiros é de extrema importância por traçar um perfil dos agricultores presentes no extremo Sul do município de São Paulo, de maneira a validar a existência dos mesmos. É válido ressaltar que em nenhum outro estudo ou pesquisa realizada referente ao tema esses dados foram apresentados detalhados como agora.

Essa dificuldade se torna mais complexa ainda em relação às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar voltada para a juventude, como por exemplo, o acesso ao Pronaf Jovem, em que não há registro até o momento de nenhum acesso aceito na região. Na verdade há uma dificuldade dos agricultores em acessar o Pronaf por conta da dificuldade de entendimento dos próprios gerentes de banco em elaborar o projeto e encaminhar, uma vez que muitos gerentes de banco nunca realizaram esse tipo de financiamento, sendo assim, a dificuldade encontrada pelos jovens é maior ainda em comparação à dificuldade encontrada por seus pais.

Em seguida, a discussão no item 3.3 aborda a questão das políticas públicas e a agricultura familiar na zona sul do município de São Paulo. Para isso, são colocadas em discussão as políticas públicas criadas, bem como sua efetivação na região onde a pesquisa foi realizada, dado o reconhecimento feito da existência da atividade agrícola no município, descritas no subtítulo 3.2.

Por fim, é discutida a temática da juventude, o meio ambiente e a agroecologia, através das características apontadas da produção agrícola na zona sul de São Paulo. Nessa discussão o jovem rural é tido como uma oportunidade de mudar o modelo de produção convencional para o agroecológico nas áreas produtivas através do conhecimento adquirido e romper com o modelo convencional de produção passado de pai para filho.

3.2 Diagnóstico da produção agrícola da zona Sul do município de São Paulo

Esse subtópico foi levantado com a finalidade de mostrar o potencial agrícola da região através da caracterização da produção agrícola. Essa caracterização só foi possível devido ao empenho em conjunto com os técnicos responsáveis pela Casa de Agricultura Ecológica – José Humberto Siqueira, mais conhecida como Casa de Agricultura Ecológica de Parelheiros (CAE – Parelheiros). Empenhamo-nos batendo literalmente de porta em porta, ou melhor, de porteira em porteira nas propriedades rurais para fazer o cadastro (Anexo 5) dos agricultores para um posterior trabalho de assistência técnica. Nesse trabalho foram cadastrados 316 agricultores do extremo sul do município de São Paulo, entre os períodos maio de 2006 a janeiro de 2012. Esses cadastros encontram-se arquivados na CAE-Parelheiros.

As informações coletadas por esse cadastro são extremamente importantes para a caracterização da agricultura na região, por apresentarem dados compilados e de uma maneira bem esclarecedora de como a atividade agrícola na região é realizada. Essas informações foram obtidas em áreas agrícolas onde se cultivam: hortaliças, plantas ornamentais e frutíferas. Foram considerados vários aspectos, alguns deles foram: a) principais culturas cultivadas; b) área da propriedade; c) participação da agricultura na renda familiar; d) tipo de mão-de-obra empregada; e) se há informatização na propriedade; f) se o agricultor participa de alguma organização social; g) situação fundiária da propriedade; entre outras informações questionadas.

A coleta desses dados foi efetuada de acordo com a metodologia proposta por Souza (2009) com algumas adaptações e modificações de acordo com a realidade local. O levantamento das informações se deu através de fontes secundárias; entrevistas não estruturadas (diálogo) e entrevistas semiestruturadas.

A análise das fontes secundárias foi realizada mediante levantamento bibliográfico buscando informações sobre a região, como documentos, projetos, estudos científicos, mapas, estatísticas, fotos etc. Essas fontes possibilitam uma visão global da região por meio da caracterização mais plausível com a realidade.

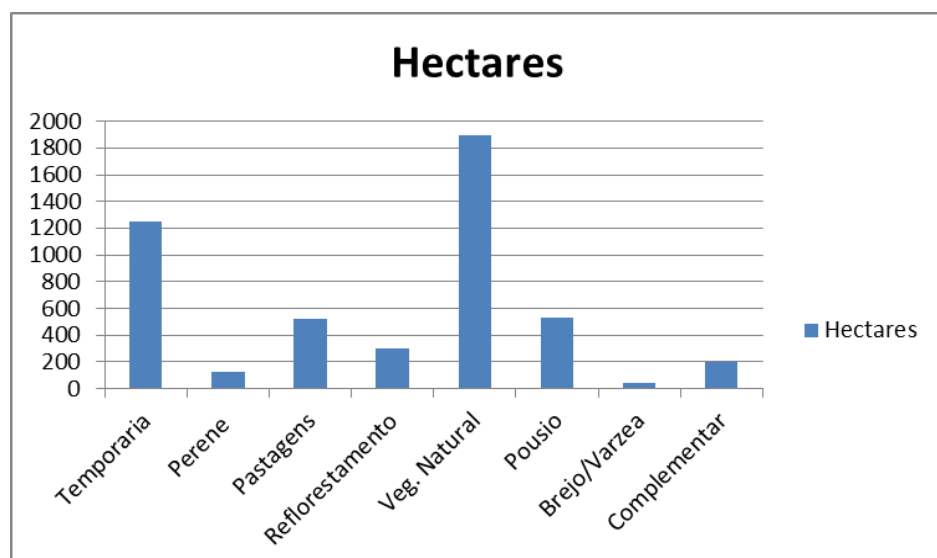
O levantamento das informações relativas ao cadastro foi realizado através de uma entrevista não estruturada (diálogo) pautado em um conversa informal realizada em mais de um encontro. Esta técnica permitiu que as informações obtidas fossem mais próximas da

realidade, pois com o transcorrer do tempo o entrevistado foi ficando mais a vontade e as informações mais completas. Ao final das entrevistas os dados coletados foram analisados e associados objetivando-se estabelecer relações e contradições socioeconômicas dos produtores rurais e a situação agrícola da região, além de tornar possível traçar um diagnóstico das unidades agrícolas da região.

Ao final das entrevistas organizamos e compilamos as informações do cadastro com o objetivo de verificar a situação dos agricultores da microrregião, suas dificuldades segundo o olhar do próprio entrevistado, que no caso se tratou do agricultor. É importante ressaltar que através das informações apresentadas abaixo, o leitor poderá ter maior noção em que agricultura o jovem pesquisado está inserido, além do contexto já mencionado nos capítulos anteriores.

Foram documentadas 4.759,30 ha de área utilizada pelos produtores rurais. Através da análise do gráfico 1, exposto abaixo, pode-se observar que esse total está distribuído em 1.251,90 ha de plantações temporárias, 123.90 ha de cultivos perenes, 516.70 ha de pastagens, 534.40 ha de áreas em pousio, 42.70 ha de brejo/ várzea. O cultivo de plantações temporárias destaca-se como o mais abrangente na região (1.251,90 ha). Essa expressiva área esta relacionada com a rápida obtenção desses produtos agrícolas possibilitando um rápido escoamento da produção que, no entanto, apresenta em sua maioria um menor valor agregado. Em contraposição culturas perenes como frutíferas que apresentam maior valor agregado, tem uma reduzida área de cultivo (123.90 ha).

Gráfico 1 – Distribuição da área plantada pelos agricultores rurais.



Fonte: CAE – Parelheiros.

Elaboração própria, de acordo com dados disponibilizados pela Casa de Agricultura Ecológica de Parelheiros.

Os valores de 1.891.50 e 295.40 ha dizem respeito a áreas de vegetação natural e reflorestamento e merecem relativo destaque no gráfico 1, pois reforçam a preservação ambiental existente na área, uma vez que essa região compreende remanescentes importantes de Mata Atlântica e representa uma das áreas mais preservadas do Município, a qual inclui parte das bacias hidrográficas das Represas Guarapiranga e Billings, que são responsáveis pelo abastecimento de 30% da população da Região Metropolitana de São Paulo, segundo dados da PMSP (2012) já apontados no decorrer do texto.

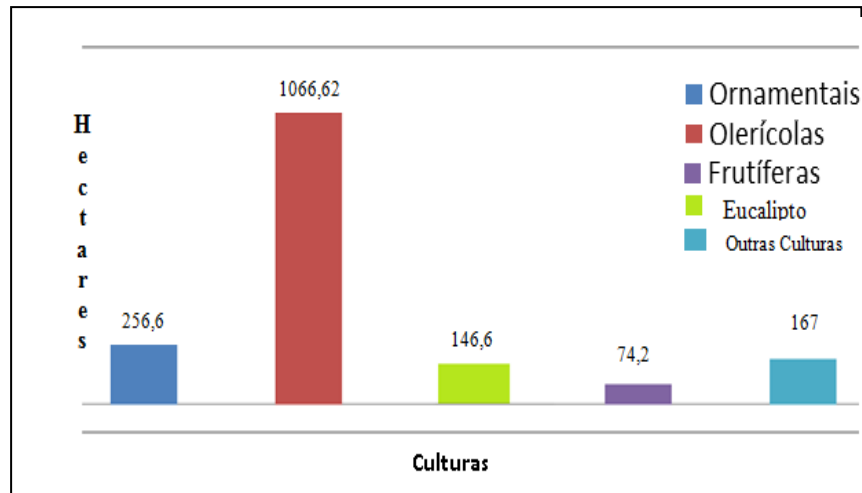
Nesse sentido, esses dados relativos à área reflorestada e vegetação nativa reforçam a ideia dos benefícios em se manter o produtor rural na região uma vez que tal ação contribui para minimizar a ocupação urbana desordenada que apresenta como consequência direta dos impactos na produção de água e abastecimento para a cidade de São Paulo além da redução da área verde preservada.

Dessa forma, quando o produtor se mantém em sua propriedade rural dedicando-se a produção agrícola dentro das boas práticas agronômicas e/ou pautado nos princípios agroecológicos, o agricultor reduz as áreas que são utilizadas como lotes urbanos irregulares contribuindo dessa forma para a preservação ambiental da região, bem como para a produção de água.

Em relação aos cultivos existentes na região podemos destacar dois grandes grupos produtivos, o primeiro refere-se à produção de olerícolas (cultivos diversificados de hortaliças em geral) que abrange uma área em torno de 1.066.62 ha de cultivo e o segundo em relação às plantas ornamentais (tuias, moreias entre outros) que representam 265.6 ha (Gráfico 2).

O que nos chama atenção no gráfico 2 é expressiva área de produção de olerícolas. É chamada de olerícolas a produção de legumes e verduras de uma maneira geral. O gráfico chama atenção justamente para o predomínio nas áreas cultivadas desses gêneros alimentares responsáveis por abastecer em grande parte os sacolões e mercados da cidade de São Paulo.

Gráfico 2 – Produção em hectares.



Elaboração própria, de acordo com dados disponibilizados pela Casa de Agricultura Ecológica de Parelheiros.

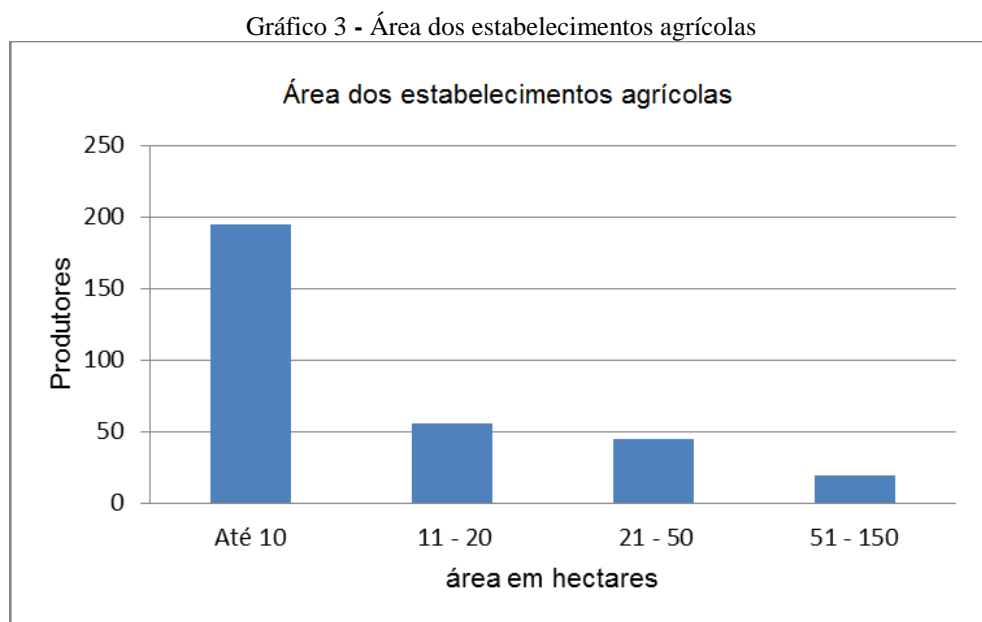
A expressiva produção de alimentos pode ser associada à proximidade da região ao grande centro urbano da capital paulistana, uma vez que a zona rural (de produção) dista aproximadamente 50 km do centro da cidade de São Paulo, o que facilita o escoamento da produção. Devemos lembrar também, da proximidade que a região possui entre uma das maiores centrais de abastecimento, como a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEASA), que além de ser um dos maiores locais de comercialização de produtos alimentícios de origem vegetal e animal há também, uma grande expressividade em relação à comercialização de plantas ornamentais que também, apresenta um número expressivo de produção em hectares, conforme exposto no gráfico acima.

Essas características ressaltam o potencial do território para o abastecimento de alimentos da região metropolitana, não como um todo, mas de uma grande parcela. Essa possibilidade é impulsionada pela capacidade de expansão de cultivo de maneira sustentável na região, pois apresenta disponibilidade de terra cultiváveis e de água, logo a implantação de políticas públicas de fomento a agricultura familiar na região podem funcionar como um importante dispositivo prático de ampliação de cultivos na região.

No entanto, os agricultores citam a dificuldade de escoamento de produção devido à indisponibilidade de recursos e transportes adequados, o que torna a região altamente vulnerável a presença de atravessadores que adquirem os produtos ali cultivados por um baixo valor agregado, tornando a produção agrícola pouco rentável e aumentando gradativamente a desestruturação das unidades produtoras para lotes urbanos.

O gráfico 3 apresenta a área dos estabelecimentos agrícolas (um território demarcado

de atividade agrícola) da região. Através da análise dos dados pode-se observar que dos 316 produtores entrevistados, aproximadamente 195 possuem estabelecimentos agrícolas menores que 10 ha; 56 agricultores têm áreas de tamanho entre 11 e 20 ha; 45 têm estabelecimentos entre 21 e 50 ha e apenas 19 têm áreas com tamanho ente 51 a 150 ha. Esses dados salientam a predominância de uma agricultura composta de um número elevado de produtores com áreas pequenas onde muitas dessas não possuem a documentação da terra como escritura, mas sim apenas um contrato de compra e venda quando existe. O que demonstra a fragilidade da situação fundiária na região.



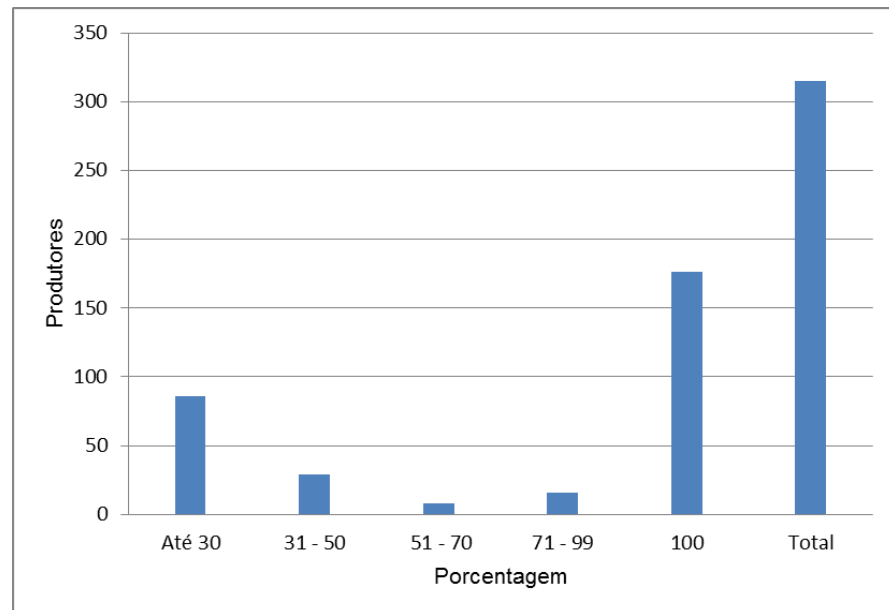
Fonte: CAE – Parelheiros.

Elaboração própria, de acordo com dados disponibilizados pela Casa de Agricultura Ecológica de Parelheiros.

Nesse sentido ressalta-se a importância da produção agrícola, pois existe uma quantidade relativamente alta de pequenas propriedades com atividade agrícola. A falência dessas unidades produtoras pode culminar na ocupação irregular dessas áreas, ocupação essa responsável por causar sérios riscos à manutenção da biodiversidade local.

Além da questão do tamanho das unidades, deve-se destacar a importância da agricultura na participação da renda das famílias (Gráfico 4). Diante dos dados pode-se observar uma predominância de produtores que dependem exclusivamente da agricultura como única fonte de renda representando um universo de 176 agricultores. Em contrapartida temos 16 agricultores que a agricultura contribui de 71 a 99% da composição do orçamento, 8 que dependem entre 51 e 70 %, 29 de 31 a 50 % e 86 que a agricultura representa até 30%.

Gráfico 4 - Porcentagem da participação da agricultura na renda mensal dos agricultores



Fonte: CAE – Parelheiros.

Elaboração própria, de acordo com dados disponibilizados pela Casa de Agricultura Ecológica de Parelheiros.

Esses dados salientam a importância da agricultura para a composição da renda dos agricultores da região, representando uma alternativa viável de geração de emprego por se tratar de um território que apresenta poucas opções de trabalho para seus habitantes. O ideal, para se ter um melhor aprofundamento desses dados seria um estudo de como se dá a distribuição desses empregos nas famílias, porém, as informações apresentadas nos gráficos foram elaboradas de acordo com as informações contidas no cadastro realizado na CAE – Parelheiros, analisados e expostos pela primeira vez.

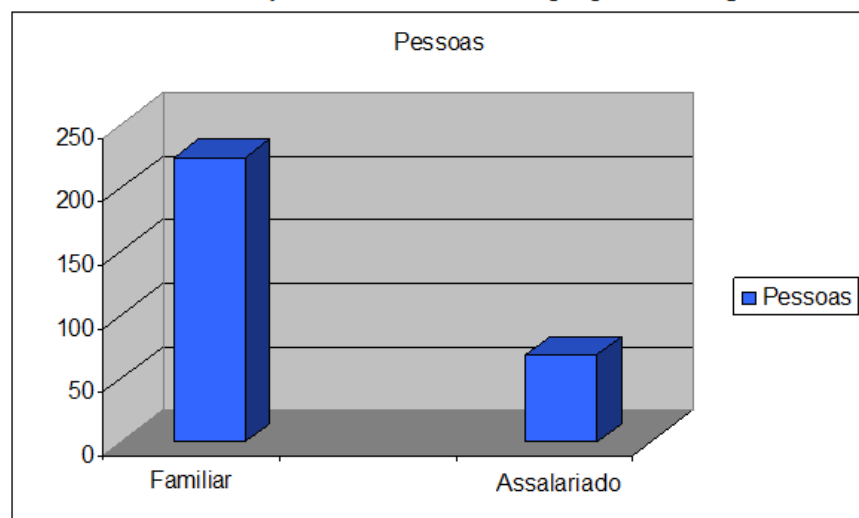
Diante dessa situação a agricultura apresenta potencial para reduzir o êxodo urbano diário, ou seja, o fluxo de pessoas que se deslocam do distrito em direção ao centro da cidade. Somado a esse benefício pode-se citar que os agricultores ao permanecerem em suas propriedades reduzem o número de áreas que irão resultar em lotes urbanos, o que pode configurar um serviço ambiental para toda região metropolitana de São Paulo, pois reduz o impacto ambiental e a contaminação das represas (PMSP, 2014).

Outra informação que reforça a questão do produtor se manter em sua terra é a predominância de mão de obra familiar nas propriedades agrícolas, como exposto no gráfico abaixo (Gráfico 5). Nesse caso é considerado trabalho familiar, quando uma ou mais pessoas da mesma família se ocupam das atividades realizadas na propriedade, como, por exemplo, plantio, colheita. Nesse caso, a maioria dos jovens entrevistados na pesquisa auxilia em algum momento a produção em campo; mesmo alguns jovens que já saíram, retornam no momento

em que o pico de trabalho é maior como, por exemplo, na colheita.

Em contrapartida a esse serviço prestado por membros das famílias há o uso de mão de obra externa, ou seja, pessoas de fora que são pagas para realizar o trabalho de plantio, colheita entre outros, trata-se no caso de mão de obra assalariada (com vínculo empregatício, como carteira assinada, por exemplo), que está muito em falta na região, encontrar pessoas que queiram e saibam trabalhar nessas atividades, por um preço que seja justo para ambas as partes.

Gráfico 5 - Utilização de mão de obra nas propriedades agrícolas.



Fonte: CAE – Parelheiros.

Elaboração própria, de acordo com dados disponibilizados pela Casa de Agricultura Ecológica de Parelheiros.

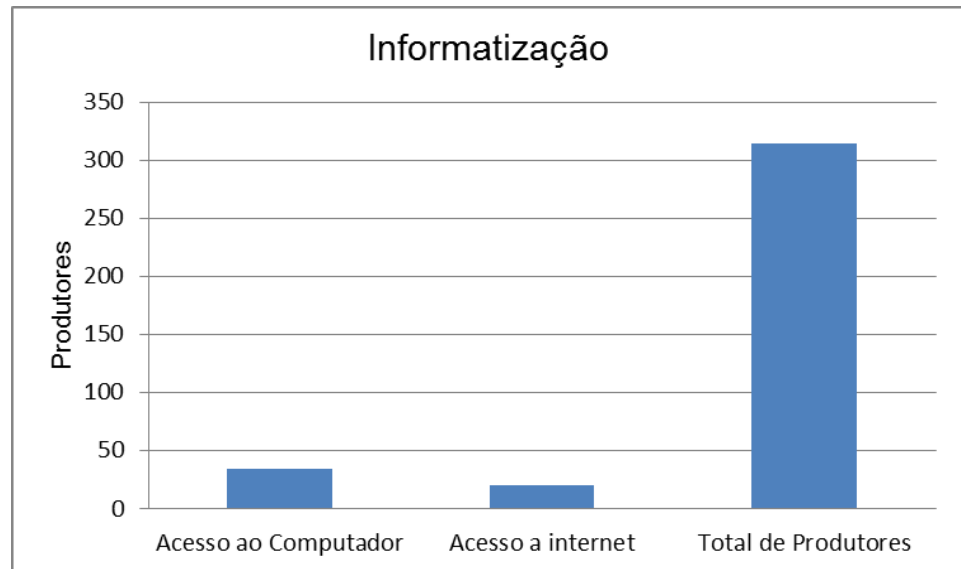
O que denota que além de se tratar de uma agricultura urbana é também uma agricultura familiar, no entanto, mesmo com essa característica os produtores da região encontram uma série de dificuldades de acesso a políticas públicas destinadas a esse setor, como DAP, PRONAF, Pró-trator e PAA.

Essa produção agrícola enfrenta sérias dificuldades de se estabelecer por conta, dentre outros, da questão da regularização fundiária. A maioria das propriedades rurais da região não possui documentação de regularização da terra, o que se encontra na região são os contratos de gaveta, contratos de compra e venda, mas a documentação legal são poucos os que possuem. Essa questão torna-se um entrave para que os agricultores acessem políticas públicas como o Pronaf e outros financiamentos devido à falta de comprovação de renda e da regularização fundiária da área cultivada.

Além da questão fundiária, outra questão que chama a atenção é o baixo nível de informatização das propriedades, já que de um universo de 316 produtores apenas 35 possuem

computador e destes apenas 20 tem acesso à internet (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Informatização dos estabelecimentos rurais.



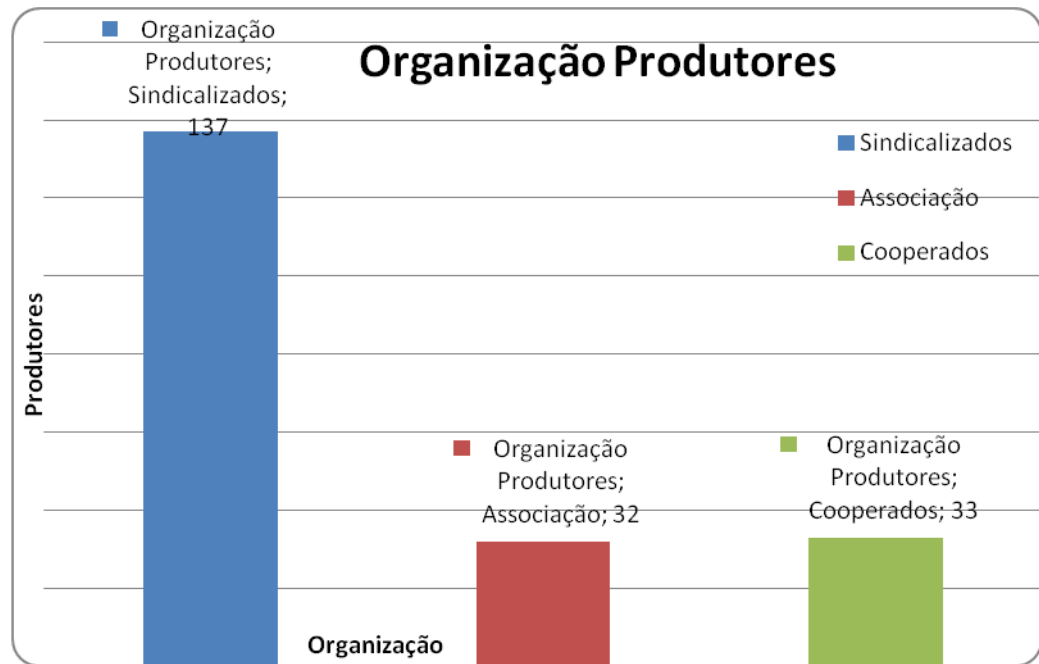
Fonte: CAE – Parelheiros.

Elaboração própria, de acordo com dados disponibilizados pela Casa de Agricultura Ecológica de Parelheiros.

Essa situação reforça a questão da baixa renda da região que limita não apenas a questão da informatização, mas também, o investimento em outras etapas da produção agrícola, importantes para a ampliação da produção e seu escoamento. A questão da informatização é de extrema relevância uma vez que esse tipo de tecnologia pode auxiliar na organização da produção através de planilhas com o histórico de cada área produtiva, controle dos recursos utilizados, além de se aprimorar a comercialização, uma vez que pode aproximar o consumidor ao produto comercializado através da rastreabilidade dos produtos comercializados.

Em relação à comercialização através do gráfico 7, pode-se observar que dentre os produtores consultados, 137 estão ligados ao sindicato rural, 32 a alguma associação e 30 são da COOPERAPAS - Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo. Trata-se de uma cooperativa de agricultores orgânicos e de agricultores em transição da agricultura convencional para orgânica e produtores convencionais presentes na região sul do município de São Paulo, território esse, que abrange as subprefeituras de Parelheiros (Marsilac) e Capela do Socorro (Grajaú, Ilha do Boroé, Chácara Santo Amaro), áreas em que a atividade agrícola é desenvolvida, área essa que representa a região em que a pesquisa em campo foi realizada.

Gráfico 7 - Filiação de produtores a organizações sociais ligadas a agricultura.



Fonte: CAE – Parelheiros.

Elaboração própria, de acordo com dados disponibilizados pela Casa de Agricultura Ecológica de Parelheiros.

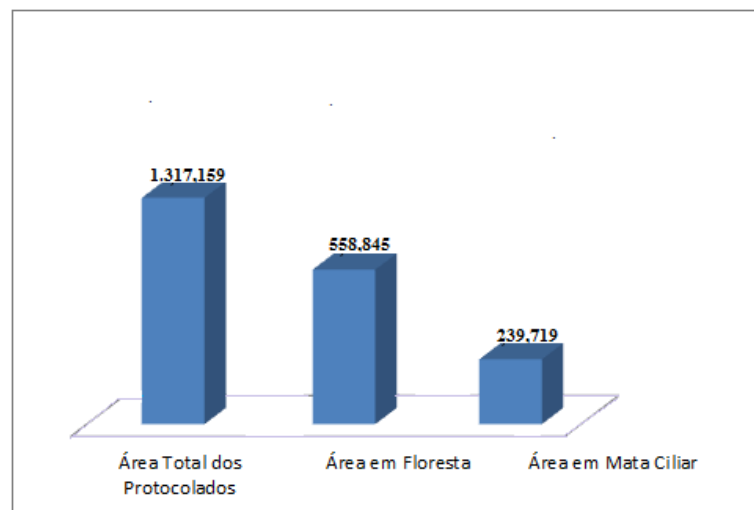
A criação da Cooperapas se deu pelo desejo do antigo supervisor geral de abastecimento na época da criação (junho de 2011), em organizar os agricultores. De acordo com relatos obtidos por membros da atual diretoria, era desejo do supervisor que os agricultores se organizassem em uma cooperativa com o objetivo de facilitar a participação dos mesmos em políticas públicas que exigem que agricultor participe de uma associação ou cooperativa; além dessa organização visar o acesso a oportunidades de comercialização para grandes vendas bem como a compra de insumos de forma coletiva, o que gera uma economia quando se trata de compra coletiva; além de várias outras lutas coletivas como a questão da regularização fundiária; acesso ao crédito e até mesmo a busca pelo reconhecimento como área rural, como foi reconhecida recentemente pelo PD aprovado em 2014.

Atualmente a Cooperapas possui significativa importância para região. Há uma demanda crescente de agricultores que a procuram para ser membro. Entretanto se depara ainda com algumas dificuldades relacionadas na questão da regularização da documentação que ainda esta em processo organizativo. Outro ponto bastante delicado é a questão do trabalho cooperado que cada membro deve desenvolver, qual o papel do cooperado, entre outras questões que geram discussões entre os agricultores cooperados, conforme acompanhamos nas reuniões mensais que ocorrem nas últimas terças-feiras na CAE – Parelheiros.

Essa problemática ocorre em virtude da experiência negativa de alguns agricultores com a Cooperativa de Cotia que atuou na região e pouco tempo depois decretou falência. Essa situação prejudicou diversos produtores filiados a essa instituição, que após a quebra da cooperativa arcaram com os prejuízos. Dessa forma, o Sindicato Rural tornou-se uma opção mais segura, confiável, por apresentar maior estabilidade, conforme depoimento dado por alguns cooperados. Isso fica evidente no elevado número de agricultores sindicalizados conforme exposto no gráfico acima.

No que tange ao diagnóstico ambiental dos produtores protocolados, buscou-se mensurar a área preservada nas propriedades rurais, através dos dados pode-se observar que de um total de 1.317.159 m² (que diz respeito à somatória das áreas de todos os produtores protocolados) cerca de 560 m² apresentam à área de floresta preservada e 239.719 m² de mata ciliar (Gráfico 8). Esses dados reforçam como a agricultura na região pode contribuir para preservação ambiental e conseqüentemente com a produção de água, pois a agricultura na região está fortemente pautada na preservação ambiental, uma agricultura pautada no desenvolvimento rural sustentável.

Gráfico 8 - Diagnóstico ambiental das propriedades rurais



Fonte: CAE – Parelheiros.

Elaboração própria, de acordo com dados disponibilizados pela Casa de Agricultura Ecológica de Parelheiros.

E vale ressaltar que deve ser incentivado na região políticas públicas que fomentem a proteção dessas áreas de floresta, seja por PSA (Pagamento por serviços ambientais) ou alguma outra ferramenta que estimule o aumento da proteção de áreas florestadas.

Dos 316 produtores entrevistados, 36 aderiram ao Protocolo de Boas Práticas

Agroambientais que trata de um acordo de cooperação entre Governo do Estado e Prefeitura da Cidade de São Paulo, objetivando realizar: a preservação das áreas de mananciais, e consequente manutenção da capacidade de produção de água potável para abastecer a região metropolitana; promover o desenvolvimento rural sustentável, minimizando os impactos negativos da agricultura convencional e da expansão urbana desordenada. Essas metas são estruturadas através do desenvolvimento de ações articuladas visando aumentar a competitividade da agricultura familiar por meio da transição do atual padrão produtivo (modo convencional) para o sistema agroecológico (SIGAM, 2010). Os agricultores que participam desse protocolo são chamados de agricultores protocolados que tem a oportunidade de vender seus produtos em transição em pontos de vendas criados pela prefeitura, geralmente são pontos de vendas diferenciados, em que a venda desse produtos caracterizado em transição por ainda não ter o certificado de orgânico, conseguem vender seus produtos com maior valor agregado em comparação com um produto convencional.

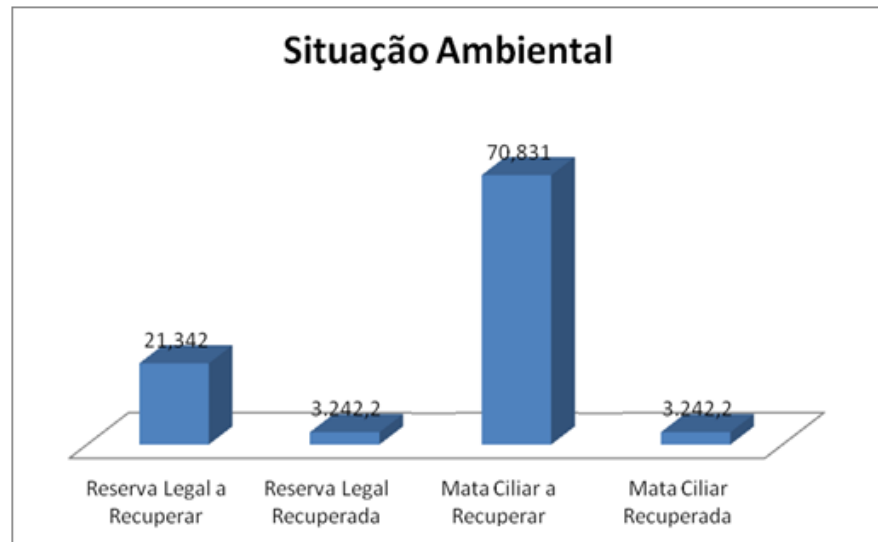
Dessa forma a presente pesquisa fez um recorte para análise da comercialização e situação ambiental desses produtores. No que tange a questão ambiental foram analisados dois aspectos, no primeiro foi realizado um diagnóstico da questão ambiental desses agricultores, observado o total de área dos mesmos e quanto desse total apresentam área de mata ciliar e floresta preservada. No segundo aspecto foi analisada a área que deveria ser recuperada em cada propriedade dos produtores protocolados para que esses ficassem de acordo com a legislação ambiental vigente na época.

A situação foi analisada da seguinte forma, identificaram-se as áreas preservadas e quais áreas necessitavam de adequação ambiental de acordo com a lei vigente, após esse procedimento utilizou-se um GPS e mensurou-se a área identificada. Além da questão ambiental também se avaliou a questão da comercialização desses produtores, identificando os principais pontos de comercialização e quais dificuldades enfrentadas para escoar a produção.

Além do diagnóstico ambiental foi realizada uma análise da área que deveria ser recuperada em cada propriedade dos produtores protocolados para que esses ficassem de acordo com a legislação ambiental vigente; o valor encontrado foi de 70.831m² de mata ciliar e de 21.342 m² de reserva legal (Gráfico 9). Esses valores são considerados baixos em relação à área total dos protocolados (1.317,159 ha) salientando a expressiva preservação ambiental da agricultura desenvolvida na região. Além disso, os produtores estão participando de um programa de adequação ambiental objetivando-se adequar a legislação vigente e minimizar os

impactos da agricultura na região; nesse contexto já foram recuperados 3.24 e 3.24 ha de mata ciliar e de reserva legal, respectivamente conforme exposto no gráfico abaixo:

Gráfico 9 - Área dos agricultores protocolados, que necessita de recuperação ambiental na região.



Fonte: CAE – Parelheiros.

Elaboração própria, de acordo com dados disponibilizados pela Casa de Agricultura Ecológica de Parelheiros.

Mesmo com todas essas contribuições ambientais que a agricultura da região fornece aos habitantes da cidade de São Paulo, os agricultores sofrem com a comercialização de seu produtos, devido à existência de atravessadores que pagam preços baixos para revender em outros locais por um preço mais elevado. Dessa forma o produtor fica com a menor margem de lucro.

No entanto, recentemente essa problemática tem sido minimizada através da ação da Prefeitura de São Paulo mediante o programa Agricultura Limpa que inseriu os produtores em locais estratégicos de comercialização, principalmente em parques municipais e mercados públicos, nos espaços denominados agricultura limpa, os quais podemos citar: Feira do Parque Burle Max e Feira do Parque do Ibirapuera (Modelódromo). Além desses, também existe um programa anual denominado Natal Sustentável, destinado à comercialização de plantas ornamentais.

Além da Prefeitura a Associação de Agricultura Orgânica (AAO), também contribui de maneira significativa para melhorar a comercialização dos produtores da região através da disponibilização de um espaço na feira de produtos orgânicos do Parque da Água Branca para Cooperapas. É válido ressaltar a importância dessa ação, uma vez que esse espaço é considerado a maior referência em comercialização orgânica do Brasil.

Através das informações coletadas pelo cadastro, verifica-se que os produtores localizados geograficamente no extremo Sul do município de São Paulo, encontram diversas dificuldades para realizar a prática agrícola, seja por falta de reconhecimento da atividade na região, ou por conta da legislação ambiental, falta de recursos financeiros, falta de regularização fundiária.

Com o reconhecimento do Território Rural pelo novo PDE espera-se que algumas das dificuldades encontradas pelos agricultores sejam superadas, uma vez que há no Plano aprovado algumas ações como: pagamento por serviços ambientais (PSA) prestados pelos imóveis rurais; parceria com o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - para regularização fundiária das propriedades; criação de um entreposto comercial para os produtos produzidos na região; escola rural; criação de um pólo de desenvolvimento rural sustentável entre outras ações.

Além disso, deve-se buscar e incentivar outras formas de geração de renda sustentável no local, como ecoturismo, por exemplo, pois além da agricultura a região tem um potencial muito grande a ser explorado.

Por fim, notamos que há um grande desafio a ser superado, o da convivência harmônica entre o meio rural e o urbano de maneira que não haja agressão ao meio ambiente e essa convivência seja positiva, caso contrário ocorrerá uma ocupação desordenada do território com invasões irregulares, destruição de nascentes entre outros impactos negativos ocasionados pela pressão demográfica. O objetivo maior deve ser o de promover o desenvolvimento local aliado à preservação ambiental através do fortalecimento da agricultura familiar, tendo a juventude o papel principal.

3.3 Políticas públicas e a agricultura familiar na zona sul do município de São Paulo

Reconhecida a agricultura existente na zona sul do município de São Paulo através do diagnóstico apresentado no subtítulo acima, é chegada a hora de verificarmos quais políticas públicas existentes que de fato beneficiem os agricultores dessa região. As políticas públicas são instrumentos criados com o objetivo melhorar as condições em que o indivíduo se encontra. Todavia, o que percebemos muitas vezes é a criação de leis desfocadas das realidades locais o que muitas vezes dificulta sua implementação e conseqüentemente o objetivo final da política criada, tirar da vulnerabilidade o sujeito que se encontra, no nosso caso, fortalecer a agricultura existente no município de São Paulo.

Antes, porém, é necessário sabermos o marco legal que define a agricultura familiar; trata-se da lei 11.326/2006 que estabelece as normas para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais (BRASIL, 2006). Esse reconhecimento se faz necessário uma vez que permite a inserção dos agricultores familiares nas estatísticas oficiais e conseqüentemente tornando-os visíveis.

Embora o modelo de Estado desenvolvimentista tenha se esgotado já nos anos 1980, ainda permanece na atualidade a concepção de que gastos na área social são incompatíveis com o projeto econômico vigente, de que a alocação de recursos na área social corresponde a *gastos sociais* e não a *investimentos sociais*, já que a ação do Estado na área social cada vez mais se desloca do mundo do trabalho como possibilidade de inserção social dos indivíduos. (COHN, 2004, p. 167).

Não se trata somente dos investimentos sociais não realizados, como a autora acima menciona, mas sim também, outro problema chave está na criação de políticas fora do contexto das realidades locais. Uma coisa é criar políticas macroeconômicas pensando no país como um todo e adaptá-las às realidades locais. Como por exemplo, no caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) de âmbito nacional, trata-se de um crédito que pode ser solicitado pelo agricultor para financiar atividades e serviços rurais na propriedade (compra de insumos; estufa; criação de uma agroindústria entre outros), porém os agricultores da zona sul do município de São Paulo, encontram diversas dificuldades para acessá-lo.

Para acessá-lo algumas exigências devem ser seguidas, como por exemplo, o agricultor deve possuir a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ativa; apresentar alguma garantia de acordo com a natureza e o prazo do crédito entre outras. Essas duas exigências mencionadas são as mais críticas para o agricultor. No caso da primeira, a DAP é emitida pela Cati, o técnico enquadra o agricultor nas categorias existentes de acordo com o perfil do agricultor. Anteriormente os agricultores não tinham fácil acesso ao técnico responsável pela emissão desse documento, porém, atualmente essa dificuldade foi superada, pois hoje a CAE – Parelheiros conta com a parceria da SAA que disponibiliza um engenheiro agrônomo para estar presente uma vez por semana (sexta-feira) para fazer a emissão desse documento.

Por outro lado, a segunda exigência mencionada, a questão da garantia muitas vezes se torna um entrave para o acesso ao crédito ser aceito pelo banco, bem como a falta de despreparo dos bancários em realizar o projeto. Há produtores que obtiveram sucesso no pedido do crédito, porém, esse número é mínimo em comparação aos pedidos feitos pelos agricultores da região. Para se ter uma noção da realidade do Pronaf na região, na

Cooperapas, dos 30 agricultores cooperados, apenas 1 agricultor obteve acesso, enquanto 9 dos que solicitaram obtiveram o pedido negado. O agricultor que obteve o financiamento aprovado realizou o pedido em outro município, pois o gerente do banco do Brasil do Grajaú (agência que abrange a região) não tinha conhecimento do Programa, segundo relato do próprio agricultor, que obteve o financiamento na agência de Embu-Guaçu. Muitas vezes os gerentes dos bancos locais não sabem nem montar a planilha que o programa exige. Relato dos agricultores, que dizem sempre escutar dos funcionários dos bancos responsáveis pela liberação do crédito que “estão em treinamento”, dificuldade relatada pelo próprio agrônomo responsável pela elaboração do projeto Daniel Bruno Belluti da Coordenadoria de Assistência Técnica (Cati).

A situação fica mais crítica quando envolve o Pronaf – Jovem, que pode beneficiar jovens na faixa etária entre 16 a 29 anos, pertencentes a unidades familiares produtivas. Nesse caso, segundo informações disponíveis no site do Banco Central do Brasil, além da DAP ativa que os jovens devem preencher há outros requisitos tais como: terem concluído ou estarem cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância; tenham concluído ou estarem cursando o último ano em escola técnicas agrícolas de nível médio, curso de ciências agrárias ou veterinária em instituição superior; tenham participado de cursos de formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) ou do Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo) requisitos esses dificilmente preenchidos pelos jovens entrevistados, por isso, não é de se estranhar que a adesão para esse programa nunca foi registrado na região.

Em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 (atualmente alterada pela Lei nº 12.522, de outubro de 2011) no âmbito do Programa Fome Zero, foi elaborado com o objetivo de servir como ferramenta para o combate a fome e conseqüentemente a pobreza no país, simultaneamente utilizado para o fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2016, p. 9).

Para isso, o programa utiliza mecanismo de comercialização que favorece a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, com o objetivo de estimular os processos de agregação de valor à produção, além de eliminar a venda da produção para intermediários que pagam baixíssimos valores pela produção comprada para revender por maiores preços, ocasionando ao agricultor uma renda inferior. Fortalecida a parte do agricultor, outra parte também beneficiada são as pessoas encontradas em situação de insegurança alimentar e nutricional e outras que são atendidas pela rede socioassistencial e

pelos equipamentos públicos que receberão esses alimentos.

Além dos benefícios apontados acima, outras contribuições do programa referem-se à constituição dos estoques públicos de alimentos, esses produzidos pelos agricultores familiares; promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; acaba por fortalecer os circuitos regionais e locais além de uma significativa contribuição pra o meio ambiente por valorizar a biodiversidade, a produção orgânica e agroecológica de alimentos, outra contribuição expressiva é o estímulo dado ao agricultor familiar para que trabalhe de maneira associativa com outros agricultores.

A tabela 1 abaixo, organizada de acordo com dados apresentados pelos MDA e MDS, mostra a evolução do programa no período de 2003 quando foi criado até 2012. É possível verificar que de uma maneira geral há uma crescente evolução do programa através da execução financeira que inicialmente era no valor de R\$ 145.014,75 milhões de reais, houve uma evolução no decorrer dos anos para o valor de R\$ 970.814,08 referente ao ano de 2012.

Outro crescimento importante a ser considerado foi em relação ao número de agricultores familiares participantes do programa que em 2003 era de 41.464, ano em que o programa foi iniciado, também, nesse caso, podemos observar um crescimento ao longo dos anos. Esse crescimento pode ter sido influenciado por diversos fatores dentre eles: maior divulgação do programa; maior aceitação dos agricultores; fortalecimento do programa através de maiores investimentos entre outros.

O último item apresentado na tabela é referente à evolução dos alimentos adquiridos, nesse item, diferentemente dos outros analisados, podemos verificar que houve oscilação em relação aos alimentos adquiridos. Entre os anos de 2003 a 2007 houve um crescimento significativo principalmente entre os anos de 2003 e 2004, porém, em 2008 houve uma queda, seguida de um novo crescimento em 2009, posterior queda nos anos de 2010 e 2011 e um novo crescimento em 2012. Essas oscilações podem ter sido ocasionadas por vários motivos, como por exemplo, a questão dos fatores climáticos, como seca prolongada e excesso de chuvas, além também, de outros fatores como pragas e doenças que também reduzem a produtividade entre outros fatores.

Tabela 1 – Histórico da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no período entre 2003-2012

ANO	Execução Financeira (Em milhões)	N° de Agricultores Familiares participantes	Evolução dos alimentos adquiridos (Em toneladas)
2003	R\$ 145.014,75	41.464	7.800 ton.
2004	R\$ 181.074,21	68.697	248.805 ton.
2005	R\$ 295.582,05	69.692	277.033 ton.
2005	R\$ 497.833,62	150.919	462.599 ton.
2007	R\$ 465.105,40	134.574	418.661 ton.
2008	R\$ 512.036,82	138.285	396.380 ton.
2009	R\$ 591.244,76	142.381	500.491 ton.
2010	R\$ 675.133,14	156.963	462.386 ton.
2011	R\$ 778.863,88	162.287	308.330 ton.
2012	R\$ 970.814,08	190.718	520.921 ton

Elaboração própria, de acordo com dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.
Fonte: MDS/MDA, 2016.

Segundo artigo de Claudino escrito para o site da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE, 2015), a primeira compra do município de São Paulo pelo PAA, foi formalizada em 15 de dezembro de 2015. Ainda de acordo com a secretaria há um total de R\$ 3,2 milhões que deverão ser utilizados até maio deste ano (2016) para compra dos produtos provenientes de cerca de 600 agricultores familiares de Parelheiros e outras regiões como Juquiá, Promissão, Guareí entre outros.

Para a SME (2016) a criação do PAA representa um grande marco nas políticas focadas na comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar, como instrumento de inserção dos agricultores no mercado institucional, que dificilmente era acessado por estes grupos.

O fortalecimento da agricultura familiar tona-se necessário numa tentativa de se combater o modelo de desenvolvimento rural que é desenvolvido atualmente, marcado por características degradantes seja para o meio ambiente como para o agricultor, uma vez que se baseiam em monocultivos, concentração de terra, degradação dos recursos naturais, altamente dependente de agroquímicos.

Sendo assim, toda política criada como ferramenta para fortalecer a agricultura familiar deve ter ampliação maciça para que possa alcançar a todos os agricultores que se encontram em situação de exclusão. Para tal, as políticas públicas criadas e já existentes devem garantir ao agricultor familiar: (1) acesso à terra; (2) políticas públicas que melhorem as condições de vida, de produção pelo aumento da produtividade, da comercialização via acesso aos mercados; (3) assistência técnica, com foco na ciência e tecnologia pautada nos princípios agroecológicos.

Outra política criada com o intuito de estimular a produção e garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar é o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) criado pela Lei nº 14.591, de 14 de outubro de 2011. De acordo com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), responsável pelo programa, “caberá ao governo comprar produtos como frutas, verduras, legumes e outros alimentos utilizados para as refeições em órgão estaduais como hospitais, escolas presídios entre outras instituições”. As verbas para as compras desses alimentos oriundos da agricultura familiar deverá ser de no mínimo 30% do total das verbas estaduais disponíveis, conforme afirma (CATI, 2015).

Assim, há alguns requisitos exigidos que devem ser atendidos para participar do programa, alguns deles são: “não possuir área maior que 4 (quatro) módulos fiscais; utilizar mão de obra familiar predominantemente; a renda familiar deve ser oriunda em sua maior parte geradas pelo próprio empreendimento, ou seja, pela atividade agrícola” entre outros (CATI, 2015).

Apesar dos critérios exigidos para participação no PPAIS serem facilmente atendidos pelos agricultores familiares da região, não há nenhum registro de que o Programa tenha sido acessado por algum agricultor da Zona Sul do município de São Paulo. Sendo assim, há de se questionar o porquê dessa ausência dos agricultores da região já que muitos atendem os requisitos exigidos, há vários “serás” sem respostas: (i) será por conta da burocracia?; (ii) será por falta de conhecimento dos agricultores familiares desse programa?; (iii) onde estão os técnicos responsáveis pela implantação desse programa? Mais uma política criada, mas não executada de forma ampla. Na prática, como esse programa pode de fato fortalecer a agricultura familiar? Quais perspectivas os jovens, filhos de agricultores podem esperar em relação a ela?

Em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a lei nº 11.947/2009 determina que seja utilizado no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, dessa forma, prioriza-se o fornecimento do Estado de São Paulo, os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas e a produção orgânica e agroecológica (SME, 2016).

A tabela 2 apresenta os valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE entre os anos de 2011 a 2014. Através das

informações contidas na tabela, podemos observar que nos primeiros anos após a determinação da lei nenhuma compra feita diretamente da agricultura familiar, apesar de ter sido disponibilizado remuneração para tal, o que representou um percentual de 0,00%. Observamos ainda que no decorrer dos anos, mais precisamente 2013 e 2014, os primeiros repasses foram feitos, representando esses um percentual de 2,65% e 8,99% respectivamente.

Tabela 2 - Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE

ANO*	UF	Valor Transferido	Valor aquisições da agricultura familiar	Percentual
2011	SP	R\$ 61.942.260,00	R\$ -	0,00%
2012	SP	R\$ 72.041.256,00	R\$ -	0,00%
2013	SP	R\$ 91.716.158,00	R\$ 2.426.300,00	2,65%
2014	SP	R\$ 94.803.702,00	R\$ 8.519.196,10	8,99%

Fonte: FNDE, 2015.

Elaboração própria, de acordo com dados disponibilizados pela Prefeitura de São Paulo.

* as informações referentes ao ano de 2015 não estavam disponíveis até o dia em que o levantamento no site foi realizado.

Os valores de aquisição para compra destinada da agricultura familiar ainda são baixos, porém, sinaliza um potencial crescimento de compra desses produtos, como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, haja vista o potencial da agricultura familiar da área pesquisada, zona sul do município de São Paulo, demonstrado no diagnóstico da produção no item 3.2 do presente capítulo.

Outro grande salto com a finalidade de fortalecer a agricultura familiar em especial os agricultores orgânicos e agroecológicos foi dado no início do ano passado (2015), com o decreto da Lei 16.140 que torna obrigatória a inclusão de produtos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar da cidade, que fornece gratuitamente 2 milhões de refeições por dia (PMSP, 2016).

De acordo com a PMSP (2016), a compra dos produtos será realizada por meio de chamadas públicas de compra em que será priorizada a compra de alimentos orgânicos ou de base agroecológica produzidos pela agricultura familiar. Os agricultores familiares poderão participar de forma individual, para isso deverá ter a DAP física ou através das organizações a qual ele participa, nesse caso a organização deverá possuir a DAP Jurídica. Um grande avanço é a possibilidade de agricultores que estão em processo de transição agroecológica terem a oportunidade de venderem seus produtos, desde que sejam agricultores situados no município de São Paulo. Essa medida contribui de forma significativa para produtor que ainda não é

orgânico (pois não possui certificação), mas já produz de forma agroecológica; outro ponto que contribui bastante é o fato de ter que se respeitar a sazonalidade da oferta de alimentos orgânicos ou agroecológicos, o que faz o setor de cardápios do DAE adotar alimentos diferenciados.

Uma vez sancionado o projeto, pode ser dado a prioridade para a aquisição desses produtos, além disso, é permitido ao município que pague até 30% a mais que o valor dos alimentos similares convencionais, e o mais importante, torna-se política de estado independente de mudança de governo, esse último quesito, extremamente importante para garantir a funcionalidade do programa no decorrer do tempo, garantindo assim a segurança necessária ao agricultor.

‘É óbvio que não conseguiremos comprar orgânicos no mesmo preço que o alimento produzido em latifúndios. Por isso, é que preciso de uma autorização legal para que pagando um pouco a mais, ir introduzindo o alimento orgânico nas escolas e fazer com que as crianças fiquem mais saudáveis’ afirmou o prefeito Fernando Haddad, em 18/03/2015, em evento para sancionar a lei que obriga a inclusão de produtos orgânicos na alimentação escolar (SÃO PAULO, [Município], 2016).

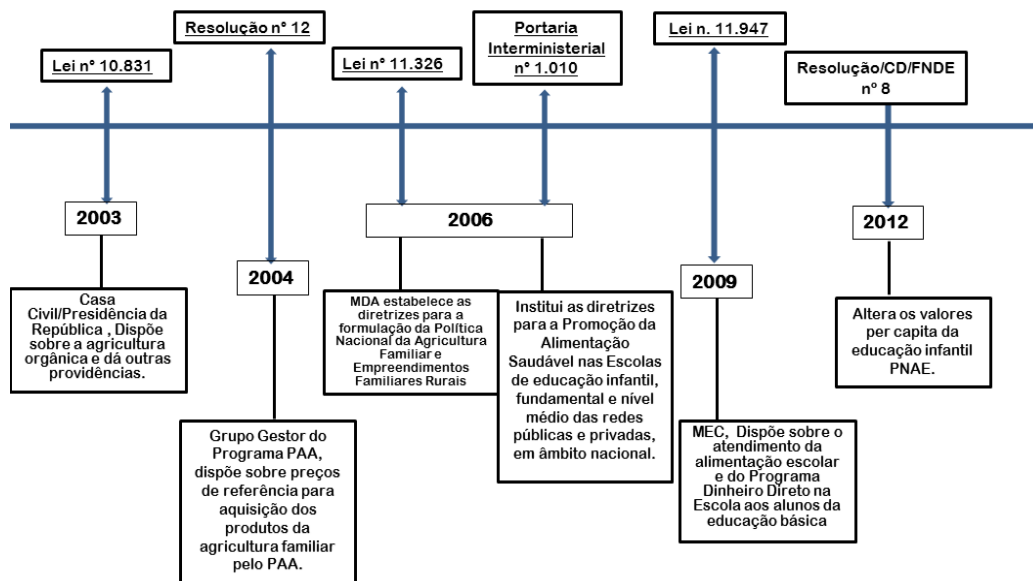
Ainda de acordo com o prefeito, a implantação desta lei deverá ser feita de forma gradativa, de acordo com o Plano de Introdução Progressiva de Alimentos Orgânicos ou de Base Agroecológica na Alimentação Escolar e deverá ser elaborado de forma conjunta com a sociedade civil. Dessa forma, o município de São Paulo, como mencionado em parágrafos anteriores dá um grande salto para o fortalecimento da agricultura familiar do município, em especial à agricultura desenvolvida na zona sul (SÃO PAULO, [Município], 2016).

Além de fortalecer a agricultura familiar local através de uma visão mais ampla é evidente notar que essa lei fortalece também a população do município como um todo, uma vez que será produzido alimento que garanta segurança alimentar ao seu consumidor, além de ser produzido por um grupo que é responsável por 70% dos alimentos que compõem a mesa do brasileiro, garantido pela produção da agricultura familiar. Trata-se de uma maneira de tornar esse grupo produtivo historicamente negligenciado pelas políticas públicas em um grupo mais forte.

O resumo histórico apresentado nas figuras 10 e 11 aponta a evolução das políticas públicas em relação à agricultura familiar, desde o inícios das discussões até o momento atual, quando é decretada a obrigatoriedade da inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar para o Sistema Municipal de Ensino de São Paulo.

Além de garantir a oferta de um produto de qualidade na alimentação escolar, seja dos estados ou municípios, por meio de aquisições com recursos repassados pelo FNDE, visam também, o desenvolvimento local que é estimulado pela criação da demanda, garantindo assim, uma prática economicamente viável a todo processo produtivo, assim, cria-se um novo nicho de inserção da produção da agricultura familiar seja através do PNAE ou PAA.

Figura 10 - Resumo do histórico referente à Legislação relacionada à agricultura familiar.

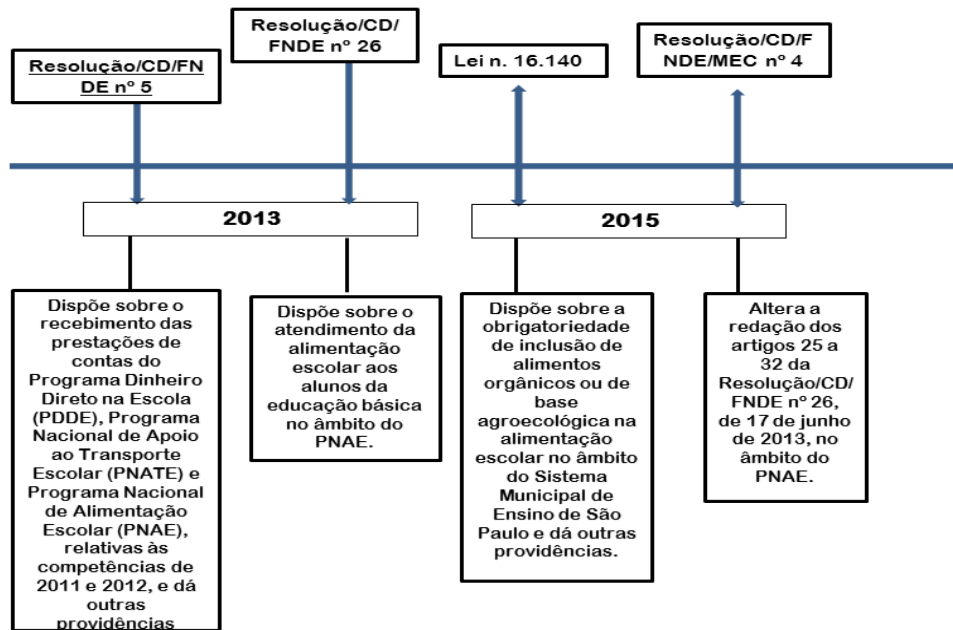


Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Elaboração própria, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação.

Segundo o Departamento de Alimentação Escolar (2015) houve um repasse de 12% do FNDE para compras diretamente da agricultura familiar, através desse repasse foram adquiridos aproximadamente 1.000 toneladas de arroz orgânico; cerca de 520 toneladas de feijão carioca provenientes de assentamentos de reforma agrária do interior do estado de São Paulo entre outros. Reconhecemos os avanços, porém, sabemos que muito há de se fazer para que a agricultura familiar seja vista como protagonista das políticas públicas.

Figura 11 - Resumo do histórico referente à Legislação relacionada à agricultura familiar.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Elaboração própria, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação.

No âmbito municipal já há uma estratégia sendo criada entre o DAE (Secretaria Municipal de Educação), a Cooperapas, a CAE com a finalidade de realizar a primeira compra pública destinada à merenda municipal. No momento, segundo os envolvidos, está ocorrendo a escolha dos produtos e o acerto de preços para serem lançados no edital para a chamada pública. Para além do fortalecimento da agricultura familiar, há a necessidade também, de efetivar o desenvolvimento sustentável e da alimentação saudável e segura para as crianças e jovens do município de São Paulo.

Outro instrumento criado a partir da política pública e que visa o fortalecimento da agricultura familiar, no âmbito municipal, é o Protocolo de Boas Práticas Agroambientais, trata-se de uma ferramenta utilizada com o intuito de auxiliar o agricultor na conversão da modelo de produção convencional para o agroecológico e posteriormente orgânico:

Protocolo de Cooperação que celebram entre si, o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, o Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo e da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e os agricultores e as organizações para a adoção de práticas e ações destinadas a consolidar o desenvolvimento rural sustentável no município de São Paulo. (SMA, 2010, p. 1).

De acordo com dados obtidos através da CAE Parelheiros há atualmente 44 agricultores protocolados. A meta é que todos os agricultores da região sejam protocolados, de

maneira que seja alcançado o desenvolvimento sustentável da região, uma vez que o plano de execução do Protocolo é focado não somente na área de produção, como também, a propriedade como um todo, em que questões como coleta seletiva; reciclagem, fossa séptica entre outras são contemplados.

Através da assinatura do Protocolo, o agricultor além de adequar à produção agroecológica; também tem a possibilidade de comercializar seus produtos em pontos estratégicos de comercialização, onde o produto será comercializado com preço justo como no caso das feiras do Ibirapuera; Burle Marx, e também em pontos que preconizam a economia solidária, sem a participação do intermediário, como por exemplo, o Instituto Chão.

Os pontos estratégicos foram criados com o intuito de assim como o Protocolo de Boas Práticas Agroambientais, fortalecerem a agricultura familiar no município de São Paulo. No primeiro caso há o fortalecimento através da obtenção de renda justa, que permite ao agricultor investir na sua propriedade, na produção em si. Já em relação ao segundo ponto, o Protocolo propriamente dito, é garantido ao agricultor assistência técnica gratuita, pautada nos paradigmas da agroecologia, bem como estar inserido nas políticas públicas direcionadas à categoria.

3.4 Juventude, meio ambiente e agroecologia

As políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar têm apresentado significativas mudanças, algumas delas expostas no subtítulo acima. Entretanto sabemos que há vários ajustes a serem feitos de maneira que uma parcela maior de agricultores familiares possam ser de fato contemplados com essas mudanças.

Sabemos que a preservação dos diferentes ecossistemas existentes é de extrema importância para a manutenção da vida humana. Porém, o que temos observado é a negligência em esfera mundial sobre o tema, conseqüentemente coloca em risco os recursos naturais fundamentais para o desenvolvimento humano como florestas, terras agrícolas, bacias hidrográficas, sem contar os danos causados pelos poluentes existentes no ar e nas águas contaminadas, muito dessa situação, fruto dos atuais padrões de consumo e produção que acarretam em impactos negativos para a sociedade como um todo, com impactos maiores para a juventude mundial (BRASIL, 2013).

Nessa perspectiva, a juventude assume um papel central como um possível agente transformador dos modelos socioambientais, por exemplo, na busca por modelos de produção

mais sustentáveis, de maneira a não ter o posicionamento passivo de esperar que a situação melhore no futuro. Ou seja, o jovem de hoje tem a responsabilidade de transformar esse cenário de degradação ambiental com o objetivo de resultar em benefícios para as futuras gerações. Para isso, cabe ao jovem se aproximar das discussões políticas que envolvem o tema, com o objetivo de auxiliar na criação de políticas públicas necessárias para mudar o cenário atual de degradação, principalmente na localidade em que ele convive. Conforme exposto no relato de Wendel, 22 anos:

Sou instrutor de responsabilidade ambiental e educador, pois acredito que a agroecologia é qualidade de vida, saúde, é um modo de preservação do meio em que vivemos. Além disso, a região onde moro tem uma importância ambiental muito grande, por possuir fragmentos de mata atlântica que são importantes para preservar a água. Pretendo ser agricultor e produzir meu próprio alimento sem agrotóxicos. (WENDEL, 22 anos).

De uma maneira geral, através da pesquisa em campo, pôde ser observado o conhecimento dessa juventude rural sobre a importância da produção sustentável para região. Além disso, essa juventude quer estudar e busca formação nas áreas envolvendo a temática de meio ambiente, como o jovem acima, que disse que quer fazer biologia, entre outros depoimentos. Sendo assim, cabem aos governos melhorarem as condições de vida desse setor da população, além de aproximar o diálogo com os mesmos, com a finalidade de criar políticas públicas que de fato melhorem a situação de extrema vulnerabilidade social em que esse jovem se encontra.

O pai diz para fazer coisa melhor, fora da agricultura, mas eu quero ficar, quero fazer agricultura igual ao pai. (CARLOS, 16 anos).

Ao ler o trecho acima podemos compreender melhor o papel da juventude como um instrumento extremamente importante para garantir a manutenção dos recursos naturais através da adoção de um modelo sustentável de produção, portanto a juventude apresenta um papel estratégico para a transformação socioambiental. Ao ponto dessa responsabilidade ser maior para a juventude rural, que como exposto no capítulo 3, tem a vontade de permanecer no campo, ou seja, são esses os responsáveis por preservar ou degradar o pouco de verde que ainda existe na cidade de São Paulo.

O Estatuto da Juventude, objeto da Lei nº 12.852, de agosto de 2013, reconheceu direitos aos jovens, em especial à participação, à cidadania, à sustentabilidade e ao meio ambiente. (BRASIL, 2015, p. 3).

Esse reconhecimento é válido uma vez que o Brasil é um dos países com a maior biodiversidade do mundo. Responsável por grande parte da água e dos recursos naturais disponíveis possui as condições necessárias para impulsionar um novo processo produtivo e de consumo que visem à sustentabilidade. Para tal, cabe utilizar a juventude como instrumento estratégico na transição do modelo de produção e consumo, por meio da inovação de práticas e técnicas que cuidem dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, promova o desenvolvimento com inclusão social e econômica. Fica evidente e cada vez mais urgente uma mudança conjuntural para garantir à juventude brasileira condições de enfrentar os limites impostos pelas condições territoriais para formação de sujeito de direitos (BRASIL, 2015).

De acordo com a OMS, os elevados níveis de poluição na cidade de São Paulo são responsáveis pela redução da expectativa de vida em cerca de um ano e meio. Os três motivos que encabeçam a lista são: câncer de pulmão e vias aéreas superiores; infarto agudo do miocárdio e arritmias; e bronquite crônica e asma. Estima-se que a cada 10 microgramas de poluição retiradas do ar há um aumento de oito meses na expectativa de vida. (SALDIVA apud MARICATO, 2015, p. 46).

Maricato (2015) ainda afirma que 12% das internações respiratórias em São Paulo são atribuíveis à poluição do ar. Não só, mas também, um em cada dez infartos do miocárdio são o produto da associação entre tráfego e poluição. Trata-se, portanto, de um tema de saúde pública, uma vez que os níveis atuais de poluição do ar respondem por quatro mil mortes prematuras ao ano na cidade de São Paulo.

Além da poluição está em pauta também, nos dias atuais, a crise hídrica, que foi sentida de perto pelos moradores da cidade de São Paulo, que deixou sem água muitos bairros, crise essa apontada por muitos devido à falta de chuvas. Porém, sabemos que na verdade há outros fatores envolvidos, como falta de investimentos; má gestão entre outros, conforme exposto abaixo:

Interessa ao planejamento público o conhecimento sobre a magnitude e a frequência de eventos pluviométricos, pois, os mesmos podem gerar desastres às sociedades como inundações e movimentos de massa. Em São Paulo, há inúmeros casos de ambos os eventos desastrosos, causados pela relação “inadequada” entre sociedade e a natureza. (ROSS, 2001, p. 17).

Vale ressaltar que área em que a pesquisa foi realizada, tem a totalidade de seu território localizado numa área de proteção de mananciais, por compreender inúmeras nascentes de água que alimentam as represas Billings e Guarapiranga que juntas são

responsáveis por 30% do abastecimento da região metropolitana de São Paulo, nesse sentido:

A Constituição Federal de 1988 atribuiu aos estados e municípios o dever de regular e proteger os recursos naturais do país. Consentindo o papel de preservação ambiental, ainda mais, aos diferentes territórios brasileiros, que por terem dimensões continentais, fazem variar bastante as culturas regionais, assim como o clima, o solo e a vegetação. (BRASIL, 2015, p. 5).

Conforme mencionado no parágrafo acima, a região pesquisada possui várias funcionalidades ambientais, tais como, as duas APA's Capivari-Monos e Bororé-Colônia, possui bacias hidrográficas, várias nascentes, e uma mata nativa, com predominância da Mata Atlântica que abrange boa parte do território. Os jovens entrevistados mostraram conhecimento da importância ambiental da região, muitos sabendo disso, se posicionam em relação a temas polêmicos como a construção de um aeroporto para aeronaves de pequeno porte, declarando-se contra essa ação por conta dos impactos ambientais que esse empreendimento pode acarretar.

Não só, mas também quando questionados se conheciam a importância ambiental da região a maioria respondeu que sim e indo mais além, quando questionados qual a contribuição dada para manter a preservação todos fizeram apontamentos sobre ações focadas na preservação, tais como: “não realizar queimadas nas áreas produtivas” (prática muito comum na região); “fazer a reciclagem do lixo”; “não cortar árvores” entre outros. Dentro dessa perspectiva, Rafael, 23 anos nos responde:

Sim, é a maior bacia hidrográfica da região Sul, manda 24% de toda água da cidade de São Paulo, é o pulmão da cidade também [...] Não jogar lixo no chão, fazemos oficinas de orientação para as pessoas sobre sustentabilidade, permacultura etc. (RAFAEL, 23 anos).

Dessa forma, ao reconhecer a importância de se preservar o meio ambiente na região, a questão ambiental surge como uma “luz no fim do túnel” para os jovens que estão desapontados e/ou desacreditados com a política atual, uma vez que por traz da temática da preservação começa a surgir também, um engajamento ecológico como mencionado abaixo:

[...] o engajamento ecológico poderia sinalizar, para os jovens, uma espécie de entrada na política num tempo pós-político. Ou, ainda, o exercício de uma política da saída da política. (CARVALHO, 2004, p. 70).

Nessa perspectiva, a autora referida acima, afirma que:

[...] podemos identificar no campo ambiental, a emergência de um sujeito ecológico. Longe de ser uma solução final para as tensões apontadas, essa posição de sujeito traz um desdobramento, uma saída provisória, um lugar possível dentro da

negociação entra as antinomias do eu e do nó na crise política. Esse sujeito, concebido enquanto um tipo ideal traduz uma subjetividade ambientalmente orientada, capaz de encarnar os dilemas societários, éticos, estéticos configurados pela crise societária em sua tradução contracultural, tributário de um ideal de sociedade socialmente emancipada e ambientalmente sustentável. (CARVALHO, 2004, p.70-71).

Tudo isso para explicitar que a questão ambiental passa a ser o campo de debate das questões sociais também. É claro que devemos tomar todo cuidado em relação a essa questão, uma vez que apesar da preocupação ambiental surgir em um contexto de crise e ser para o jovem uma nova oportunidade para o engajamento social e político, ou seja, a visão ecológica aproxima o jovem de maneira atrativa para a política, porém, de acordo com Carvalho (2004), muitas vezes o apelo ecológico busca legitimar-se a partir dos riscos dos desequilíbrios ambientais, no entanto a crise ecológica real não oferece em si nenhum substrato para uma orientação política ecológica. Nesse sentido deve-se ter cautela em relação à apropriação dos bens ambientais e mais cuidado ainda em relação ao “discurso ecológico pela lógica capitalista” (CARVALHO, 2004).

A autora expõe que a promessa ecológica não é apenas política, mas da política, de maneira a compreender, viver e fazer política, eis aí o ponto de atração da juventude em busca de mudanças que muitas vezes vão além da questão ambiental, como exposto no trecho abaixo:

A dificuldade de resolver a questão fundiária nos municípios leva muitas famílias e jovens à exclusão social e econômica, com consequências ambientais. Grande parte das famílias, quando se mudam para as grandes e médias cidades, por falta de se manter começam a morar em áreas de preservação ambiental, muitas em situação de risco, algumas antropizadas e com diversos danos ao meio ambiente. (BRASIL, 2015, p.6).

Essa questão é visível na região pesquisada, bem como a questão da venda de lotes, de acordo com a fala do Subprefeito Nilton Oliveira, realizada na reunião de governo local em junho de 2015. Segundo o subprefeito, o problema da região é com os loteamentos irregulares, donos de sítios que não tornam esses sítios produtivos, fracionam o terreno, loteando em pequenas áreas para posteriormente serem vendidos a preços baixos para uma população carente que encontra nessa compra a oportunidade de construir a casa própria, sem ao menos terem a garantia que não serão expulsos dessas áreas posteriormente, como aconteceu recentemente no bairro do Jaceguava, em que uma área invadida e loteada, teve a reintegração de posse decretada.

O grande problema é que as grandes capitais sofrem atualmente com o processo de

urbanização desenfreado e sem qualquer controle ou estratégia lógica para tentar minimamente ordená-lo ou barra-lo. Sendo assim, a questão da regularização fundiária soma-se a esse processo, bem como a falta de oportunidades no campo. Dessa forma, a ausência de políticas públicas que resolva essas questões, ou seja, que valorize o local proporcione condições iguais para todos, inclusive os jovens, independentemente do território torna-se combustível para o crescimento descontrolado, conseqüentemente, afetam na qualidade de vida de toda população, especialmente da juventude brasileira, que vale ressaltar não estão ligados a somente uma causa, mas a diversos fatores que somados, desencadeiam na invisibilidade dessa população, através da exclusão socioeconômica com visíveis danos ambientais. Abaixo, segue o fragmento retirado da Revista juventude e meio ambiente que ilustra bem essa problemática:

Em cada espaço onde vive o jovem ainda lida com limites e condições precárias para o trabalho, bem como com a falta de oportunidade de estudar e de ter acesso à saúde, ao esporte, ao lazer, que incentivam o êxodo rural e o crescimento urbano desordenado. No campo, os jovens estão inseridos em condições muito diversas, com culturas diferentes e, muitas vezes, em locais de difícil acesso. Nas cidades, além do ambiente extremamente capitalizado, as opções de cultura, esporte e lazer são tratadas como direito que distinguem diferentes padrões de consumo. (BRASIL, 2015, p.6).

O fortalecimento da agricultura e a permanência dos jovens no campo faz com que tal processo seja freado ou até mesmo barrado, porém, para que tal ação se efetive é necessário que a zona rural torne-se atrativa principalmente para a população mais jovem que irá dar continuidade na atividade agrícola.

No entanto, no que diz respeito ao planejamento ambiental, 90% dos municípios brasileiros têm órgão ambiental, mas apenas 30% dispõem de Plano de Tratamento de Resíduos Sólidos, demonstrando a fragilidade e o desafio de atuação para os próximos anos. (BRASIL, 2015, p.7).

Essa carência de serviços básicos, como foi exposto acima, fica evidente na fala de Karla, 26 anos, ao ser questionada sobre qualidade de vida:

[...] qualidade de vida pra mim é ter facilidade de acesso a saúde, educação, saneamento básico, emprego, acesso a informação. (KARLA, 26 anos).

Sabemos que a discussão em pauta está longe de se encerrar, mas vale a reflexão de maneira que se torne uma nova via de emancipação do sujeito. Para Novaes (2004) é mais prudente manter aberto um canal de reflexão sobre os sentidos que a centralidade do sujeito

pode adquirir tanto em relação à matriz contracultural e também no ideário ecológico, para que assim possa haver a emancipação do sujeito em questão, no caso a juventude rural.

O intuito é que essa luta pela defesa da questão ambiental, perdure, gere resultados, mesmo com a passagem desse jovem para idade adulta sem perder essa energia para que no futuro se tornem os políticos de amanhã com um perfil diferenciado do existente nos dias de hoje.

Para tal, entre várias outras ações necessárias, há de se intensificar os diálogos nos territórios para que os principais dilemas de combate à pobreza e à desigualdade socioeconômica sejam enfrentados na prática com o objetivo de se alcançar práticas sustentáveis para o desenvolvimento como um todo, tornando o jovem o ator principal dessa mudança, uma vez que somente quando esse jovem despertar de que poderá ser um agente multiplicador, capaz de agir localmente valorizando sua cultura regional, e empregando novas práticas produtivas e de consumo, socialmente justas e ambientalmente corretas é que as mudanças serão de fato concretizadas, afinal de contas nada como um jovem da própria região para proteger e se utilizar da melhor maneira possível dos recursos existentes em seu território.

A agricultura convencional (alimentada pelo uso excessivo de agroquímicos), não é mais atrativa ao jovem, isso fica evidente nas falas dos jovens pesquisados. Eles querem permanecer na agricultura, porém, de uma maneira mais sustentável, quando questionados sobre o que conheciam sobre agroecologia todos falaram da importância em se produzir sem causar impactos na natureza, como nos depoimentos abaixo:

Entendo agroecologia como a produção orgânica que tem crescido muito no Brasil para nossa sorte. Pra mim isso é uma forma de plantar que leva em consideração a terra como um todo, respeita o ciclo natural da natureza, e não utiliza de produtos químicos para acelerar processos, pois sabe que isso destrói o solo e mata o que o cerca. (MARIANE, 26 anos).

As demais respostas vão nesse sentido, de cultivar, plantar, produzir produtos agrícolas sem destruir ou poluir o meio ambiente; produção com a natureza, na qual a produção do determinado tipo de alimento que seja produzido não influencie os ecossistemas; é a atividade agrícola para preservar os recursos naturais, entre outros. O que evidenciamos com os depoimentos acima, é que o jovem entende a importância e a necessidade de se preservar o meio ambiente, haja vista a recente crise hídrica que ocorreu na cidade de São Paulo.

Além do mais, trata-se de uma oportunidade de agregar valor ao alimento produzido, uma vez que o produto gerado de uma agricultura sustentável, sem utilização de agrotóxicos,

se torna um produto diferenciado no mercado.

Concordamos com Machado e Machado Filho (2014) ao afirmarem que não podemos confundir solidariedade humana, política, com o paradigma da produção de alimentos para a humanidade, nesse sentido, devemos entender a agroecologia como:

Um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu, incorporando-lhes os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e o que é fundamental, básico, indispensável, em qualquer escala. É, pois, uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 36).

Nessa perspectiva a agroecologia nos é apresentada como uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, por ser sim, capaz de produzir em qualquer escala (ponto esse considerados pelos conservadores como o calcanhar de Aquiles da agroecologia, a produção em larga escala), mas já sabemos na verdade, trata-se apenas de uma tentativa de enfraquecer o movimento agroecológico uma vez que já é reconhecida diversas experiências nacionais internacionais referentes à produção agroecológica, como por exemplo, o arroz produzido de forma agroecológica produzido no Rio Grande do Sul, pelo MST. Há também a experiência cubana em que o Movimento Agroecológico “De camponês para camponês”, da Associação Nacional de Pequenos Agricultores, possibilitou a mais de 100 mil famílias transformar o seu sistema de produção por meio da agroecologia:

Com uma metodologia própria, o movimento alcançou índices produtivos maiores que os da agricultura convencional. Além disso, seus custos são significativamente melhores, os cultivos são mais resistentes às intempéries das mudanças climáticas e não prejudicam o meio ambiente. (BRAULIO et al.; 2013).

O jovem quer permanecer no campo, não quer viver como seus pais, avôs viviam antigamente, isso fica claro na fala de Kevin, 20 anos, que ajuda seu avô produtor de banana, agricultor cooperado, que participa de 3 feiras semanais e também no período de colheita quando tem muito trabalho:

Pretendo ampliar e entrar no ramo industrial além das feiras quero dar continuidade, ajudar a expandir, por isso vou estudar nutrição e ajudar meu vô a produzi biomassa de banana. (KEVIN, 20 anos).

Dado o depoimento acima, e da maioria dos jovens entrevistados nota-se o desejo de ficar no campo, porém, eles querem melhores condições de vida, e sabem que para isso, a

mudança no modo de produção atual pode ser um caminho, assim, como a produção agroecológica. Sabemos que além da produção os jovens de hoje buscam questões que antigamente eram ignoradas por antepassados, como no exposto abaixo:

Se nas relações ‘modernas’ de produção vigentes no campo, sobretudo no processo de integração agroindustrial, não se valoriza nem se remunera suficientemente os produtos e os esforços gerados pelos(as) agricultores (as), processo que motiva os jovens a buscar outras alternativas de renda, isso não significa dizer que a profissão de agricultor, em outras condições não é ou não seria valorizada ou desejada pelos jovens. (CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G, 2007, p. 286).

O trecho acima quer nos mostrar que se houver uma valorização da profissão de agricultor, através dos reconhecimentos dos benefícios como aposentadoria, uma boa remuneração, enfim, certamente muitos desses jovens não deixariam o campo, principalmente nos caso das jovens mulheres, ou seja, a falta de uma segurança para o futuro faz com que muitos deles pensem em sair, deixar seus sítios, não porque não gostam do que fazem, mas sim para tentar obter um futuro com maior segurança.

Se a estrutura fundiária inibe o acesso à terra a uma grande maioria dos que trabalham na agricultura, também explica o fato de que o Brasil esteja longe de ter atingido qualquer meta aproximativa de paridade social. Nessa perspectiva Wanderley (2014), afirma que a população rural ainda é a principal vítima da pobreza, do isolamento e da submissão política. Para Novaes (2004) é necessário que haja uma política agrícola mediante a qual possam viabilizar uma vida digna à juventude, especialmente das periferias das grandes cidades, empurrados para a mendicância, a prostituição, as atividades do tráfico, resultando em meras estatísticas sobre mortalidade, violência entre outros.

Em alternativa a todo esse descaso para com a juventude, a agroecologia é vista não somente como uma forma de produção, mas sim também como modo de vida que garante aos jovens satisfação com esse sistema produtivo. Ressaltamos também que a agroecologia é um passo fundamental para o alcance de uma produção sustentável. Através dela é assegurada a qualidade dos produtos (segurança alimentar); oportunidade de incrementar a renda; e a garantia da preservação dos recursos naturais através da conservação da biodiversidade, da água, do solo e seus nutrientes e demais seres vivos.

Em resumo, todos esses benefícios que pautam a agroecologia resultam no aumento da capacidade produtiva do território, sem degradar os recursos ali existentes (ALTIERI, 2004). Dessa forma, a produção agroecológica já está sendo implantada pelos agricultores da região, como podemos notar através de algumas medidas mencionadas no item 3.3, como por exemplo, adesão do agricultor ao Protocolo de Boas Práticas Agroambientais; recuperação da

mata ciliar presente nos estabelecimentos agrícolas entre outras medidas que visam à produção de alimentos sem adição de produtos químicos, através da busca por uma produção sustentável. Nesse sentido, a agricultura familiar, que está essencialmente baseada no emprego da mão-de-obra familiar, como observado na região pesquisada, torna-se a principal aliada no anseio por práticas mais sustentáveis, pois possui os mesmos desejos já evidenciados pelos jovens entrevistados.

Sendo assim, torna-se necessário que as famílias agricultoras optem por sistemas de produção que garantam para a toda família, satisfação econômica, social, política e ambiental, esse último um benefício para toda a sociedade que irão gerar gratuitamente, em troca do modelo sustentável de produção de maneira que esses sistemas contemplem os desejos dos jovens rurais.

É de extrema urgência para o fortalecimento da agricultura familiar como um todo, mas especificamente para a agricultura desenvolvida no município de São Paulo que ela seja inserida de fato nas políticas públicas criadas, ou seja, que haja uma efetivação dessas políticas para que elas realmente fortaleçam a agricultura familiar e não sejam utilizadas somente como palanque eleitoral aos políticos. Há uma demanda de agricultores excluídos, marginalizados, levantados pelo diagnóstico apresentado no item 3.2 desse mesmo capítulo. E o mais importante, sem o fortalecimento desse agricultor a juventude que tem interesse em permanecer na atividade irá buscar alternativas, uma vez que essa juventude também está à margem dessas políticas, mais ainda, essa juventude está à margem de tudo, educação, trabalho, saúde, lazer.

Sabemos que houve muitos avanços, porém, devemos dar urgência a temas antes ignorados, como a questão da sucessão familiar no campo através do jovem; a questão ambiental. As políticas públicas são criadas, porém, na prática pouco executadas, isso deve ser mudado. O próprio plano diretor estratégico do município de São Paulo reconhece a fragilidade em que a agricultura familiar se encontra, propõe mais incentivos a categoria e dispõe da seguinte maneira:

[...]IV – firmar convênios com o Governo Federal objetivando **implantar no Município as políticas e programas federais voltados a agricultura familiar e agroecologia**, de acordo com a Política Nacional de Agricultura Familiar e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; [...]

XII – melhorar a oferta de equipamentos e serviços públicos de **educação, saúde, assistência social, lazer, esporte e cultura** a população moradora da região (SMDU, 2015, p.120-121, grifos nossos).

Por fim, a mudança socioambiental é o que irá garantir vida às futuras gerações,

através do olhar sobre o jovem como agente transformador da realidade em que está inserido. Para isso, deve-se potencializar as ações dos jovens, integrando-os a sociedade com um todo, para que sejam capazes de através do enfrentamento coletivo e individual de maneira a combater e frear a crise socioambiental em que vivemos, tornando os jovens sujeitos de direitos cujas políticas públicas os auxiliem a alcançar um modelo de desenvolvimento que seja de fato socialmente justo e economicamente viável.

4 JUVENTUDE RURAL NA CAPITAL

4.1 Introdução

Com o intuito de conhecer o desconhecido por muitos - a juventude rural em São Paulo - esse capítulo foi escrito a partir das vozes dos jovens rurais da periferia da capital. Tem como objetivo a finalidade de apresentar (1) quem são eles; (2) qual seu papel no meio rural; e (3) quais suas pretensões para o futuro. De maneira que sejam reconhecidos não só meramente por meios estatísticos, geralmente associados ao nível de violência, mas sim, por outras faces. Afinal de contas, quem iria imaginar que no município de São Paulo há uma juventude rural?

O capítulo foi elaborado da seguinte forma: após essa breve introdução, que demonstra a importância da pesquisa dada a falta de dados referentes à juventude rural na capital, o item 4.2 já apresenta o perfil do jovem pesquisado através de uma análise qualitativa feita com as informações obtidas em campo, por meio de diálogos informais e entrevistas estruturadas com os 13 jovens cooperados e/ou filhos, netos de agricultores cooperados pesquisados diretamente. Para melhor compreensão da agricultura desenvolvida nessa região consultar Apêndice A, onde estão as fotos dos sítios de alguns dos jovens entrevistados.

Também foram utilizadas as respostas de um questionário aplicado a mais 18 jovens agricultores da região atendendo ao pedido de um dos jovens pesquisados (Wendel, 22 anos) que solicitou que esse questionário fosse realizado também com seus alunos do curso de Iniciação Técnica de Meio Ambiente ministrado por ele (Apêndice C).

Ao longo de todo o capítulo as falas desses jovens são consideradas de acordo com as referências feitas aos temas debatidos de maneira a expressar de forma íntegra a opinião dos mesmos. Nossa pretensão é torná-los protagonistas da pesquisa. Dessa forma, o item 4.3 nos mostra a importância da juventude para a agricultura, considerando que a juventude presente no campo hoje será responsável pela produção de alimentos amanhã.

Vale ressaltar que a juventude rural na capital é diferente da juventude rural do interior, uma vez que a proximidade do centro urbano influencia muito os costumes e o modo de vida desses jovens. Por isso, o item 4.4 apresenta uma análise da situação da juventude atual como um todo. É discutida não só a condição do jovem rural, mas da juventude em sua forma ampla, através de dados relacionados à educação, trabalho, política, renda, mortalidade

e cultura, discussão essa que encerra o capítulo.

O jovem rural pesquisado no contexto urbano da megalópole paulistana recebe em seu cotidiano influência do modo de vida rural através da agricultura, mas a proximidade com o meio urbano aponta para situações de maior degradação ambiental, segregação socioespacial, pobreza e vulnerabilidades sociais e juvenis. Entende-se por vulnerabilidade social a fragilidade da juventude brasileira pela exclusão que vivencia, seja pela falta de políticas públicas, do ambiente de pobreza, desemprego, violência ou até mesmo pela falta de reconhecimento como sujeito de direito.

4.2 Perfil dos jovens pesquisados – análise qualitativa das informações obtidas

Antes da análise qualitativa dos dados coletados para pesquisa é fundamental delimitar um perfil do jovem pesquisado. Sabemos que a definição de jovem simplesmente pela faixa etária torna-se uma visão simplista. A idade foi utilizada apenas para obter um recorte viável para coleta de dados que embasará a pesquisa.

Para fortalecer a agricultura familiar na região através do reconhecimento da importância da juventude rural para o meio, o universo pesquisado foi delimitado pelos filhos, netos ou próprios cooperados jovens, na faixa etária entre 16 e 34 anos que moram ou não com seus pais na zona rural. Sabemos que a definição de jovem meramente pela faixa etária, torna-se uma visão simplista, nesse caso será utilizada apenas com o intuito de obter um recorte viável para coleta de dados que embasará a pesquisa.

A escolha da referida faixa etária é baseada em Pochmann (2004), que em seu artigo intitulado “Juventude em busca de novos caminhos no Brasil” no livro “Juventude e Sociedade – Trabalho, Educação, Cultura e Participação organizado por Novaes e Vannuchi (2004), o autor justifica a delimitação dessa faixa etária de acordo com o alongamento da expectativa de vida, conforme exposto no trecho abaixo:

Talvez adequada 100 anos atrás, quando a expectativa de vida ao nascer encontrava-se um pouco acima de 30 anos, a faixa etária de 15 a 24 anos poderia indicar precisamente um período de tempo compatível com a ideia de transitoriedade que marca a condição juvenil. Atualmente, quando a expectativa média de vida encontra-se ao redor dos 70 anos no Brasil, aproximando-se dos 100 anos para as décadas vindouras, torna-se fundamental identificar que houve o alargamento da faixa etária circunscrita à juventude para algo entre 16 e 34 anos de idade (POCHMANN, 2004, p. 221).

Dessa forma, concordamos com o referido autor acima, e ressaltamos que não se trata,

evidentemente, de uma mera ampliação da temporalidade que contabiliza a fase juvenil por si só, mas sim se trata fundamentalmente, do reconhecimento necessário de que a transição da adolescência para a idade adulta está mais complexa do que era no passado, estando a exigir uma agenda política mais específica voltada para uma faixa etária maior, numa tentativa de se ajustar à expectativa de vida.

O recorte geográfico foi à delimitação da região Sul do município de São Paulo, área de abrangência das Subprefeituras de Parelheiros e Capela do Socorro. O diálogo para coleta das informações foi realizada com 13 jovens. Desses, dois jovens netos de agricultores cooperados; outros três próprios cooperados e os oito restantes são filhos de agricultores cooperados. Para tal, eram realizadas visitas a campo, nos sítios onde os jovens residiam. Por estar presente na região todos os dias há aproximadamente cinco anos a coleta das informações ocorreu de maneira em que o diálogo pudesse ser feito de forma descontraída, porém, com a seriedade que a pesquisa exige. A coleta de informações foi feita em campo, no sítio de cada jovem, quando esse estava ausente as entrevistas ocorreram na CAE – Parelheiros, por apresentar facilidade de acesso a esses jovens. Cada entrevista teve um tempo médio de duração em torno de uma hora e meia.

Nesse reconhecimento, a partir desse capítulo será apresentado trechos de relatos dos jovens, de maneira a compreendê-los melhor e, além disso, o mais importante, dar a visibilidade almejada por eles ao transmitir seus anseios, a visão da realidade onde eles moram como nunca foram repassadas. Trata-se de jovens que sofrem isolamento social, ou seja, se sentem excluídos perante a sociedade, seja para acessar melhor educação, seja na questão do lazer, da segurança e da própria atividade agrícola.

Segundo Proni e Cunha (2014), coordenadores do relatório final sobre o Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo (MJSP), que traça um perfil dos jovens paulistanos levando em consideração indicadores como índices demográficos e socioeconômicos além das condições específicas vivenciadas pelos jovens (idade entre 15 e 29 anos) moradores nas áreas de abrangências das 32 subprefeituras do município, houve uma queda na participação relativa dos jovens na população total brasileira da ordem de 28,2% em 2000 e 26,9% em 2010, os autores apontam que a principal causa dessa queda é a diminuição dos níveis de fecundidade no país.

Já a população jovem no Estado de São Paulo de acordo com os autores acima, também reduziu sua participação na população estadual de 28% para 26% no período entre 2000/2010, o que evidencia um processo de envelhecimento da população, conforme trecho

abaixo:

Observando o que ocorre no Município de São Paulo, constata-se que havia 2.959.639 jovens em 2000, 2.905.727 jovens em 2010 e 2.805.629 em 2013. Estes números mostram, mais do que uma redução na participação da população jovem no Município de São Paulo (de 28,4% em 2000 para 25,8% em 2010 e 24,9% em 2013), uma redução também no volume populacional, com uma perda de mais de 156 mil jovens entre os anos de 2000 e 2013.[...] Enquanto a população total no Município de São Paulo aumentou praticamente 1 milhão de pessoas entre 2000 e 2013, o número de jovens de 15 a 29 anos de idade caiu no mesmo período, o que é um elemento central a ser considerado quando se definem políticas públicas para a juventude. (PRONI, M.W; CUNHA, E. M. G. P; 2014, p. 13).

A tabela 3 abaixo apresenta a população residente de jovens de 15 a 29 anos de idade segundo distritos do Município de São Paulo, no período entre os anos de 2000 a 2013. Ao analisarmos a tabela podemos observar que o Distrito de Marsilac apresenta a menor população de jovens em contraposição ao distrito de Grajaú que apresenta um dos maiores índices, até mesmo em comparação com os demais distritos de São Paulo.

Tabela 3: População residente de jovens de 15 a 29 anos de idade segundo distritos do Município de São Paulo, 2000-2013.

Distrito	População residente		
	2000	2010	2013
Grajaú	104.111	102.799	103.260
Parelheiros	30.399	36.394	38.568
Marsilac	2.227	2.116	2.285
Município SP	2.959.639	2.905.727	2.805.629

Fonte: PRONI; CUNHA. MJSP - Relatório final (2014).

Elaboração própria, de acordo com dados disponibilizados pela Prefeitura de São Paulo.

Os dados da tabela acima são de extrema importância para termos uma noção do universo de jovens presentes no território como um todo; vide anexos 1 e 2. Além disso, após esse reconhecimento foi possível realizar um recorte dos indivíduos pesquisados, uma vez que seria inviável coletar informações com todos os jovens moradores desses distritos em tempo hábil para que a pesquisa fosse concluída.

A tabela 4 abaixo apresenta informações levantadas em campo sobre o perfil dos jovens entrevistados, constituem das informações: identificação dos entrevistados pelo primeiro nome; idade (sendo a idade mínima para o recorte etário de 16 anos e a máxima de 34 anos); a questão do gênero (masculino e feminino); onde nasceu e onde mora atualmente;

se o jovem estuda ou não (se sim, em que período está e se não, em que período parou) e se pretende sair ou ficar na zona rural.

Tabela 4 - Perfil dos jovens (cooperados, filhos e/ou netos dos agricultores cooperados) da Zona Sul do município de São Paulo que foram entrevistados.

<i>Identificação</i>	<i>Idade</i>	<i>Gênero</i>	<i>Onde nasceu?</i>	<i>Onde mora?</i>	<i>Estuda?</i>	<i>Pretende sair ou ficar no campo?</i>
Adelaide	18	Feminino	São Paulo - Capital	Parelheiros	3° Colegial em andamento	ficar
Alexandre	16	Masculino	Colônia - Parelheiros	Colônia	2° Colegial em andamento	ficar
Beatriz	17	Feminino	São Paulo - Capital	Ilha do Bororé	3° Colegial em andamento	ficar
Carlos	16	Masculino	São Paulo - Capital	Chácara Santo Amaro	2° Colegial em andamento	ficar
Edson	34	Masculino	São Paulo - Capital	Chácara Santo Amaro	Ensino médio completo	ficar
Jaison	22	Masculino	São Paulo - Capital	Ilha do Bororé	2° Grau Completo	ficar
Karla	26	Feminino	Ponte Alta - Marsilac	São Paulo - Capital	Formação Superior em Direito	já saiu
Kelly	25	Feminino	São Paulo - Capital	Parelheiros	Formação Superior em Biologia	ficar
Kevin	20	Masculino	São Paulo - Capital	Jaceguava	Ensino médio completo	ficar
Maria	17	Feminino	Pernambuco	Marsilac	2° Colegial em andamento	sair
Mariane	26	Feminino	Interlagos – Zona Sul	Interlagos – Zona Sul	Formação superior em rádio e tv	ficar
Rafael	23	Masculino	São Paulo - Capital	Barragem	Formação técnica em Biblioteconomia	indeciso
Wendel	22	Masculino	São Paulo - Capital	Parelheiros	2° Grau completo	ficar

Elaboração própria, através das informações coletadas em campo.

Através dessa organização fica mais clara a análise das informações coletadas, de maneira a melhor compreendermos a diversidade existente entre a juventude rural pesquisada. De um total de 13 jovens rurais entrevistados, desses, 7 são homens; 6 mulheres; a faixa etária dos jovens entrevistados está entre os 16 aos 34 anos. Nota-se menor presença do jovem (sexo feminino) em idade adulta no campo; em contraposição ao jovem (sexo masculino), talvez isso se expresse por conta da jovem ir buscar estudos fora da localidade onde reside, isso porque a única referência à formação superior foi feita pelas jovens, sendo 3 com formação superior completa. Há o reconhecimento dos desejos, anseios, dificuldades e limitações encontradas por eles.

Sendo assim, notamos que há jovens que pretendem sair, outros que pretendem ficar,

realizando a mesma atividade do pai, outros que pretendem ficar, porém, estudar para melhorar as condições da produção realizada pelo avô; outros que assumiram a responsabilidade de querer exercer a atividade agrícola mesmo não tendo nenhum histórico familiar. Se tiverem oportunidade, eles pretendem permanecer no campo, aprimorando a atividade agrícola, para poder garantir qualidade de vida para seus pais. Qualidade de vida essa muito associada, a questão da saúde, educação, saneamento básico, melhorias no modelo de produção. O que mais nos chama atenção é a vontade desses jovens em permanecer no campo e dar continuidade à atividade desenvolvida pelos seus familiares.

A função da tabela é justamente essa, fazer um raio-x dessa juventude de maneira a torná-los visíveis. Enquanto que através dos relatos espalhados ao longo do texto há um panorama da visão do jovem sobre política, cultura, educação, trabalho e lazer. Esses relatos são extremamente importantes, pois dão ao jovem a oportunidade como mencionado em parágrafos acima de ser notado, de ser visto e visto como sujeitos de direito que são de maneira a fortalecer a juventude como um todo. Na verdade a pesquisa realizada trata-se de uma análise qualitativa da parcela de jovens rurais da zona sul, do município de São Paulo.

Para a maioria dos jovens pesquisados a juventude está relacionada em aproveitar mais a vida, fase de planejamento para o futuro; *“momento de construção, depois é só colher o que plantou”*, outros apontaram como uma fase de *“pouca responsabilidade”*; *“fase para trabalhar e alcançar seus sonhos”*. Os três trechos abaixo nos dão noção da definição sobre juventude segundo a visão de alguns entrevistados:

Para mim ser jovem não tem nada a ver com a idade. Mas o significado da juventude se resume em viver, conhecer, arriscar, sem ter medo de ser tarde demais, ou de errar. Sair, conhecer pessoas, viajar, aproveitar o tempo livre e o fato de (pelo menos no meu caso) não ter ninguém que me prenda ou dependa de mim. Minha família sempre me incentivou a ser livre também. Mas para quem tem um filho muito cedo ou tem uma família mais controladora, acredito que a juventude fique um pouco mais limitada. Mas mesmo assim, ainda podemos manter o espírito sempre disposto a novas experiências e possibilidades, que é o mais importante de tudo. Nunca se achar velho demais para nada! (MARIANE, 26 anos).

Bom, ser jovem é aproveitar aquilo que temos de desafios e saber que nossa juventude não é eterna e que se soubermos valorizá-la, sem drogas, crimes ou irresponsabilidade. Entendemos nosso momento atual e sermos melhores que fomos antes. Não é nada além da verdade. Nosso momento como humanidade. (RAFAEL, 23 anos).

Outro relato nesse mesmo sentido, expresso abaixo:

Ser jovem é ter a chance de aprender novas coisas com facilidade, errar bastante e enriquecer os conhecimentos com cada tropeço; é poder sair correndo pra chorar no colo da mãe quando estou mal, desfrutar das coisas boas da vida sem medo de ser feliz e de não agradar os outros, aproveitar o resto da infância que ainda nos resta. (BEATRIZ, 17 anos).

Há um reconhecimento por parte da maioria da importância ambiental da região, por possuir matas, nascentes e a preocupação dos mesmos é que se mantenha a preservação. Sendo assim, a maioria torna-se contra empreendimentos grandiosos como a construção de um aeroporto na região, por exemplo, pois sabem que tal empreendimento acarretará em grandes impactos ambientais para a região, conforme depoimentos abaixo:

Não sou a favor. Acho que não votaria porque um aeroporto na região traria um impacto muito grande pra região como o movimento de pessoas e de carros e caminhões. Mas acho que a região sofre um impacto muito maior com as ocupações irregulares para moradia. (EDSON, 34 anos).

Outro depoimento sobre o mesmo tema:

Não gosto da ideia do aeroporto que estão querendo fazer na minha região, seria um desastre ambiental porque desmataria o pouco que nós temos e ainda sufocaria muitas nascentes de água potável. Não votaria, além de estar destruindo a natureza ele também está ajudando a destruir o futuro da juventude, ou que faríamos sem árvores (sem oxigênio que elas fornecem) e da água potável? (ALEXANDRE, 16 anos).

Outro fato que nos chama atenção é a participação desses jovens na atividade, rural mesmo para aqueles que deixaram o campo e sazonalmente voltam para auxiliar os pais na colheita, como é o caso da Karla, de 26 anos, que mesmo após a saída do campo para estudar e trabalhar, já formada em direito, sempre que volta ajuda os pais nas atividades relacionadas com agricultura e também nas atividades domésticas. Ou seja, apesar da saída do campo não há o rompimento com atividade. Constatamos portanto que não há um processo de evasão em massa, há sim, constantes idas e vindas, saídas e retornos das casas dos pais. Esse processo foi apontado por Castro (2013) em pesquisa com jovens de um assentamento no Rio de Janeiro.

Outro ponto que merece destaque foi a fala de um dos entrevistados em relação à influência que os jovens que moram no centro de São Paulo podem exercer sobre os jovens que moram nas áreas mais periféricas, saber se há essa influência, e a resposta obtida foi a seguinte:

Sim. Porque acredito que a visão da sociedade de um modo geral, pra quem trabalha no campo é preconceituosa, como a de alguém, que não estudou, por isso que está no campo. E isso não estimula os jovens a ficar no campo, que buscam cada vez mais uma vida urbana. (EDSON, 34 anos).

Nas entrelinhas da fala desse jovem é denunciado o preconceito vivenciado por ele, por ser agricultor, isso fica bem claro no seguinte trecho *não estudou, por isso que está no campo*. Alguém já deve ter expressado isso diretamente a ele, ou mesmo que não seja uma fala direta, indiretamente é o que a sociedade transmite a ele. Ao mesmo tempo em que ele

relata esse preconceito, quando questionado se pretendia continuar sendo agricultor, se sim, o motivo, o mesmo jovem entrevistado responde: - “Sim, porque é o que eu gosto e acho que é uma profissão importante pra sociedade” (EDSON, 34 anos).

Nas etapas finais do trabalho de campo para as entrevistas houve o pedido de um dos jovens pesquisado, neto de cooperado, Wendel, 22 anos, conforme exposto no início desse capítulo, para que pesquisa de campo pudesse ser ampliada aos alunos do curso Iniciação Técnica de Meio Ambiente que ele ministra pois, de acordo com Wendel trata-se de um tema de extrema importância para região e seria uma oportunidade para retratar de forma mais ampla a juventude local, até mesmo, para poder se fazer uma análise comparativa entre a juventude que trabalha com a agricultura e os jovens que moram na região porém, não exercem diretamente atividade agrícola.

Nesse caso foi formulado um questionário para ele aplicar aos alunos (Apêndice B). Vale ressaltar que a coleta desses dados foi feita de forma secundária, sem a participação direta da pesquisadora, porém, com total apoio e seriedade do próprio entrevistado Wendel, 22 anos, que passou de entrevistado para entrevistador, um colaborador para a pesquisa. Para essa pesquisa foram entrevistados 18 jovens, que não necessariamente são filhos de agricultores, porém, são moradores da região, estão na faixa etária dos 16 aos 34 anos. O engraçado foi notar que de uma maneira geral, a grande maioria dos entrevistados disse ter vontade de ser agricultor, produzir seus próprios alimentos, porém, sabem da dificuldade encontrada pelo agricultor familiar.

Nesse estudo eles também demonstraram conhecer a importância ambiental da região em que moram, e que não são a favor de grandes empreendimentos, justamente para não causar grandes impactos. Portanto, através das informações coletadas, seja através da pesquisa realizada diretamente aos jovens filhos de agricultores familiares cooperados, ou através da pesquisa feita de forma secundária, podemos observar que a zona sul do município de São Paulo, mais precisamente, a zona rural, reconhecida pelo Plano Diretor, trata-se de uma região que apresenta uma série de elementos socioespaciais que contribui para encaminhar a investigação na direção da pergunta, qual o papel da juventude na agricultura familiar do município de São Paulo, mais precisamente nos distritos de Parelheiros, Marsilac e Grajaú, localizados no extremo sul de São Paulo.

Não há nenhum registro de pesquisas feitas com a temática que se baseia no papel do jovem na agricultura do município de São Paulo. A maior parte dos estudos que se tem da região sobre juventude refere-se a dados estatísticos de violência, trabalho e educação, mas

não a sua relação com a agricultura praticada na região, fato esse que dificultou a busca por referências teóricas sobre o tema. Por outro, lado, torna-se de extrema importância à visibilidade dada pela pesquisa a esses jovens para futuras pesquisas.

Dessa forma, a investigação parte de procedimento de campo objetivando o levantamento de argumentações e resultados de pesquisa por meio de entrevistas, aplicação de questionário em conversa informal com os jovens filhos de pais cooperados ou sendo o próprio cooperado. Através de visitas aos sítios, aos pontos de comercialização ocupados por esses jovens – como o espaço em feiras entre outros.

Ao final, o que podemos notar com as informações coletadas na pesquisa, seja ela feita diretamente ou através de coleta de dados feito de forma indireta, porém, tão séria quanto a primeira, pois surgiu da espontaneidade de um jovem em dar voz aos seus alunos. Podemos notar que na verdade o que querem esses jovens é sair da invisibilidade, é mostrar-se para a sociedade através dos seus sonhos e até mesmo pelas dificuldades encontradas. Eles querem que alguém os ouça, os reconheçam como cidadãos de direito.

De acordo com Castro et al. (2009), na grande maioria a temática associada à juventude rural é atrelada à saída ou permanência desse jovem no campo. Porém, sabemos que não podemos ter essa visão simplista, uma vez que “ficar” ou “sair” do meio rural trata-se de uma análise de várias questões que permeiam a construção da juventude. Castro (2009) afirma que juventude é uma “categoria social que posiciona aqueles assim identificados em espaço de subordinação nas relações sociais” ao mesmo tempo em que são associados ao “futuro” e a transformação social”.

O que se faz necessário é desconstruir a imagem do jovem desinteressado pelo meio rural, pois essa visão contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e também de demandas sociais.

Essa imagem da saída dos jovens do campo se contrapõe à pesquisa realizada, em que pelo contrário, mostra a vontade de querer “ficar” do jovem, e mais ainda, ficar para melhorar sua condição de vida e do entorno onde ele vive. Porém, para tal, o jovem necessita e solicita que as condições de acesso a políticas públicas como educação, lazer, saúde, entre outras sejam disponíveis a ele.

Para isso é necessário que o jovem seja inserido nas pautas governamentais, além das estatísticas relacionadas à criminalidade e/ou violência. Através da pesquisa nota-se o interesse expressivo desses jovens pela agroecologia, devido à importância ambiental da região reconhecida pelos mesmos, porém, para isso são necessários técnicos qualificados para

auxiliar na produção ou na transição da produção agrícola do modo convencional de produção para o modelo agroecológico. Infelizmente muitos deles não conhecem as políticas públicas voltadas para a juventude, seja ela rural ou não.

Renato Janine Ribeiro, autor da frase “*A juventude está em alta e a política está em baixa*”, elucida muito bem o atual momento de crise política em que o Brasil vive. O autor é claro e direto ao expressar o cenário atual da política e da juventude:

Para falarmos de maneira sucinta, hoje a juventude está em alta e a política, em baixa. Começamos pela política. Pode parecer estranho que ela sofra tal desapareço: afinal, em nosso tempo diminuíram as ditaduras, aumentaram as liberdades; mas é que ela aparece, aos olhos da maioria das pessoas, como não levando a lugar nenhum, como pouco fecunda. (RIBEIRO, 2004, p. 19).

A política atual está manchada pela corrupção pela perda de identidade dos partidos que após eleitos unem-se e realizam coligações com a até então “oposição”, de maneira que o cidadão sintam-se enganado, desiludido, sem esperança. Sabemos que em sua maioria, os governos eleitos quase sempre não cumprem as promessas de campanha, o que repercute negativamente na imagem da política, do político e do partido. Isso deixa o eleitorado totalmente desanimado em relação à perspectiva da política, tornando quase como uma regra a máxima de que “todos os políticos são iguais”. É triste escutar de uma jovem de 26 anos, filha de agricultores, ao ser questionada se era a favor ou contra a construção do aeroporto na região e se votaria em um candidato a favor da construção do aeroporto, obter a seguinte resposta:

Sou a favor e contra ao mesmo tempo. A construção poderia trazer desenvolvimento econômico para região, entretanto, poderia acarretar em sérios problemas ecológicos. Não votaria em nenhum candidato político, pois sou apartidária (KARLA, 26 anos, grifo nosso).

A maioria dos entrevistados com idade entre 16 a 17 anos, ao serem questionados se iriam votar nas próximas eleições, já que nessa faixa etária o voto é facultativo, a maioria disse que não, que adiaría para votar somente quando fosse obrigatório. O desinteresse da juventude pela política é um problema gravíssimo, esse cenário não é uma questão regional. Abaixo na tabela 3, elaborada através das informações contidas no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aparecem os dados estatísticos do eleitorado por sexo e faixa etária da última eleição em todo país, a partir Cadastro Nacional de Eleitores, chama a atenção para a faixa etária entre 16 e 17 anos que não chegam a somar 1% cada uma delas.

Tabela 5 - Estatística do Eleitorado por Sexo e Faixa Etária

Faixa etária	Masculino (M)	% M/T	Feminino (F)	%F/T	Total (T)	%/TT
16 anos	229.340	47,77	250.704	52,23	480.044	0,34
17 anos	556.919	48,06	601.788	51,94	1.158.707	0,81
18 a 20 anos	4.359.741	49,53	4.441.809	50,47	8.801.550	6,16
21 a 24 anos	6.230.821	49,43	6.373.489	50,57	12.604.310	8,83
25 a 34 anos	16.169.581	48,60	17.099.176	51,4	33.268.757	23,29

Fonte: TSE, 2015.

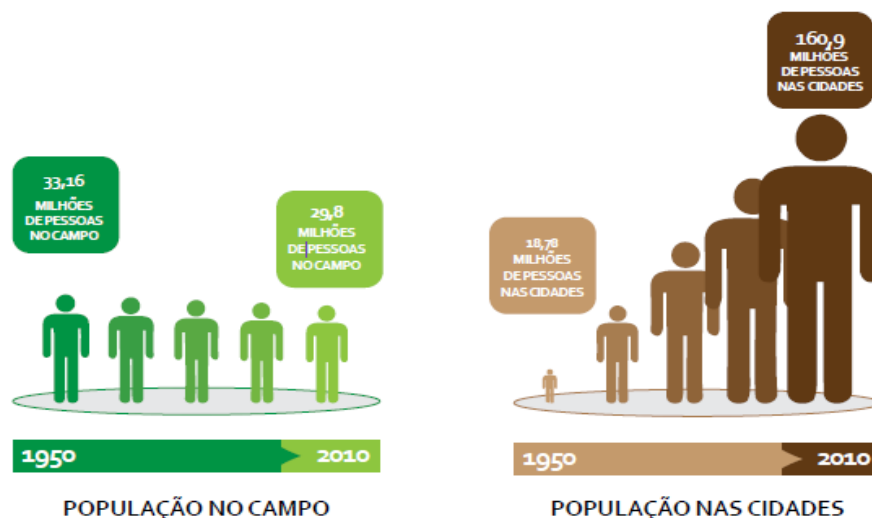
Elaboração própria, de acordo com dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral.

O que isso evidencia? Que estamos vivendo um período de crise no cenário político, seja pelos partidos que estão com suas imagens desgastadas, por não conseguirem se organizar minimamente para cumprirem as metas de governo, seja pela população que está cansada, pois sempre o que se vê nas eleições é “mais do mesmo”.

4.3 Importância da juventude na agricultura

A figura 12 abaixo, nos mostra uma tendência do jovem rural a deixar o campo, saindo quase sempre para uma cidade próxima. De acordo com Brasil (2013), esse processo vem ocorrendo desde 1940 e ainda continua nos dias de hoje, conforme demonstra a figura (12) abaixo, de acordo com os dados do último Censo Demográfico do IBGE realizado em 2010:

Figura 12 - População no Campo e População nas Cidades.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

Podemos observar através da figura 12 acima, que no período entre 1950 a 2010, a população no campo diminuiu em comparação com a população nas cidades. Ou seja, nos últimos 60 anos a população brasileira cresceu de forma diferente, tendo um aumento significativo nas populações da cidade. De acordo com o MDA, houve um aumento de cinco vezes na população das cidades em relação à população do campo, que diminuiu em números de 39 para 29,8 milhões de pessoas.

Nota-se que a saída do campo é dada geralmente pelas populações mais jovens, que saem em busca de melhores oportunidades de vida, não que a saída seja uma garantia dessa melhora, porém, para a maioria é o único caminho a ser seguido. Sabemos que a saída do campo para a cidade muitas vezes acaba se tornando em mal sucedida, fazendo com que o jovem saia do campo e vá morar nas periferias, nos centros urbanos.

Essa fuga para a cidade em busca de uma vida melhor, na verdade, poderia ser evitada se o jovem encontrasse no campo, acesso a educação, trabalho, saúde, lazer, da mesma forma que tudo isso é disponibilizado para o jovem de centros urbanos, de maneira com que ele consiga se estabelecer e perpetuar sua vida no campo. Além disso, a juventude rural se depara com outra dificuldade relacionada com a atividade agrícola praticada, que na maioria das vezes se mantém através de um trabalho árduo sem a devida valorização. Tal fato fica evidente quando Karla, 26 anos é questionada sobre ser agricultor(a) e quais os motivos, conforme exposto no trecho abaixo:

Não. Porque você se mata de trabalhar na lavoura todos os dias, faça sol, faça chuva, seu custo de produção sempre vai ser maior que o lucro, você às vezes fica endividado por uma produção agrícola que não é certeza que dará certo e o governo não ajuda o pequeno agricultor em subsídios agrícolas (KARLA, 26 anos).

O agricultor que produz alimento tem que aumentar sua escala de produção de maneira a compensar os ganhos unitários que estão sempre em queda, o que pode acarretar a longo prazo em falência e até mesmo abandono da atividade pelos pequenos e médios agricultores, fortalecendo assim a concentração de propriedade pelos agricultores do agronegócio que são patrocinados, além de contribuir para a saída do jovem do campo.

Sabemos que a maioria da base de alimentação do brasileiro é obtida através da produção da agricultura familiar, uma vez que o agronegócio de média e grande escala é mais responsável pelos produtos que vão para a exportação e que em sua maioria não fazem parte da alimentação básica do brasileiro, como por exemplo, soja, entre outros. De acordo com o INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2011), a agricultura

familiar é responsável por cerca de 80% dos alimentos produzidos para o abastecimento interno, mesmo ocupando cerca de 30% das terras agricultáveis no país.

Esses dados nos mostram a importância da agricultura familiar, que além de contribuir para a economia local, geram emprego, adotam o modelo de produção baseado na diversificação dos produtos além de ajudarem com ações que acarretam em menores impactos ambientais. A agricultura familiar trata-se de um segmento com grande representatividade em número de estabelecimentos rurais do país, além de possuir extrema importância em diversos setores produtivos, já que o próprio administrador/gerente é o próprio trabalhador rural. Confirmou-nos o entrevistado Carlos, de 16 anos:

Trabalho no sítio com a produção e comercialização. Não ajudo com as atividades domésticas porque minhas irmãs mais novas que ajudam minha mãe. Eu ajudo o pai em tudo, desde a produção até a comercialização. Estudo das 7h da manhã até 12h:15min, às 14h vou pra roça e fico lá por volta das 18h/19h, depois vou fazer entrega dos produtos para os compradores, e paro de trabalhar por volta das 23h. (Carlos, 16 anos).

Nesse caso dois processos nos chamam atenção, o primeiro deles é o fato desse jovem estar seguindo o mesmo caminho percorrido pelo pai, ou seja, dedicação em maior tempo para a agricultura, em que o estudo, como se pode observar no relato fica limitado ao período em que ele está na escola, fora desse período o jovem trabalha para ajudar o pai. Outro ponto é o fato relatado por ele, das irmãs mais novas ficarem em casa, ajudando nas tarefas domésticas enquanto ele é liberado dessa tarefa por trabalhar com o pai, conseqüentemente esse processo poderá ocasionar na masculinização do campo:

De fato, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, se existe certo equilíbrio entre a população jovem masculina e feminina na faixa etária de 15 a 29 anos (49,1% e 50,9%, respectivamente), o mesmo não se observa com a população jovem do campo (53,2% de homens para 46,8% de mulheres nessa faixa etária); o desequilíbrio é ainda maior na faixa etária de 15 a 17 anos (55% e 45%, respectivamente) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010). (CASTRO, 2012, p. 440).

Apesar do relato mencionado anteriormente, o que se evidencia na região é a forte presença das mulheres, essa participação vai desde a produção propriamente dita, onde há sítios produtivos que são tocados apenas por mulheres mais velhas, porém, sem a ajuda de um parceiro elas participam de todo o processo produtivo, do plantio a colheita, da colheita à comercialização direta em feiras ou indireta através das vendas pela cooperativa. Vale ressaltar que a atual diretoria da Cooperapas (apresentada com maiores detalhes no item 3.2 desse capítulo) é composta com 3 mulheres, inclusive a diretora, a vice diretoria e tesoureira,

e todas elas tocam suas propriedades sem ajuda de um companheiro. São mulheres, viúvas, separadas e solteiras, sendo as duas primeiras com filhos, porém, são elas as responsáveis pela educação dos filhos, a produção (plantio, colheita e venda) além de organizarem as operações da Cooperapas como reuniões, balanço financeiro dentre outros.

É necessário o fortalecimento do jovem, bem como das jovens. A mulher exerce papel fundamental para a continuidade da agricultura, haja vista a participação das mulheres na região. A importância da juventude rural como um todo é necessária para a viabilização econômica e reprodução social da agricultura, ou seja, o jovem desempenha um papel fundamental para o futuro agrícola do país.

Dada a importância da juventude para a continuidade da agricultura no país, torna-se indispensável tirar essa juventude da invisibilidade, ou seja, é necessário que seus anseios, desejos, sejam percebidos e não só, que sejam criadas ferramentas com o intuito de fortalecê-los.

Diversas pesquisas no Brasil e no mundo apontam a saída dos jovens do meio rural, porém, o que notamos com a pesquisa realizada é justamente o contrário, os jovens anseiam por permanecerem no campo. Posto isso, cabe a nós refletirmos e propormos melhorias que propiciem as condições para que de fato esse jovem possa permanecer no campo.

Nota-se a importância da política pública para que haja a mudança necessária. Apesar de a atividade agrícola ser desenvolvida desde sempre no território estudado, somente através do PD aprovado em 2014 há o reconhecimento como zona rural. O que fica evidente é que os agricultores são verdadeiros heróis por persistirem em desenvolver atividade agrícola em uma região que sofre as pressões da urbanização pela proximidade com o centro urbano, mesmo sem qualquer incentivo, ou política pública que reconhecesse a atividade agrícola antes da aprovação do plano.

Dessa forma, a análise do cenário da juventude rural no Brasil é de extrema importância para que se tenha um panorama dos desafios e desejos dessa parte da população. Assim como acabamos de relatar o que essa parte da população localizada no extremo sul do município de São Paulo anseia é permanecer, porém, para isso, antes de tudo os mesmos devem ser reconhecidos, notados, ou seja, há agricultura, há jovens que praticam e querem permanecer nessa atividade, porém, querem que a atividade desenvolvida por seus pais e futuramente por eles seja feita com o devido apoio, incentivo, que a agricultura não signifique vergonha, falta de estudo, mas sim uma opção de escolha.

4.4 Situação atual da juventude

Conforme exposto no trecho abaixo, estudos mais recentes sobre o meio rural brasileiro apontam para o crescimento de atividades não agrícolas, sobretudo na área de serviços, nos moldes do que vem ocorrendo em outros países, como a Europa, por exemplo. Neste sentido, o meio rural não é mais apenas o lugar da produção agrícola, mas também um espaço que está ganhando notoriedade por outras atividades como turismo rural, padrões de residência específicos, propriedades para lazer aos finais de semanas, além dos atrativos ambientais como trilhas, cachoeiras presentes na região, fenômeno esse que pôde ser observado na fala de Alexandre:

Pretendo abrir um restaurante orgânico aqui no sítio, fazer uma mini fazenda para visitação também. Daqui a 10 anos, pretendo estar aqui no sítio, com meu restaurante, recebendo turista e trabalhando com turismo ecológico rural. (ALEXANDRE, 16 anos).

Wanderley (2014) sinaliza que esta é uma tendência predominante nas regiões mais urbanizadas, como por exemplo, as regiões Sul e Sudeste do país. O autor chama de residências secundárias a expansão das moradias em certas áreas rurais e do turismo rural que estão associadas em grande parte ao patrimônio cultural com foco nas festividades tradicionais de cada região, bem como ao patrimônio natural como mencionado no parágrafo acima.

Nesse contexto, a juventude merece atenção especial por seu potencial como força propulsora de ações coletivas em busca de sociedades mais humanas e equitativas. Estudos sobre padrões de segregação sócio espaciais em São Paulo, apontados pelos autores Akerman e Bousquat (2013), indicam que a alta proporção de adolescentes numa determinada região está relacionado à existência de pobreza nessa mesma região. Os autores apontam ainda que se trata de uma especificidade da realidade paulistana, uma vez que em outras cidades essa relação ocorre com a presença de crianças e não com a de jovens.

A tabela 6 abaixo nos mostra a população por faixa etária residente em domicílio rural entre os períodos de 2003 a 2011 no Brasil; em que podemos observar que a única faixa etária que deu variação negativa foi entre 18 a 24 anos. Se continuarmos a análise podemos verificar que entre os jovens de 10 aos 17 anos bem como de 25 aos 29 anos ocorre um crescimento pouco significativo da população em domicílios rurais.

Tabela 6 – População residente em domicílio rural (2003-2011):

	2003 (1.000 pessoas)	2011 (1.000 pessoas)	% variação entre 2003 e 2011
Grupos de idade (anos)			
15 a 17	1805	1907	5,35%
18 a 19	1071	957	-11,91%
20 a 24	2327	2033	-14,46%
25 a 29	1974	2092	5,64%
30 a 39	3531	3950	10,61%

Fonte: PNAD (IBGE).

Elaboração própria, de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE.

Entretanto, quando olhamos para as pessoas que estão em idades menos ativas para o capital agrário, a taxa de crescimento da população em domicílio rural aumenta drasticamente, alcançando índices com aproximadamente 25% de aumento da população em menos de 10 anos, conforme análise apresentada por Zarref:

Embora esses dados tratem de domicílio, e não exclusivamente de atividade econômica, devemos considerar que a população residente no rural está inserida nas frações do campesinato (capitalizado, clássico, proletariado). Sendo assim, o que esses índices nos demonstram? O projeto capitalista brasileiro, de negação do campesinato, não responde às necessidades da população, consumindo a energia dos mais jovens, mas impossibilitando uma vida digna. Passado o tempo “útil” para o capital, essas pessoas são “descartadas”, ficando impossibilitadas de continuar a viver na cidade. Porém, voltam ao campo com condições físicas e psicológicas gravemente comprometidas, o que as leva a condições críticas de vida, mesmo no campo (ZARREF, 2013, p. 5).

Em relação ao trabalho, há jovens da região inseridos no Programa Operação Trabalho (POT) desenvolvido pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE), regulamentado pela Lei nº 13.841, de 7 de junho de 2004, em que podem participar jovens de 16 a 20 anos, que pertençam a famílias de baixa renda (renda per capita por pessoa seja equivalente ou inferior a meio salário mínimo), mas para isso o jovem deve estar matriculado em cursos vinculados ao sistema nacional de ensino ou que tenham concluído o Ensino Médio, inclusive profissionalizante. Há outros requisitos como comprovar que reside no município de São Paulo, estar desempregado (e sem receber seguro desemprego), comprovar frequência de 85% nas aulas (SDTE, 2015).

Nesse programa atualmente participam 40 jovens, sendo a maioria filhos de pais agricultores da região. Para esses jovens, esse programa é uma oportunidade de poderem contribuir com as despesas de casa, além de obter conhecimento.

O que observamos na maioria dos casos é que um jovem, cujos pais são ricos, terá maior chance de estudar por mais tempo, uma vez que seus pais têm condições de garantir sua

inatividade, o que não ocorre com um jovem filho de pais pobres que para ajudar no orçamento familiar terá que trabalhar cedo, de maneira que os estudos ficam em segundo plano, ocasionando por fim, uma reduzida mobilidade social para esse último jovem, que pela falta de estudos ocupará cargos com menores remunerações, uma vez que possui baixa escolaridade. Ao contrário do primeiro caso, que por possuir maior grau de escolaridade ocupará cargos hierárquicos superiores ocupando uma posição privilegiada no mercado de trabalho.

Tal fato fica bastante explícito no caso do entrevistado Carlos, 16 anos, está no segundo colegial, estuda das 7h da manhã até 12h:15min, começa a trabalhar com o pai na roça após o almoço, por volta das 14h, trabalha desde a produção (plantio, manejo, colheita), por volta das 18h/19h começa outra etapa, da comercialização e distribuição dos produtos nos pontos de venda, quando perguntado sobre o horário em que retornava para casa, o mesmo informou: “por volta das 23h”.

Trata-se de um jovem que esta cursando o 2º colegial, da escola vai direto para a roça auxiliar o pai, por ser o filho mais velho de quatro irmãos (duas mulheres e um homem), porém todos mais novos. Dessa forma ele se sente responsável pelos irmãos, sendo que as meninas, mais novas auxiliam a mãe nas tarefas domésticas. Infelizmente as chances de esse jovem ter formação superior são mínimas, uma vez que sabendo de suas responsabilidades perante a família, cabe a ele a tarefa de ajudar seu pai e assim garantir maiores chances para seus irmãos.

Para ter melhor compreensão da problemática na região perante o município como um todo, visualizar o Anexo 2 ao final do texto, em que é apresentado um mapa sobre a proporção da população de 25 anos e mais com Ensino Superior Completo no Município de São Paulo, no ano de 2010, em que podemos observar que na região pesquisada o índice não representa nem 2% da população do município.

Segundo Pochmann (2004), a questão do trabalho recai sobre a juventude de forma diferente pela análise de uma sociedade de classes. De maneira que para o jovem, filhos de pais pobres, o contexto em que está inserido é de extrema vulnerabilidade seja através da violência, educação de baixa qualidade, dedicação do trabalho junto à escola; enquanto que para o jovem, filhos de pais de classe média e alta, o contexto em que ele está inserido é completamente diferente, acesso a educação de qualidade, segurança e muitas vezes esse jovem tem a possibilidade de completar seus estudos fora do país.

ser contida pelo acesso a melhores condições educacionais (através do ensino de qualidade), contribuiu para o desperdício e o desgaste de habilidades educacionais em atividades precárias e de baixa qualidade (POCHMANN, 2004, p. 384).

Em relação à educação, de acordo com a Unesco (2016), “trata-se de um direito humano fundamental e essencial para o exercício de todos os outros direitos”. De acordo com dados da própria organização há “cerca de 781 milhões de analfabetos no mundo”, e aproximadamente 58 milhões de crianças não frequentam escola primária, além de milhares de jovens, mulheres e homens adultos que continuam sem aprender o básico para conseguir conduzirem suas vidas com saúde e dignidade (UNESCO, 2016).

Um dado alarmante apontado pela Unesco (2016) é que a educação de qualidade trata-se de um sonho distante para muitos, em especial para as meninas de famílias pobres, e o mais alarmante, famílias pobres de áreas rurais, devido a combinação de alguns fatores como: pobreza, isolamento geográfico, disparidade de gênero entre outros. Tal fato pode ser melhor compreendido na fala de Karla, 26:

Sim. Eu gostaria de morar na zona urbana da cidade de São Paulo, devido a maior facilidade ao acesso as coisas, como educação, transporte, saúde, alimentação, medicamentos, entretenimento cultural, acesso à internet e principalmente a obtenção de emprego com carteira assinada com boa remuneração, pois essas coisas na zona rural são muito precárias e muitas vezes inexistentes. (KARLA, 26 anos).

De acordo com a Unesco (2016) alguns avanços tais como “obrigatoriedade da matrícula das crianças” na pré-escola; “redução das taxas de analfabetismo entre jovens e adultos; aumento do financiamento da educação ente outros”, foram alcançados no Brasil nas últimas décadas. Entretanto o Anexo 3 apresenta as taxas de analfabetismo da população de 15 anos e mais no município de São Paulo em 2010, em que podemos observar índices elevados de analfabetismo mais acentuado na zona sul do município, dados esses que evidenciam a ausência desses avanços em algumas regiões.

João Paulo Rodrigues, membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores rurais sem terra (MST), em sua participação no Seminário Juventude Rural em Perspectiva, realizado no Rio de Janeiro, em maio de 2006, afirma que o Estado deve investir pesado em educação para resolver vários problemas, dentre eles o problema do analfabetismo no campo, segundo João Paulo Rodrigues:

Precisamos que nossa juventude seja alfabetizada, precisamos discutir o acesso ao ensino básico, médio e à universidade. Esse é um tema que aflora no campo e na cidade. Dificilmente a UNE (União Nacional dos Estudantes) vai conseguir responder por que está envolvida apenas com quem já está dentro da universidade.

Nós, que estamos de fora, devemos discutir o tema e achar respostas. (CARNEIRO; CASTRO, 2007, p. 89).

Segundo o Censo Demográfico feito pelo IBGE (2010), na faixa etária entre 15 a 17 anos, a parcela que não frequentava escola representou 16,7% no Brasil, sendo que a relação entre homens e mulheres quase não houve diferença. A diferença considerável pode ser observada entre as áreas urbanas (15,6%) e rurais (21,7%). Em relação ao comparativo entre as Grandes Regiões as diferenças entre os resultados das áreas urbana e rural foram todas relevantes. Na região Sudeste o percentual encontrado na área urbana foi de 14,4% e na área rural 22,3%. Em relação à faixa etária entre 18 ou 19 anos e entre 20 a 24 anos os seguintes dados:

Nas faixas etárias entre 18 ou 19 anos e de 20 a 24 anos, a escolarização já estava acentuadamente menor. Nessas duas faixas etárias, a escolarização das mulheres superou a dos homens e de forma mais perceptível na de 20 a 24 anos. Na parcela feminina, o percentual de mulheres que não frequentam escola foi de 54,6%, no grupo etário de 18 ou 19 anos, e de 73,2%, no de 20 a 24 anos, enquanto na masculina esses indicadores foram 55,4% e 76,5%, respectivamente. Assim como foi observado para os grupos etários dos menores de idade, a diferença entre a escolarização nas áreas urbana e rural foi elevada. Na área urbana, o percentual de pessoas que não frequentavam escola foi 54,2%, no grupo etário de 18 ou 19 anos, e de 73,6%, no de 20 a 24 anos, enquanto que na área rural, esses indicadores foram 59,0% e 82,3%, respectivamente. (IBGE, 2010, p. 55).

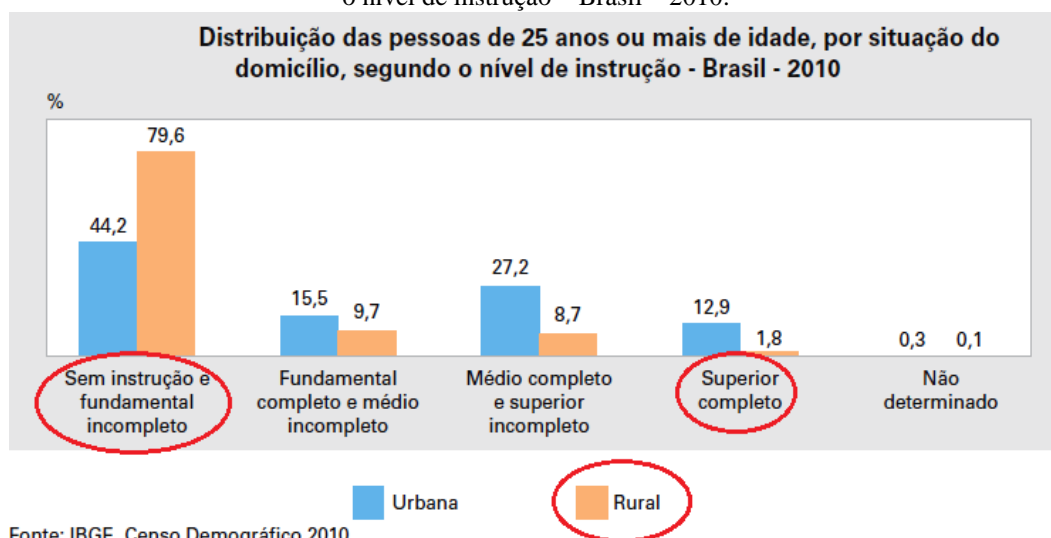
Após análises dos dados apresentados, ainda que ao longo do tempo venha apresentando gradualmente redução, a histórica disparidade entre a escolarização nas áreas urbana e rural refletiu-se na acentuada diferença encontrada entre os níveis de educação das suas populações.

Ainda de acordo com o Censo 2010 do IBGE, outro nível importante como um dos fatores que facilitam o acesso a escola, independentemente da idade é o rendimento domiciliar. Os resultados mostram crescimento das taxas de escolarização com o aumento do nível do rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* no grupo etário entre 15 a 17 anos, o percentual de adolescentes que não frequentavam escola foi de 21,1% na classe sem rendimento e apenas 6,4% para a classe com mais de 3 salários mínimos. Esses dados nos chamam atenção para um ciclo vicioso que o jovem pode estar inserido, já que por não ter renda tem que ajudar seus pais para complementar a renda, dessa forma, não estuda, porém, fatalmente esse jovem não conseguirá boas oportunidades de trabalho por não ter estudo, e assim o ciclo se repete entre as gerações.

Quando analisado a distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo o nível de instrução; de acordo com dados apresentados pelo Censo (2010), nos chama atenção para a porcentagem de pessoas de 25 anos ou mais no meio rural

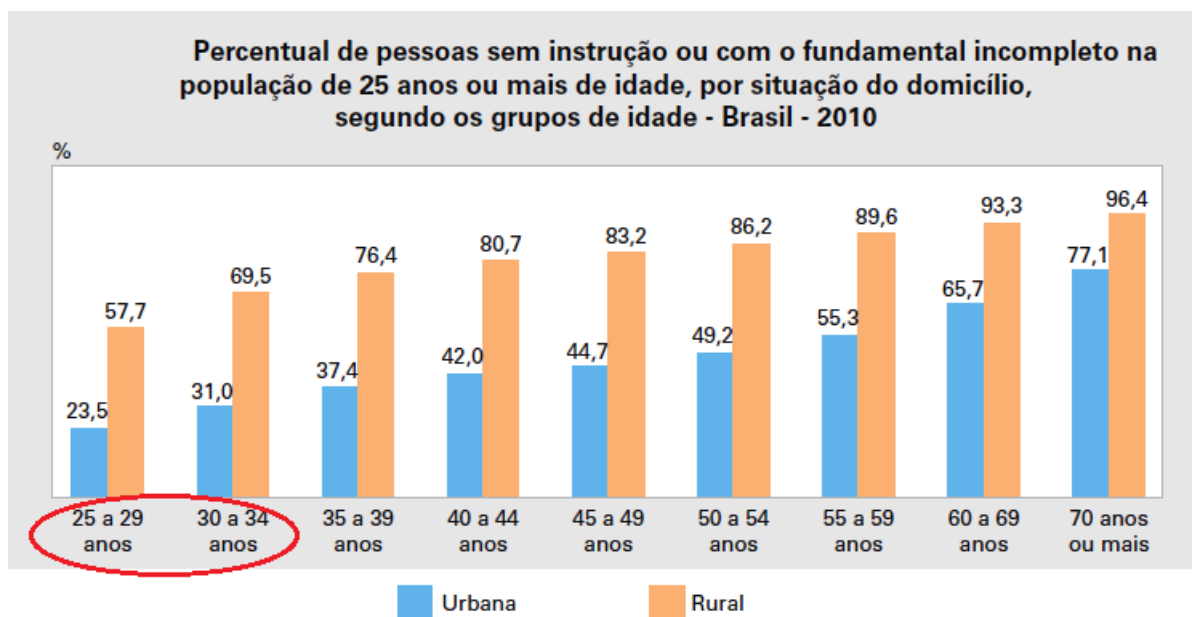
sem instrução e fundamental incompleto (79,6%); isso demonstra que o nível de instrução das pessoas residentes em área rural é consideravelmente mais baixo que o daquelas em área urbana, como consequência histórica na escolarização das populações dessas duas áreas. Outro dado que também nos chama atenção tamanha desigualdade apresentada, é em relação ao ensino superior completo, que para a zona urbana apresentou um índice de 12,9% enquanto que na zona rural esse índice não chegou a 2,0%.

Gráfico 10 – Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo o nível de instrução – Brasil – 2010.



Em uma análise mais detalhada do gráfico 10 acima, nos é apresentado um novo gráfico abaixo 11 – Percentual de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto na população de 25 anos ou mais de idade, por situação de domicílio, segundo os grupos de idade – também de acordo com o Censo (2010). Nesse caso observamos que de uma forma geral, que para todas as faixas etárias há uma significativa defasagem entre os níveis de instrução através do comparativo entre a zona urbana e a zona rural.

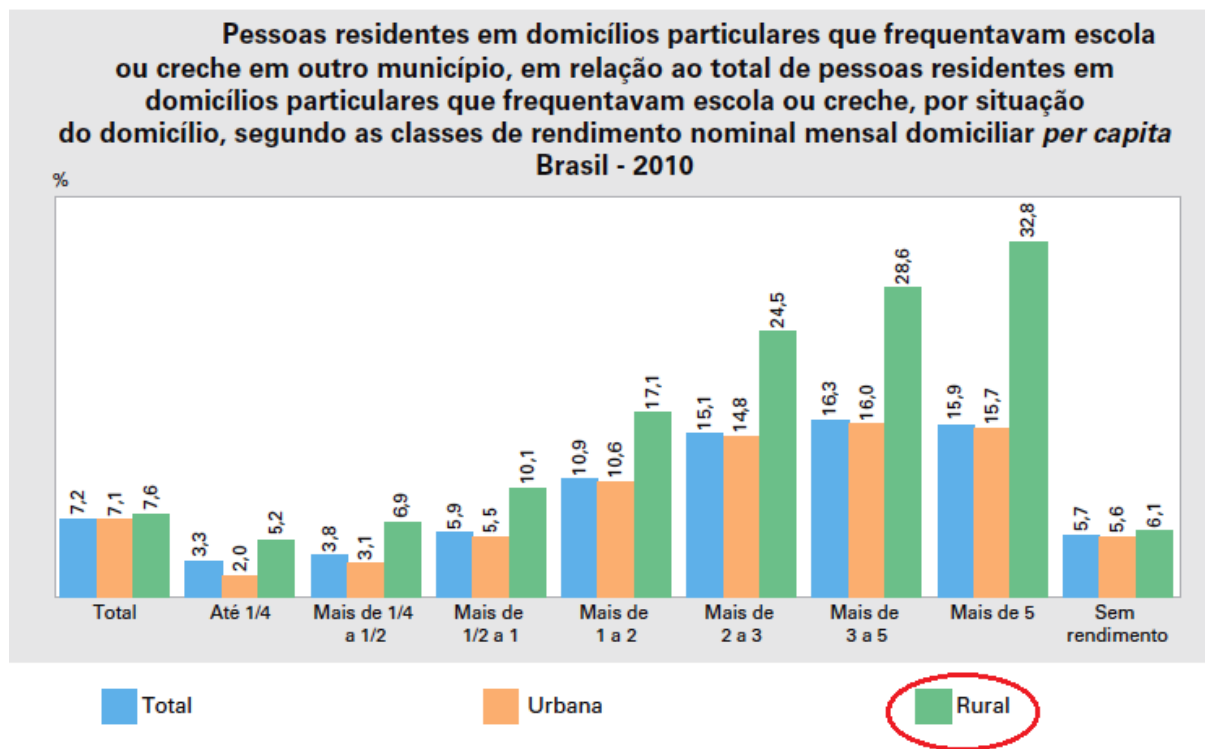
Gráfico 11 – Percentual de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto na população de 25 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo os grupos de idade – Brasil – 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No Brasil, 7,1% da população urbana e 7,6% da população rural se deslocavam para estudar em outro município. Na classe de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de até ¼ de salário mínimo, apenas 2% da população urbana e 5,25% da população rural praticavam esse deslocamento, segundo dados apresentados pelo Censo (2010). Para rendimento acima de 5 salários mínimos os percentuais se elevaram para 15,7%, na situação urbana e 32,8% na situação rural, conforme o gráfico intitulado: Pessoas residentes em domicílios particulares que frequentavam escola ou creche em outro município, em relação ao total de pessoas residentes em domicílios particulares que frequentavam escola ou creche, por situação do domicílio, segundo classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*, no gráfico abaixo:

Gráfico 12 – Pessoas residentes em domicílios particulares que frequentavam escola ou creche em outro município, em relação ao total de pessoas residentes em domicílios particulares que frequentavam escola ou creche, por situação do domicílio, segundo as classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* Brasil – 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A questão do deslocamento fica evidente na fala de Rafael, 23 anos:

Fiz o técnico no SENAC Consolação, de fevereiro de 2012 até fevereiro de 2013. Hoje lá não dá mais cursos, virou sede administrativa. E o curso de pedagogia na Estácio Interlagos. A Biblioteca fica na Colônia. Eu ia trabalhar e depois no curso demorava umas três horas pra ir e voltar e na faculdade de uma hora e meia a duas horas. (RAFAEL, 23 anos).

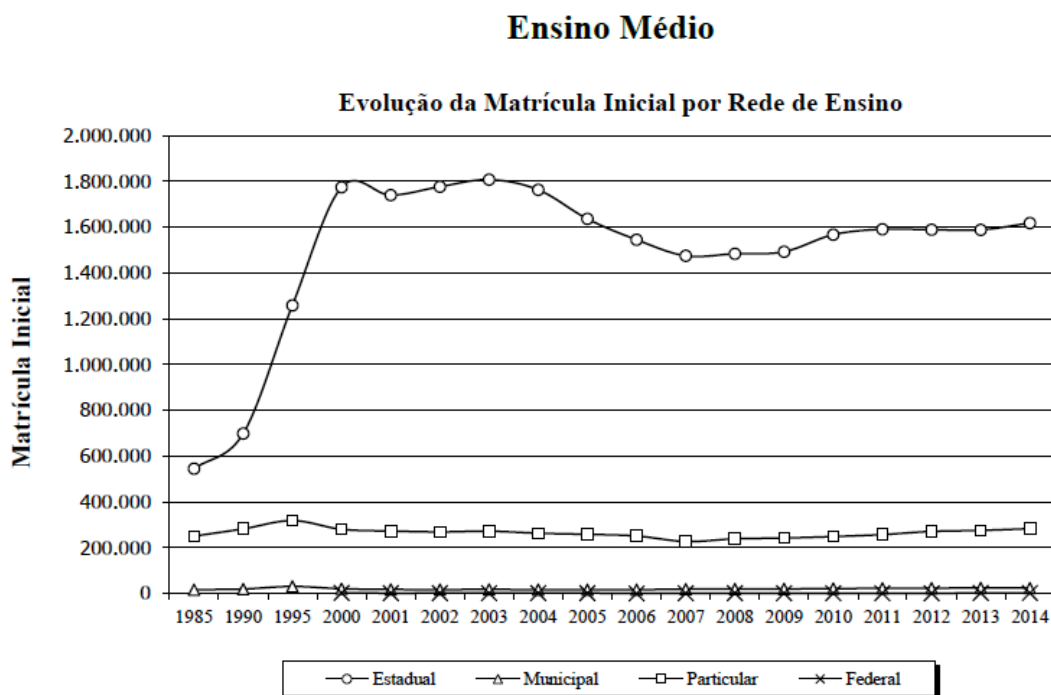
Ainda de acordo com dados do Censo (2010), os padrões regionais de deslocamentos para estudo apresentavam variações resultantes das diferenças na rede urbana, acessibilidade, tamanho do município, políticas educacionais e rendimento:

Os Estados da Região Sul e Sudeste, juntamente com Goiás, Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte apresentavam os percentuais mais elevados de deslocamento de pessoas que frequentavam escola ou creche em outros municípios. Isso se explica pela elevada fragmentação municipal, rede urbana estruturada, forte processo de conurbação/metropolização e elevados rendimentos no Sul e Sudeste do País. (BRASIL, 2010, p. 84).

Para o Estado de São Paulo são apresentados alguns dados de acordo com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, tirada da Série Histórica – Matrícula da Educação

Básica no Estado de São Paulo, compreendendo os anos de 1985, 1990 e, sequencialmente, de 1995 a 2014, em que nos é apresentado à evolução dos dados educacionais ao longo desses anos, discriminado por nível e rede de ensino, conforme o gráfico 13 abaixo:

Gráfico 13 – Evolução da Matrícula Inicial por Rede de Ensino – Ensino Médio



Fonte: São Paulo (Cidade), 2015.

Através do gráfico acima, podemos observar maior evolução da matrícula inicial na rede de ensino Estadual, principalmente nos períodos de 1995 a 2000, sendo que para as redes de ensino municipal e federal não há nenhuma evolução expressiva. Sabemos que a educação é uma ferramenta de extrema importância para que a inclusão e a visibilidade desse jovem perante a sociedade. Porém, não nos iludamos de que ela sozinha já basta para tal, até porque sabemos que o acesso à escola não garante, por si só, uma educação de boa qualidade.

Com relação às políticas públicas é necessário notar que no Brasil, diferentemente de outros países, nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens, como alvo diferenciado do das crianças, para além da educação formal. Porém, quando são criados alguns poucos canais para que o jovem possa participar, ele se empenha para tal, como no relato abaixo:

Não conheço nenhuma política pública relacionada à agricultura voltada para a

juventude, ouvi rumores que faziam uma escola acho que é PRONATEC na área, mas não sei se vingou. Porém, conheço o VAI – Programa de Valorização de Incentivo Cultural. Já participei de dois editais. É da Secretaria da Cultura de São Paulo. Ele incentiva projetos sociais feitos por jovens. Bom, a dificuldade é que mesmo sendo um edital pra jovens, escrever um projeto é sempre difícil, depois que é aprovado, trabalhar com recursos públicos é uma responsabilidade maior ainda, mas que é por uma ação de desenvolvimento da região ou do bairro onde moramos. (RAFAEL, 23 anos).

Através desse edital foi inaugurado uma Biblioteca Comunitária no Bairro Colônia – Caminhos da Leitura - um dos bairros que contempla a região dos jovens pesquisados. É a única biblioteca pública presente na região. O jovem entrevistado através do edital do projeto recebe uma bolsa para trabalhar na biblioteca comunitária.

De acordo com o MDA (2004), com a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, foram constituídos diversos espaços de discussão de ações políticas direcionadas para a juventude rural, como o Comitê Permanente de Juventude Rural (CPJR) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural sustentável (Condraf), e a partir de 2011, o Grupo de Trabalho em Juventude Rural (GTJR), da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Além desses espaços há outras ações como: o Pronaf Jovem, o selo Nossa Primeira Terra (PNCF) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Para participar do Pronatec - campo alguns requisitos devem ser atendidos tais como, idade mínima de 15 anos ou mais; possuir cadastro de pessoa física (CPF); ter comprovante de escolaridade requerida (ensino fundamental); comprovante de endereço. Focado na agricultura familiar o Pronatec - Campo será estruturado em dois cursos, o primeiro denominado agricultor orgânico, desenvolve a produção de orgânicos com base na legislação vigente; e o segundo curso intitulado horticultor orgânico, cuja proposta de conteúdo visa a temática da produção em si, como por exemplo, produção de mudas; tratamentos culturais; colheita e comercialização; planejamento e logística; controle de pragas, entre outras temáticas sobre o tema (PMSP, 2015). Ao final do curso será dado ao participante um certificado com carga horária e temática escolhida.

De acordo com a PMSP (2015), para cada um dos cursos foram ofertadas 40 vagas. Na região pesquisada a maioria das vagas foram preenchidas por filhos (as) de agricultores, porém, até o momento as aulas não começaram; ninguém sabe fornecer informações sobre o que está acontecendo; que faz valer o questionamento do Rafael, 23 anos, no trecho transcrito em parágrafos acima sobre *“ouvi rumores que faziam uma escola que é Pronatec na área, mas não sei se vingou”*, essa dúvida não é só Rafael, mas de todos os matriculados no curso.

As políticas públicas se tornam eficazes quando saem do papel e se materializam em

ações práticas. Dos jovens entrevistados, apenas 3 jovens conheciam as políticas públicas (não necessariamente voltadas para agricultura) e os demais não, evidenciando que na prática a política pública criada ao jovem está bem distante do seu cliente. Sabemos da importância da criação de conselhos, secretaria próprias para discutir a temática da juventude, porém, devemos questionar o que de fato efetivamente esses órgãos podem fazer para enfrentar os desafios existentes para essa juventude marginalizada.

Concordamos com Weisheimer (2005, p. 8), ao afirmar que além da exclusão social há ainda a questão da “situação de invisibilidade a que está sujeito esse segmento da população”, por não serem (re)conhecidos como “sujeitos de direitos sociais” e por estarem fora das pautas governamentais, o que inviabiliza o “rompimento da própria condição de exclusão”.

Precisamos buscar conhecer e (re)conhecer as juventudes presentes e vivenciadas em nossa realidade (seja juventude do campo, da cidade, dos assentamentos, das áreas quilombolas, das áreas indígenas entre outras), além disso, é necessário também atender suas demandas com o objetivo de legitimá-los enquanto sujeitos sociais que se encontram à margem das ações institucionalizadas pelo Estado, conforme afirma Cohn (2004).

Com o objetivo de buscar conhecer e reconhecer a juventude e fortalecê-la através de políticas públicas foi criado pela ONU em 1995 o Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), de maneira a desenvolver políticas focadas nas necessidades desses jovens com o objetivo de melhorar as condições dos jovens, principalmente em países pobres (BRASIL, 2013).

Nesse sentido, tendo em vista algumas ações de fortalecimento à juventude, a figura 13, tirada do artigo desenvolvido pela UNICEF – “*Participação Cidadã dos adolescentes e jovens*”, faz um levantamento cronológico dos avanços legais no Brasil e no Mundo. Dessa forma, notamos que há certo avanço, uma vez que a juventude ao longo do tempo tornou-se pauta das reivindicações. Como podemos observar esse reconhecimento ainda é novo, haja vista pela criação do Estatuto da Criança e do adolescente, criado em 1990, e somente em 2013 foi criado o Estatuto da Juventude.

Como mencionado anteriormente, reconhecemos os avanços, afinal de contas eles ocorreram, sejam através da criação das SNJ, do Conjuve, do Estatuto, mas o fato é que em se tratando de políticas públicas há um descompasso entre as políticas criadas e acessibilidade pelos jovens, ou seja, pra quem de fato essa política está sendo criada? É uma política criada somente para satisfazer uma promessa de campanha, um investidor estrangeiro ou em caráter compensatório?

Há vários desafios colocados nesse debate, aproximar a academia, os movimentos sociais e o Estado para a real necessidade desses jovens; não delimitar o estudo apenas ao recorte da juventude rural, mas sim levando em conta as juventudes existentes, pois, há problemas semelhantes nesses dois recortes como educação, trabalho, cultura, lazer, mesmo a questão política, despertar na juventude o interesse em discutir política.



Outro ponto a ser debatido é a questão da educação que reflete diretamente na renda. Tal fato pode ser comprovado através dos dados apresentados pelo Censo 2010, em que é possível observar que o aumento no nível de instrução dos jovens refletiu-se também no rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*. Nesse levantamento, para os jovens de 25 anos ou mais de idade sem instrução ou com o fundamental incompleto, a parcela com rendimento domiciliar *per capita* de mais de 5 salários mínimos foi de 1,1%; porém, observa-se que com o aumento do nível de instrução, esse indicador foi crescendo e alcançou 33,9% para os jovens com pelo menos nível superior de graduação completo. Outro dado observado é que 71,6% das pessoas de 25 anos ou mais de idade sem instrução ou com o fundamental incompleto estavam na classe sem rendimento até 1 salário mínimo de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*, enquanto 10,7% (conforme destaque em amarelo na tabela) tinham pelo menos o superior de graduação completo estavam nessa classe (BRASIL, 2010).

Em relação à renda, sabemos que o processo de trabalho familiar agrícola é caracterizado por estabelecer relações com base nas obrigações familiares e não com base nas relações salariais, não havendo, portanto, geração da mais-valia (BRASIL, 2013). Vale ressaltar que a maioria dos jovens entrevistados que ajudam os pais nas atividades agrícolas, não recebem salário para tal, segundo eles, não precisam porque são pagos pela casa em que moram, pela comida que os alimenta, entre outros. Tal fato fica evidente na fala de um dos jovens:

[...] trabalho no sítio com a família. Não tenho um salário fixo. Quando o caixa está bom, recebo uma parte da renda da venda dos produtos, senão fico sem receber. (EDSON, 34 anos).

Quando se trata de mortalidade, os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens na faixa etária ente 15 e 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)/Datasus, do Ministério da Saúde, mostram que mais da metade dos 56.337 mortos por homicídios em 2012 no Brasil eram jovens (27.471, equivalente a 52,63%), dos quais 77% negros (pretos e pardos) e 93,30% do sexo masculino (BRASIL, 2015).

Encontra-se no Anexo 4 o mapa intitulado: Taxas de mortalidade por causas externas (por 100mil) na população de 15 a 29 anos por sexo (por 100mil), nos distritos do município de São Paulo, elaborado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), através do Instituto de Economia (IE) em conjunto com o Centro de Estudos Sindicais e de Economia do

Trabalho (CESIT) e com o Núcleo de Estudos de População (NEPO) (2014) que elaboram um relatório sobre a juventude da cidade de São Paulo. Através desse estudo podemos observar uma significativa diferença entre as taxas de mortalidade entre os distritos do município. A juventude que está sendo ameaçada apresenta um alto grau de vulnerabilidade.

Para Soares (2004) o problema alcançou um ponto tão grave a ponto de termos um déficit de jovens do sexo masculino na estrutura demográfica brasileira em que tal cenário só se verifica nas sociedades que estão em guerra. No nosso caso, uma guerra silenciosa, não declarada, até porque quem está morrendo em grande maioria são jovens negros às margens das políticas públicas e da sociedade de um modo geral. Esses índices altíssimos revelam o descaso do Estado provedor “ainda que tratemos do provedor na periferia capitalista em que a previdência não era universal, menos ainda a saúde e educação ou habitação” (SOARES, 2004, p.130). Ressaltamos que boa parte dos jovens pesquisados moram nos distritos de Parelheiros e Marsilac, distritos esses que apresentam um dos piores índices de vulnerabilidade social, entre 4 e 6 em uma escala de 1 a 6 (IBGE, 2000 apud SÃO PAULO, 2013).

Segundo dados apresentados pelo Plano Juventude Viva - política especialmente formulada para coibir a violência contra jovens negros e com intuito de ampliar a cidadania - a violência contra a juventude negra tornou-se um problema de Estado no Brasil. Um dos grandes desafios do governo brasileiro é a criação de políticas de enfrentamento à violência principalmente nas periferias do país, onde residem jovens em situação maior de vulnerabilidade social:

Em resposta ao problema da violência contra a juventude, em setembro de 2012, o Governo Federal lançou o Plano Juventude Viva, uma iniciativa que busca ampliar direitos e prevenir a violência que atinge a juventude brasileira. O Plano constitui-se como oportunidade inédita de diálogo e articulação entre ministérios, municípios, estados e sociedade civil no enfrentamento da violência, em especial aquela exercida sobre os jovens negros, e na promoção da inclusão social de jovens em territórios atingidos pelos mais altos índices de vulnerabilidade. (BRASIL, 2015, p. 9).

Com o objetivo de mudar o quadro de violência a qual a juventude como um todo, mas especialmente das regiões periféricas é exposta diariamente, a cultura surge como um instrumento que garante visibilidade e fortalecimento desse jovem, através da manifestação da arte, seja em forma dos grafites espalhados pela cidade, da música através do rap entre outros. Através da organização nesses grupos é que os jovens se fortalecem e despertam-se pelas lutas sociais, atreladas ao reconhecimento da categoria. Nesse caso, outro ponto de interesse é

a questão ambiental.

Nossa tremenda sorte é o fato de que, no Brasil, a cultura jovem popular já plantou e colheu no solo que, espontaneamente, sua história mesma sedimentou. Já há um modelo jovem alternativo, em pleno funcionamento nos bairros pobres, nas vilas, favelas e periferias. Não fosse assim o tráfico e o crime teriam recrutado muito mais do que a minoria que logrou envolver em suas falanges guerreiras. (SOARES, 2004, p. 153).

O solo tratado no trecho acima no sentido figurado, na verdade trata-se da base cultural que alicerça a juventude. Trata-se, portanto de um solo fértil já que dele foram obtidos colheitas do que foi plantado, mesmo com todo processo de sedimentação, separação ao qual esse solo foi exposto, assim como a juventude que nele habita. E essa comparação vale também para o jovem pesquisado, que apesar de estar segregado, possui capacidade de avaliar os impactos de suas decisões e ações, como na fala do jovem entrevistado Carlos, 16 anos, ao opinar sobre a instalação de um aeroporto para aviões de pequeno porte em sua região “vai desmatar muita coisa” e ainda acrescentou que a alternativa é a criação de “parques na região e não de aeroporto”. Indo um pouco mais além, quando questionado se votaria em um candidato a favor do empreendimento, o jovem disse que “não votaria”, ou seja, o jovem faz uma relação entre a preservação ambiental e política.

A cultura tem que ser vista com a perspectiva de resistência da juventude. Carneiro (1998) ressalta que os jovens são atores do processo de reconstrução cultural. A cultura nada mais é que uma ferramenta de domínio do jovem de maneira a emancipá-lo, capaz de integrar esse jovem à sociedade, ao mundo em que ele vive, conseqüentemente resulta na produção de novas perspectivas.

Rodrigues do MST aponta que o acesso à cultura para os jovens é um assunto de interesse no campo e na cidade, mas principalmente no campo, onde quase não há ações culturais, onde o Estado está ausente, não incentiva e tem enorme dificuldade de chegar a algumas regiões do país.

Nessa perspectiva, surge na região pesquisada vários grupos com a finalidade de suprir a ausência do Estado e que se uniram para saírem da invisibilidade e se manterem forte diante da vulnerabilidade que enfrentam diariamente, seja para ter acesso à educação de qualidade, a hospitais públicos e até mesmo ao lazer e cultura.

A cultura é tida, portanto, como uma ferramenta de resistência principalmente para a(s) juventude(s) da periferia, seja ela rural ou não. Como por exemplo, a EcoAtiva, projeto localizado dentro da APA – Bororé-Colônia na Ilha do Bororé, área que abrange a pesquisa

realizada com os jovens. Se trata de um local pouco conhecido pela população paulistana e possui grande área de Mata Atlântica preservada e, entre os pontos turísticos a igreja de São Sebastião, construída em 1904, tombada como patrimônio histórico da cidade de São Paulo.

A iniciativa EcoAtiva foi criada por moradores do extremo sul de São Paulo, sendo um dos responsáveis, o entrevistado Jaison, 22 anos de idade, que apesar de não possuir na família nenhum agricultor (seu pai é aposentado e sua mãe professora da rede pública de ensino), decidiu por conta própria, no quintal de casa começar um horta doméstica, e também conduzir um pomar de frutíferas. Foi em busca da Cooperapas para associar-se, é morador da Ilha do Bororé (Grajaú) e abre sua casa para receber crianças e moradores da região para trocar informações sobre meio ambiente.

Voltando à iniciativa EcoAtiva surgiu com a finalidade de promover agroecologia, atividades culturais e desenvolver a comunidade através da preservação da biodiversidade local. O projeto realiza oficinas, saraus, mutirões de plantio entre outras atividades para crianças, jovens e adultos interessados em ampliar o desenvolvimento da região:

A EcoAtiva é um centro eco-cultural localizado na Ilha do Bororé, às margens da Represa Billings, extremo sul da capital paulista. Este espaço público da cidade ficou 8 anos inativo, sem garantir a sua função social devido a questões políticas. A partir de um processo de mobilização comunitária que conectou os grupos culturais atuantes da região do Grajaú, o espaço EcoAtiva se tornou um organismo vivo com programação periódica, promovendo o acesso a cultura, ao lazer e a discussão em torno de práticas sustentáveis. (ECOATIVA, 2015).

Criado por jornalistas do Extremo Sul de São Paulo, o Periferia em Movimento é um coletivo de comunicação “sobre, para e a partir das periferias” que segundo o histórico apresentado por eles:

Incomodados com a narrativa limitada, geralmente negativa e superficial, apresentada pela mídia convencional sobre nossa realidade, nós organizamos e amadurecemos enquanto coletivo para contar nossa própria história e lutar por uma mídia mais democrática e plural. (PERIFERIA EM MOVIMENTO, 2015).

Na cidade de São Paulo, 8,4 milhões de pessoas estão nas periferias segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). Cerca de 800 mil desses moradores vivem no Extremo Sul do município, região em que concentra o trabalho do grupo e onde estão localizados os distritos em que a pesquisa com os jovens foi realizada, como Parelheiros, Marsilac e Grajaú, o grupo afirma que:

Para além da geografia, “periferia” somos todos que não nos enquadrámos no modelo de sociedade pregado como ideal. Vivemos uma ascensão pelo consumo nos últimos anos, mas ainda lutamos pela garantia de direitos fundamentais. Diante do histórico abandono ao qual fomos submetidos, ganham forma os movimentos de luta por moradia, saúde, educação, transporte, cultura e contra o genocídio periférico. (PERIFERIA EM MOVIMENTO, 2015).

A finalidade do grupo é além de acompanhar, refletir apoiar e difundir as ações sociais, culturais, políticas e econômicas de iniciativa popular que visam à garantia dos direitos fundamentais nas “bordas das cidades”, especialmente no Extremo Sul de São Paulo, como meio alternativo à mídia convencional e com uma perspectiva de “dentro pra dentro” como apresentado pelo grupo:

Produzimos e publicamos entrevistas e reportagens com moradores, militantes de movimentos sociais e fazedores da cultura; cobrimos atividades socioculturais; participamos de fóruns locais e debates sobre direitos humanos; compartilhamos conteúdo de midiativistas independentes. Cientes de que a falta de recursos é fator limitador na disputa de imaginários, entendemos que é preciso atuar na base para construção de narrativas locais, diversas e verdadeiramente democráticas. Portanto, realizamos cursos e oficinas sobre direito à comunicação, representação na mídia e jornalismo na prática para estimular o senso crítico principalmente entre jovens e adolescentes. (PERIFERIA EM MOVIMENTO, 2015).

Outro grupo com representatividade na região é o Projeto Imargem, que se trata de uma intervenção multidisciplinar, reúne arte, meio ambiente e convivência, pretende enfrentar o isolamento das comunidades que vivem às margens da Represa Billings, região do Grajaú, São Paulo. O Projeto teve início em janeiro de 2007, com financiamento por três meses do Programa Ação Cultural (PAC) da Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo.

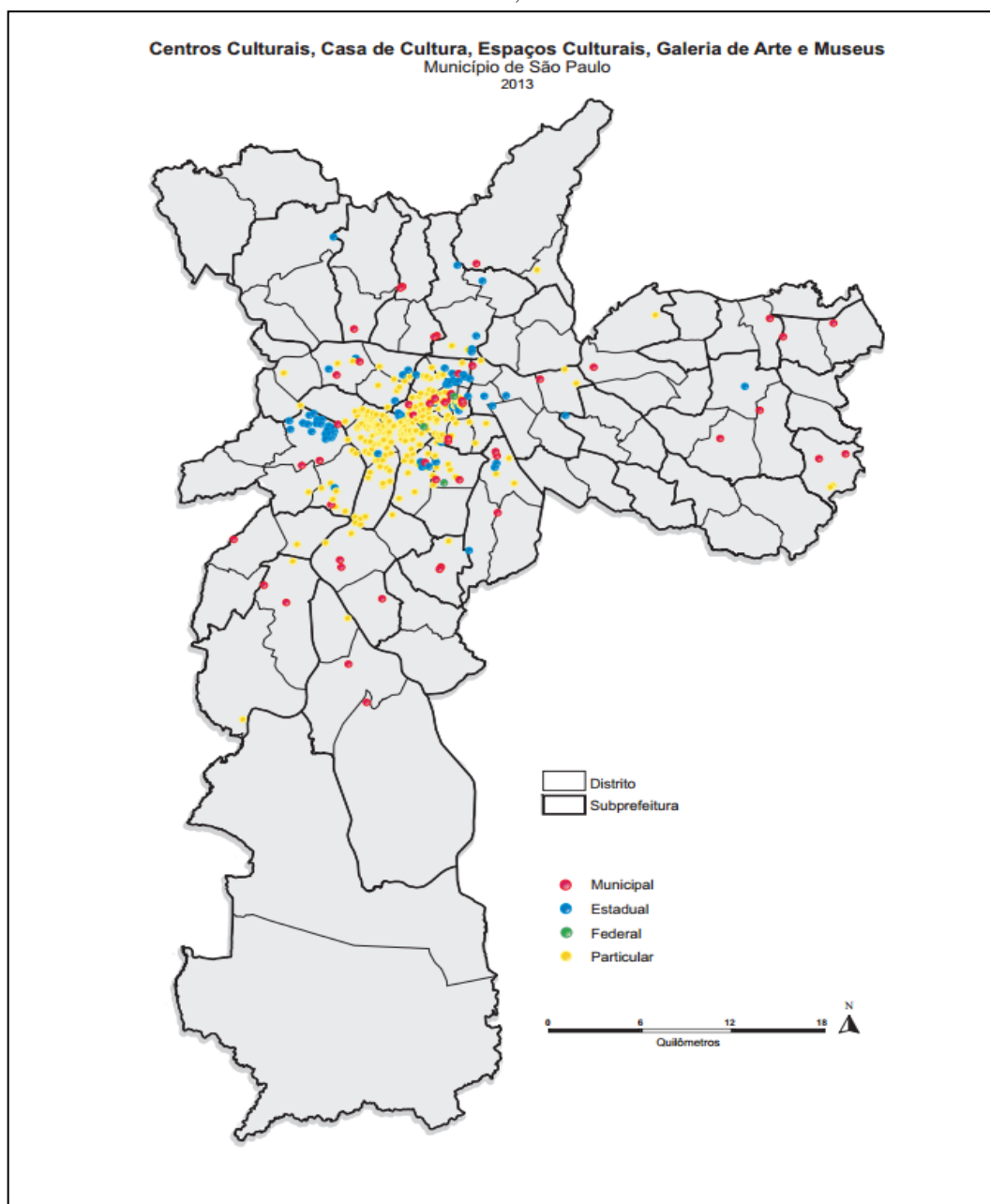
Entende-se, no Imargem, a arte como instrumento potente de expressão e interlocução; a convivência como mecanismo de explicitação de interesses, de construção de consensos e de enfrentamento dos preconceitos e o meio ambiente como o resultado da relação conflituosa entre a ocupação humana desordenada e as paisagens das cidades. As ações implementadas pelo Imargem visam ampliar os olhares e aguçar as sensibilidades de todos (educadores e participantes) para o espaço urbano. Espaço entendido como a paisagem povoada. Essas ações são organizadas tendo em conta a paisagem local – isolamento dos bairros, desassistência por parte do poder público e área de preservação ambiental. O cenário, a interlocução com os moradores dos bairros e a consciência do coletivo que compõe o Projeto Imargem na potência da arte, foram delineando a metodologia de intervenção. (IMARGEM, 2015).

É importante ressaltar que os grupos, movimentos criados acima, surgiram através do anseio da juventude em se mostrar visível, - e que apesar da vulnerabilidade social em que eles se encontram, buscam fortalecer através das relações comunitárias ações para mudar essa realidade, ações para proporcionar à população em especial jovem, o acesso a cultura,

informação, o entendimento da importância ambiental da região, sem esperar de órgãos públicos, haja vista o exemplo da EcoAtiva, que ao se depararem com um equipamento público sem uso por mais de 8 anos se empoderaram dele para fazer as mudanças sociais que o mesmo não foi capaz de implantar.

No Mapa (3) apresentado abaixo se encontra a localização dos centros culturais, Casa de Cultura, Espaços Culturais, Galeria de Arte e Museus no município de São Paulo:

Mapa 3 - Centros culturais, Casa de Cultura, Espaços Culturais, Galeria de Arte e Museus no município de São Paulo, 2013.



Fonte: Fundação Seade.
Elaborado por Cesit e Nepo/Unicamp (2014).

Fica evidente a falta de equipamentos culturais nas periferias do município, em destaque para a zona sul. A maioria dos jovens entrevistados (9 em 13) disseram fazer parte do grupo de jovens da igreja, como por exemplo, no caso da jovem Adelaide, 18 anos, que disse participar do grupo como ouvinte e também como palestrante. Sobre a participação em grupos relata o seguinte:

Bom, participo do grupo de jovens da igreja católica [...], não basta ter apenas o lado material como regente de nossas vidas, mas sim algo maior, o lado espiritual ser o foco de nossas ações, porque nossas ações são influências de nossos comportamentos[...]. (ADELAIDE, 18 anos).

Foram citados só alguns, porém, há vários outros exemplos de forma de emancipação da juventude, que encontra na cultura a ferramenta necessária para fortalecê-los. Ou seja, a cultura se aproxima da comunidade. Abaixo são apresentadas algumas festas mais tradicionais na região, que contam com a participação da comunidade local e forte presença dos agricultores.

A Festa das APA's, festa de aniversário das Áreas de Proteção Ambiental – Capivari-Monos e Bororé-Colônia; importante festa para a região por mostrar a importância da preservação ambiental para a região, além da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA), responsável pela organização da festa, há também, o envolvimento da comunidade em especial dos agricultores que geralmente expõem seus produtos durante a festa, para mostrar a viabilidade de produzir alimentos com o mínimo impacto ambiental. A festa ocorre anualmente, esse ano deverá ocorrer no mês de novembro. Além da juventude que também tem a oportunidade de mostrar sua arte no palco montado durante o evento e de apresentar os trabalhos feitos na região, como no caso do entrevistado Jaison, 22 anos, que geralmente usa esse espaço para divulgar as ações do grupo EcoAtiva.

Colônia Fest é uma festa em comemoração aos 185 anos da fundação do bairro Colônia localizada no distrito de Parelheiros, organizada pelo grupo de colonos alemães. A festa é organizada pela comunidade local e busca resgatar a cultura, costumes típicos da Alemanha e integrá-las a outras manifestações culturais da região por meio de apresentações de música e dança folclórica, culinária típica entre outros. Vale destacar que a presença alemã é forte na região, fato esse que poder ser observado em visita a campo através dos nomes das ruas como Guilguer Heimberg, que se trata de uma avenida importante para região, bem como a presença dos agricultores, em número expressivo de produtores de plantas ornamentais que participam da organização da festa e trazem suas reivindicações nesse dia.

Há outras festividades também, como as que ocorrem no calendário indígena (com comemorações mais focadas no mês de abril, por conta do dia do índio em 19 do mesmo mês) e também a Rota do Cambuci. Essa última trata-se de uma estratégia de conservação da Mata Atlântica unida à produção familiar em bases agroecológicas, promove o cultivo e a comercialização do fruto de forma sustentável e, com isso, é também uma importante alternativa de desenvolvimento para os municípios envolvidos, como no caso da região pesquisada.

Sem muitos recursos financeiros, porém, através de projetos como alguns mencionados acima, surge na comunidade local, especialmente entre os jovens, um pertencimento verdadeiro do espaço em que eles ocupam de maneira com que os próprios moradores se tornam agentes multiplicadores dessas ações de forma mais eficiente que qualquer política pública implantada. O jovem compreende que ele pode sim, ser um agente transformador da realidade em que vive. Haja vista o exemplo do jovem entrevistado Wendel, que entendendo a importância de dar visibilidade aos jovens, pediu para que seu grupo de alunos também participasse da pesquisa, mesmo que de forma indireta.

A criação de políticas públicas baseadas nas peculiaridades dos diferentes grupos de jovens, que garanta educação básica que proporcione ao jovem a base de conhecimentos de maneira que possam compreender como menciona Frigotto (2004), o mundo humano, social, político, cultural, estético e artístico, tudo isso contribuirá para que haja a formação de um jovem como o próprio autor menciona “técnico-dirigente”, sujeito autônomo e protagonista de cidadania ativa e não reduzido a um “cidadão-produtivo” explorado, obediente, despolitizado e que faça “benfeito” o que o mercado determina como se fosse um fantoche sob o comando do capital.

Para tanto, é necessário assegurar o fortalecimento e/ou criação de um amplo programa de escolarização para o meio rural, levando em consideração a realidade de cada região com a finalidade de elevar o nível de consciência social dos jovens rurais. É necessário também universalizar o acesso desse jovem a todos os níveis de escolarização, incluindo o ensino superior, de maneira que as universidades estejam preparadas para atender essa demanda de maneira a garantir a permanência desse jovem até a conclusão do curso, seja através de moradias no meio rural; campus universitário próximo às áreas rurais e até mesmo curso realizados na forma de alternância, combinando teoria e prática para evitar que o ensino superior seja um estímulo ao êxodo rural. Como afirma Stédile (2011), deve-se estimular que o jovem tenha possibilidade de repassar e ser um agente multiplicador em sua comunidade

rural do aprendizado adquirido na universidade. Conforme a fala abaixo:

Sim, comecei uma faculdade também no curso de pedagogia, mas parei, pois não me adaptei ao curso. Até era o que eu queria, mas não me vi dando aulas, achei o curso muito limitado, apesar de saber que essa área é ampla, mas o ensino na faculdade não. (RAFAEL, 23 anos).

De uma maneira geral, devemos ressaltar a necessidade de além de a educação ser uma ferramenta de extrema importância na temática sobre juventude, outro ponto imprescindível é o processo de formação juvenil na busca pelo conhecimento. Ou seja, há uma necessidade emergencial de uma reformulação do ensino seja ele técnico e/ou profissionalizante no país, bem como a criação de um novo formato na aprendizagem no local de trabalho adaptado à realidade em que esse jovem esta inserido.

Ao se colocar em relevo as várias proposições de desenvolvimento do mundo rural que disputam, atualmente, a hegemonia das representações, ideias, recursos e políticas direcionadas a este espaço da sociedade visualiza-se, sobretudo, a convivência de dois grandes projetos: o primeiro, que enfatiza a dinamização do agronegócio, e o segundo que se unifica em torno da perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar. De maneira geral, suas apresentações no âmbito federal organizam-se política e institucionalmente no Ministério da Agricultura e no Ministério do Desenvolvimento Agrário, respectivamente. Embora localizados no mesmo governo, esta convivência não é nada harmônica nem isentas de valores e interesses; são forças sociais em conflito que disputam e condicionam suas diferentes versões (STROPASOLAS, 2007, p. 292).

A juventude fica no meio desse fogo cruzado e sai prejudicada com criação de políticas públicas focadas nos projetos desses grupos, muitas vezes sem ter a juventude como foco. Devemos fazer com que a juventude presente em cada localidade torne-se visível a tal ponto que possam ser atendidas suas demandas e necessidades, ou seja, buscar a legitimidade enquanto sujeito de direitos, respeitando suas semelhanças como juventude como um todo e suas especificidades como juventude rural, juventude negra, juventude da periferia, entre outras juventudes coexistentes.

Isso por sua vez significa, na outra ponta da linha, não só questionar a capacidade do Estado para captar o novo, não mais como o “futuro já previsto da sociedade salarial”, mas a capacidade de técnicos, políticos e especialistas das mais diferentes áreas captarem o que são essas juventudes hoje, esses novos sujeitos sociais que não encontram mais no Estado e na ordem estabelecida a alteridade que permite construção de sua identidade social, seja em termos políticos, seja em termos sociais e culturais. (FORACCHI *apud* COHN, 2004, p. 178).

A discussão fica em aberto, mas podemos refletir: de que vale a criação de secretarias

e conselhos responsáveis por elaborar políticas públicas para a juventude como um todo, inclusive a juventude rural pesquisada, se não há o conhecimento da existência desses jovens? Até o presente momento nenhum desses órgãos foi à região saber das dificuldades e desafios que esses jovens se deparam; como esperar que esses jovens sejam realmente contemplados de fato com uma política pública desenvolvida para atendê-los? Sabemos do grande avanço realizado pelo governo ao criar secretarias e conselhos específicos para atender a demanda da juventude(s), mas enquanto não houver uma aproximação da política pública com a especificidade/realidade vivenciada por cada juventude, esses jovens continuarão invisíveis e marginalizados.

De acordo com Soares (2004) é necessário elaborar propostas de ação social e políticas preventivas- certamente as mais importantes - é preciso antes de mais nada, “exorcizar espectros e estigmas, preconceitos e simplificações”. O autor aponta ainda, que é preciso, com “urgência e coragem intelectual - e ousadia ética, debruçar-se sobre o drama da juventude brasileira e esforçar-se por compreendê-lo, abrindo a cabeça e o coração”. Indiferença gera invisibilidade. Resultado: jovens transitam invisíveis pelas grandes cidades, como afirma Soares (2004). Apenas saem da invisibilidade quando viram estatísticas, é isso que queremos para a nossa juventude? Que seja relatada apenas em um levantamento estatístico de taxa homicídio e/ou mortalidade?

Para concluir, devemos refletir sobre que futuro queremos para o nosso país, tendo a juventude como a resposta central para esse questionamento, afinal de contas caberá a juventude de hoje direcionar os rumos da sociedade futuramente, seja o jovem da periferia; morador da cidade ou do campo; branco ou negro; feminino ou masculino; rural ou não.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa sociedade vive um dilema atual desafiador, em que por um lado se tem um modelo de desenvolvimento marcado pela degradação ambiental, altamente excludente e socialmente injusto marcado por beneficiar os mais favorecidos e enfraquecer os menos favorecidos. Por outro lado, se tem outro modelo de desenvolvimento que visa à sustentabilidade nas áreas geralmente ignoradas pelo poder público. Modelo esse pautado em no tripé ambiental, social e econômico.

Tendo em vista os dois modelos de desenvolvimento, reconhecendo a importância do modelo sustentável, na tentativa de contribuirmos para uma sociedade mais justa em todos os aspectos, a pesquisa realizada demonstrou que a juventude rural presente na zona Sul do município de São Paulo tem interesse em permanecer na região, seja desenvolvendo a atividade agrícola ou através de atividades relacionadas, como, por exemplo, turismo rural, porém, fica claro o descontentamento desse jovem diante da realidade a qual este inserido marcado pela extrema vulnerabilidade social.

Em relação aos desafios e perspectivas (o que esperar do futuro), vários desafios foram postos durante a discussão. Alguns deles como a invisibilidade da juventude rural da cidade, o acesso às políticas públicas. Dentro dessa temática, nos chamou atenção à resposta dada por dois jovens, em relação à como eles pretendem estar vivendo daqui a 10 anos:

[...] quero ajeitar as coisas que faltam como arrumar a estufa, arrumar o barracão e comprar um trator para o pai. (CARLOS, 16 anos).

Outro relato sobre o mesmo tema:

Com minha horta bem maior, produzindo bastante, com o Brasil consumindo apenas alimentos orgânicos. Espero que todos os produtores tenham consciência e respeito na hora de jogar veneno em nossas comidas. Quanto à vida pessoal e outros projetos prefiro não planejar muito, já que a vida nem sempre ocorre como o esperado. (MARIANE, 26 anos).

A maioria desses jovens nada mais quer do que melhores condições para continuar desenvolvendo a agricultura:

A principal dificuldade é a visão de que é um trabalho forçado e a falta de investimento na região. Investimento que falo é a questão da falta de dinheiro e até formas de que o agricultor não se sinta desamparado, sem trabalho, quanto a lei de meio ambiente entra em conflito com seu trabalho. Pois, aqui tem esses dois lados, como trabalhar com a terra sem agredir o meio ambiente. (RAFAEL, 23 anos)

A situação atual da juventude seja ela do campo ou da cidade; negra ou branca; indígena ou quilombola entre outros é de precária inserção na sociedade como um todo, seja no mercado de trabalho, seja ao acesso à educação de qualidade, condições dignas de moradia, saneamento básico, falta de lazer, cultura, saúde, tudo isso expõe grande parte da juventude uma situação de extrema vulnerabilidade socioambiental, ignorando assim, o potencial desses jovens para o desenvolvimento do nosso país.

A pesquisa realizada tem como objetivo tirar da invisibilidade a juventude rural da periferia da zona Sul do município de São Paulo de modo a aumentar o apoio a esse jovem, trazê-lo ao devido reconhecimento e não somente quando são relacionados a estudos estatísticos geralmente negativos sobre mortalidade, violência entre outros.

É necessário que haja empenho da sociedade como um todo, de maneira a exigir as mudanças necessárias para transformação dos atuais sistemas de gestão e concepção das políticas, com o objetivo final de garantir condições de governabilidade compatíveis com um projeto global de sustentabilidade atrelado às políticas públicas voltadas para a juventude de uma maneira geral.

É inaceitável que o governo continue patrocinando um modo de produção totalmente degradante ao meio ambiente, aos trabalhadores envolvidos, e que põe em risco a segurança alimentar da população, através de juros subsidiados na ordem de 6,5% a.a enquanto os juros de mercado são superiores a 30% a.a, como afirmam Machado e Machado Filho (2014) em relação ao apoio que o agronegócio recebe em detrimento da precariedade e falta de acesso de qualquer política pública que seja voltada para o agricultor familiar.

Está na hora de darmos um basta e pararmos de aceitar calados que nossos políticos eleitos ao criarem leis, decretos, enfim políticas públicas de uma forma geral não se aproximem do público alvo, da realidade local, como fazer política pública para a juventude rural de São Paulo se nem ao menos se tinha o conhecimento da existência desses jovens? Dessa forma é válida a importância de estudos, pesquisas sobre o tema. Até o momento não foram encontrados estudos sobre a juventude rural no município de São Paulo, fato esse que torna a pesquisa realizada relevante para futuras contribuições para o tema.

Sabemos que a educação sozinha não deve ganhar prioridade no enfrentamento da temática juvenil. Devemos agregar mais fatores como saúde, lazer, trabalho para aí sim fortalecer a juventude como um todo. Além disso, ao reconhecermos a categoria juventude como sujeito de direitos devemos conhecer a fundo suas necessidades, realidades, dificuldades e facilidades, opiniões e demandas para que aí sim a juventude seja reconhecida

como tal de modo que as políticas públicas elaboradas sejam realmente focadas para fortalecer a juventude.

No caso da juventude pesquisada, juventude rural, ações focadas em assistência técnica e extensão rural pautada nos princípios agroecológicos de maneira a disponibilizar o acesso às políticas públicas já existentes, porém, torná-las acessíveis e conhecidas para o público de interesse. É extremamente fundamental fortalecer as políticas voltadas para juventude a partir do reconhecimento de que os jovens são sujeitos de direitos e deveres que possuem necessidades legítimas e específicas de acordo com a realidade vivenciada por cada um.

O grande desafio posto hoje é a necessidade de se discutir as juventudes existentes atualmente para lembrarmos as diferenças e desigualdades que atravessam essa condição de ser jovem em diferentes realidades, e não singularizar a discussão, ignorando assim suas especificidades.

Por fim, é necessário que o debate sobre juventude(s) seja feito em conjunto aos problemas encontrados pela sociedade em geral, afinal de contas como afirma João Paulo Rodrigues do MST, durante o Seminário Juventude Rural em Perspectiva realizado no Rio de Janeiro em maio de 2006, “Não resolveremos o problema da sociedade sem resolvermos o problema da juventude”.

REFERÊNCIAS

- AKERMAN, M; BOUSQUAT, A. **Mapas de risco de violência**. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 4, out./dez. 1999. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88391999000400012&script=sci_arttext>. Acesso em 25 out. 2013.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4e.d. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BELLENZANI, M. L. R. **A Apa Municipal do Capivari-Monos como estratégia de proteção aos mananciais da região Metropolitana de São Paulo**. Mestrado – PROCAM – USP. São Paulo, 2000.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil Agroecológico. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO**. Brasília, 2013.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Juventude Rural, Agricultura Familiar e Políticas de Acesso a Terra no Brasil**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). Brasília, 2013.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF:SAF; Dater, 2004.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Grupo de Trabalho Interministerial, Juventude e Meio Ambiente**. Brasília, 2013.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Revista juventude e Meio Ambiente**. In: BERTE, M. (org.). Brasília, 2015.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Grupo de Trabalho Interministerial, Juventude e Meio Ambiente**. Brasília, 2011.p.36.
- BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **Lei N°11.326, de 24 de Julho de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em 23 nov. 2015.
- BRASIL, Secretaria Nacional da Juventude. **Mapa do Encarceramento – Os jovens do Brasil**. Brasília, 2015. p.9.
- BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas do Eleitorado por Sexo e Faixa Etária**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>>. Acesso em 14 nov. 2015.
- BRAULIO, M. S.; et al. **Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CARDOSO-SILVA, et all. **Compartimentalização e qualidade da água: O caso da Represa Billings**. Disponível em: <periodicos.puccampinas.edu.br/ser/index.php/bioikos/article/download/2522/1864>. Acesso em 23 ago. 2014.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARVALHO, I. C. **Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea**. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.). *Juventude e Sociedade – Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 53-74.

CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013. p. 432.

CASTRO, E. G. **Juventude do Campo**. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 437-444.

CASTRO, E. G. **Juventude rural “mais que uma palavra” – uma problematização da construção de categorias sociais**. In: MOREIRA, J. R.; BRUNO, R. (org.). *Interpretações, estudos rurais e política*. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2010. p. 61-94.

CASTRO, E. G.; et al. **Os jovens estão indo embora?: Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CATI. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATi). **Programa Paulista da Agricultura de Interesse social**. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/ppais/oprograma.html>> Acesso em 8 mai. 2013.

CLAUDINO, V. Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo Social. **São Paulo formaliza 1º Compra do PAA e assina cooperação para criação de Rede Metropolitana de Banco de Alimentos**. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/noticias/?p=208571>>. Acesso em 16 jan. 2016.

CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. **Construindo um Brasil com Desenvolvimento rural Sustentável e solidário para quem nela vive e trabalha**. Disponível em <www.portalctb.org.br>. Acesso em 16 jan. 2015.

COHN, **O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude?**. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.). *Juventude e Sociedade – Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 160-179.

ECOATIVA, **Informações sobre ECOATIVA**. Disponível em: <https://www.facebook.com/casaecoativa/info?tab=page_info> Acesso em 5 dez. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas**. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.). *Juventude e Sociedade – Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

GARANHUNS, V. **Capela do Socorro, a história que o povo conta**. Itaipericica da Serra: Publicação independente, 1995.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Ed. Atlas, 2004.

IMARGEM, **O Projeto**. Disponível em: <<http://imagemdamargem.blogspot.com.br/p/o-projeto.html>> Acesso em 5 dez. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico do Brasil**. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Educação e Deslocamento, Resultados da Amostra. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 13 dez. 2015.p. 55.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Síntese de Indicadores**. Rio de Janeiro, 2012.

JACINTHO, L.R.D.C. **Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto como Ferramentas na gestão Ambiental de Unidade de Conservação: O Caso da Área de Proteção Ambiental (APA) Do Capivari-Monos, São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Recursos Minerais e Hidrogeológicos da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

MACHADO, P. C. L.; FILHO, M. P. C. L. **Dialética da Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, R. **APA BORORÉ: Subsídios à implantação**. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia, FFLCH-USP. São Paulo, 2003.

MIKETEN, Simone. **Agricultura e conservação ambiental: o caso da APA Bororé-Colônia no município de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

PERIFERIA EM MOVIMENTO. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://periferiaemmovimento.com.br/quem-somos/>>. Acesso em 5 dez. 2015.

POCHMANN, M. Juventudes em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.). **Juventude e Sociedade – Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217-241.

POCHMANN, M. **Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa**. Educ.Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 06 nov. 2015.

PRONI, M.W; CUNHA, E.M.G.P. **Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo**. Relatório Final. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; Instituto de Economia – IE; Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT; Núcleo do Estudo de População - NEPO. Campinas, 2014.

RAIMUNDO, S. **A paisagem natural remanescente na Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 2, p.19-31, abr./jun. 2006.

RIBEIRO, R. J. **Política e juventude: o que fica da energia**. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.). Juventude e Sociedade – Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 19-33.

RIBEIRO, E. M. **A política de imigração no 1º reinado: os novos coloniais de Itapecerica e Santo Amaro**. Mestrado – Departamento de História, FFLCH-USP. São Paulo, 1997.

ROSS, J. L. S. **Inundações e deslizamentos em São Paulo: riscos da relação inadequada sociedade-natureza**. Revista Territorium, 2001. p. 15-23.

SÃO PAULO. [Município]. Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras. **Dados Demográficos dos Distritos pertencentes às Subprefeituras**. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/. Acesso em: 04 jun. 2015.

SÃO PAULO. [Município]. **Prefeito sanciona lei que obriga inclusão de orgânicos na alimentação escolar**. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5440#ad-image-0>>. Acesso em 15 jan. 2016.

SÃO PAULO. [Estado]. **Secretaria do Meio Ambiente**. Disponível em: <www.ambiente.sp.gov.br>. Acesso em: 17 out. 2013.p.1, 2010.

SÃO PAULO. [Município]. Secretaria de Estado da Educação. **Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional**. Série Histórica – Matrícula da Educação básica – Estado de São Paulo 1985, 1990,1990-2014. São Paulo, 2015.

SÃO PAULO. [Município]. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. **Plano de Manejo APA Capivari-Monos**. São Paulo, 2011.p. 18.

SÃO PAULO.[Município]. Prefeitura de São Paulo. Subprefeitura Parelheiros. **Parelheiros: região sul**. Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/governos/sumario_dados/ZS>. Acesso em 26 abr. 2014.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo/Secretaria do Verde e do Meio Ambiente/Centro de Estudos da Metrópole. **Indicadores ambientais e gestão urbana: desafios para a construção da sustentabilidade na cidade de São Paulo**. São Paulo, 2008.

SÃO PAULO. [Município].Supervisão Geral de Abastecimento. **Projeto Agricultura Limpa**. Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br/abastecimento/agriculturalimpa>. Acesso em: 20 mai. 2012.

SÃO PAULO [município]. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Gestão Urbana**. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/entenda-o-plano-pagina-principal>>. Acesso em 5 nov. 2015.

SÃO PAULO [município]. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014.** São Paulo: SMDU – Gestão Urbana. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Plano-Diretor-Estrat%C3%A9gico-Lei-n%C2%BA-16.050-de-31-de-julho-de-2014-Texto-da-lei-ilustrado.pdf>> Acesso em: 28 nov. de 2015.

SÃO PAULO [município]. Secretaria Municipal da Educação. **Agricultura familiar.** Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Agricultura-Familiar-1>>. Acesso em 15 jan. 2016.

SÃO PAULO [município]. **Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo.** Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/cursos/qualificacao/index.php?p=609>>. Acesso em 02 nov. 2015.

SALDIVA apud MARICATO. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.p.46.

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil 2000/2005.** Secretaria de Economia e Planejamento. 2007.

SEPE, P. M; GOMES, S. **Indicadores ambientais e gestão urbana: desafios para a construção da sustentabilidade na cidade de São Paulo.** Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente: Centro de Estudos da Metrópole, 2008.p.66. ISBN 978-85-7060-98140-02-5

SIGAM, Sistema Integrado de Gestão Ambiental. **Rede de Agroecologia da Guarapiranga. Assinatura do Protocolo de Boas Práticas Agroambientais.** Disponível em: <www.sigam.ambiente.sp.gov.br>. Acesso em: 20 mai. 2011.

SILVA, P. V. ; MENDES, C. ; JESUS, A. F. ; BINHA, D. P. ; MONTEIRO, N. ; LEMOS, R. M. . **Programa Agricultura Limpa.** Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 2, p. 672-684, 2011.

SOARES, L. E.; **Juventude e violência no Brasil Contemporâneo.** In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.). Juventude e Sociedade – Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

STÉDILE, J. P. **Reflexões sobre as tendências do capital na agricultura e os desafios do movimento camponês.** Coletânea de Textos Para o Curso de Teoria Latino-Americana. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.p. 49-65.

STROPASOLAS, V. L. **Um marco reflexivo para a inserção da juventude rural.** In: CARNEIRO, J. M.; CASTRO, E. G.; Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

TESCH, W. Parelheiros: **O futuro é hoje.** Disponível em <<http://www.conhecendoazonasulsp.com.br/PDF/Parelheiros.Tesch.pdf>> Acesso em 8 jan.2016.

THIOLLENT apud MIKETEN. **Agricultura e conservação ambiental: o caso da APA Bororé-Colônia no município de São Paulo.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. p.22.

- UNESCO – **Educação Para todos**. Disponível em:
<<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/education-for-all/>> Acesso em 4 dez. 2015.
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Participação cidadã de adolescentes e jovens**. Brasília, 2014.
- VAINER, C. “**Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**”. In: ARANTES, O; MARICATO, e. VAINER, C. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- ZAREFF, L. **Juventude Camponesa e um projeto de vida para o campo brasileiro**. Texto elaborado para o Caderno: realidade e Conflitos no Campo, Goiás 2013 – CPT Regional Goiás, 2013.p.5.
- ZENHA, E. **A Vila de Santo Amaro**. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1977.
- WANDERLEY, M. DE. N. B.; **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. Rev.Econ. Sociol. Rural, 2014, vol.52, p.25-44. ISSN 0103-2003.
- WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: Mapa de Estudos Recentes**. Brasília: MDA/Nead, 2005.

LISTA DOS JOVENS ENTREVISTADOS

FERIANCE, Alexandre Moura. Entrevistado pela autora. São Paulo, 22 de nov. 2015.

FRANCISCO, Kelly Pereira. Entrevista pela autora. Parelheiros, 8 de out. 2015.

HELFSTEIN, Edson Guilguer. Entrevistado pela autora. Chácara Santo Amaro, 10 out. 2015.

KUNZE, Mariane Fabiana Martire. Entrevistada pela autora. São Paulo, 16 de nov. 2015.

LARA, Jaison Pongiluppi. Entrevistado pela autora. Grajaú, 10 de nov. 2015.

MIYAZTO, Kevin Yukio Murakami. Entrevistado pela autora. São Paulo, 10 de out. 2015.

OCHI, Karla Hiram. Entrevista pela autora. Marsilac, 13 de jan. 2015.

ROSA, Beatriz Kunikawa. Entrevistada pela autora. Grajaú, 10 de nov. 2015.

SANTOS, Carlos Daniel Bezerra dos. Entrevistado pela autora. Chácara Santo Amaro, 11 de out. 2015.

SANTOS, Wendel Alves dos Santos. Entrevistado pela autora. São Paulo, 16 de nov. 2015.

SILVA, Adelaide Queiroz Euclides. Entrevistada pela autora. Parelheiros, 8 de out. 2015.

SILVA, Maria de Lourdes da. Entrevistada pela autora. Marsilac, 13 de jan. 2015.

SIMÕES, Rafael. Entrevistado pela autora. São Paulo, 11 de nov. 2015.

APÊNDICE A – Conhecendo um pouco mais a agricultura da zona sul do município de São Paulo



Foto área de produção e moradia, Edson, 34 anos.
Fonte: Arquivo pessoal.



Foto área de produção, Carlos, 16 anos.
Fonte: Arquivo pessoal.



Foto área de produção e moradia, Wendel, 22 anos.
Fonte: Arquivo pessoal.

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos jovens



O PAPEL DA JUVENTUDE NA AGRICULTURA FAMILIAR NA ZONA SUL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Nome do pesquisador: Aline Dias Ferreira de Jesus

Data: __ / __ / ____

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____ Gênero: M () F ()

Cidade: _____

Endereço: _____

Q1. Onde você nasceu? É área rural? Onde mora atualmente?

Q2. Gostaria de morar na cidade (São Paulo)? Por quê?

Q3. Qual o seu projeto de vida? (Questões relativas ao estudo e ao perfil do jovem)

Q4. Quais são seus sonhos?

Q5. Você ajuda seus pais com os trabalhos no sítio?

Q6. Para você, o que é ser jovem?

Q7. Você mora no sítio? Se não, porque não mora?

Q8. Você participa de algum grupo de jovem, seja da igreja do futebol, entre outros?

Q9. Você estuda? Qual série? Prestou ENEM?

Q10. Você está vinculado a algum projeto específico governamental para os jovens?

Q11. Você conhece políticas públicas para juventude? Se sim, quais? Já acessou alguma?

Q12. Quais são suas atividades de lazer na região? Você gostaria que na região tivesse shopping, cinema, teatro entre outros?

Q13. Você ajuda seus pais no trabalho doméstico? Administrativo? Agrícola?

Q14. O que você sabe sobre Agroecologia?

Q15. Como você usa seu tempo? Manhã ? Tarde e noite?

Q16. O que seus pais pensam a respeito do seu futuro? Eles influenciam em seus projetos?

Q17. Você possui irmãos? Se sim, quantos? Idade de cada um? Eles também ajudam nas tarefas?

Q18. Você se declara camponês ou agricultor familiar? Sabe o significado de cada um desses termos?

Q 19. Como pretende viver daqui a 10 anos?

Q20. Você acha que o modo de viver (música, roupa...) dos jovens que moram no centro de São Paulo, influenciam os jovens que moram na região? Se sim, como?

Q21. Você sabe da importância ambiental da região? Se sim, o que você sabe a respeito? Qual sua contribuição para manter preservado o meio ambiente?

Q22 Você é a favor ou contra a construção do aeroporto na região? Você votaria em um candidato a favor da construção do aeroporto? Sim? Não? Por quê?

Q23. Você trabalha? É assalariado? Ou recebe ajuda financeira dos seus pais?

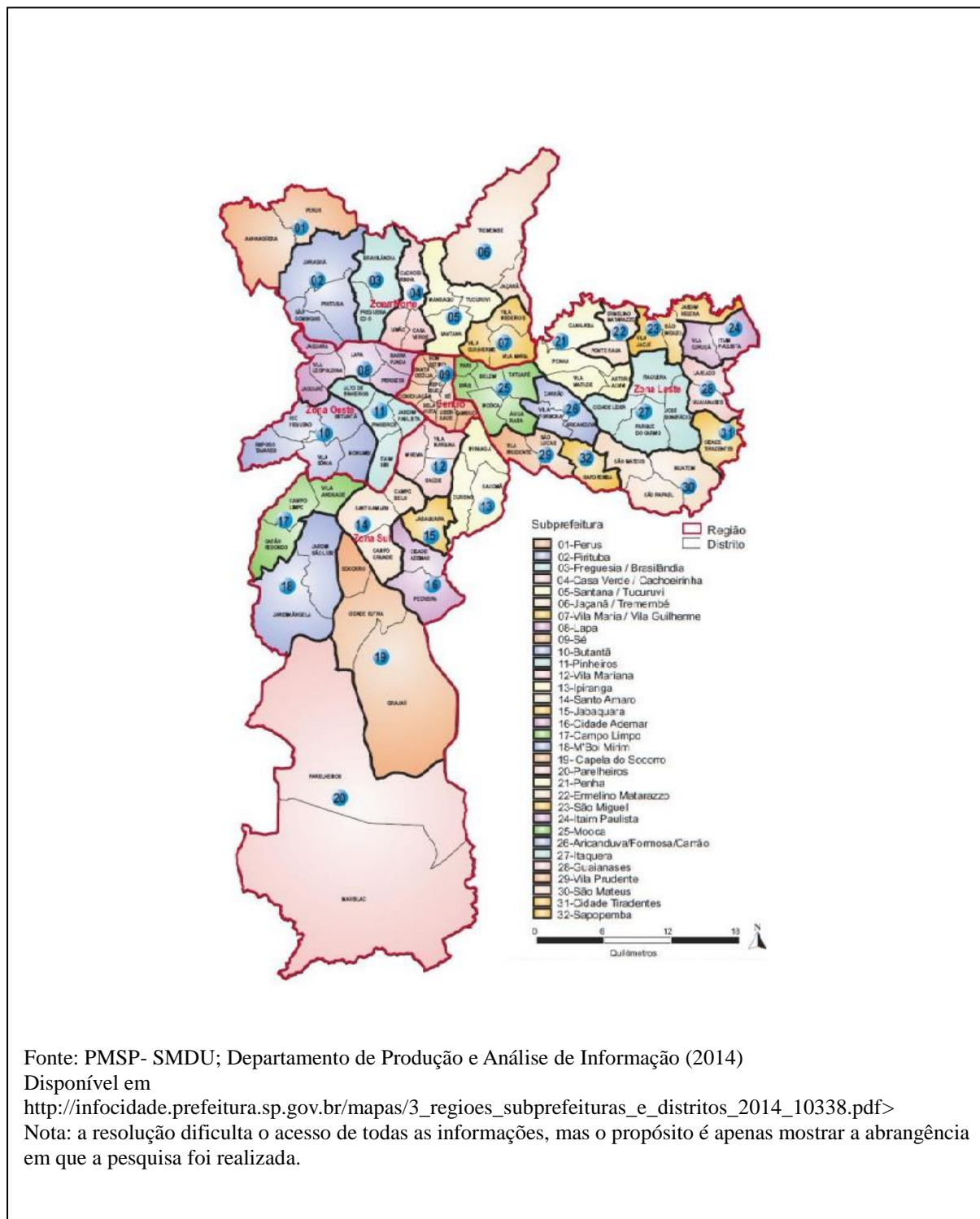
Q24. O que é qualidade de vida para você?

Q25. Quer ser agricultor? Sim? Não? Por quê?

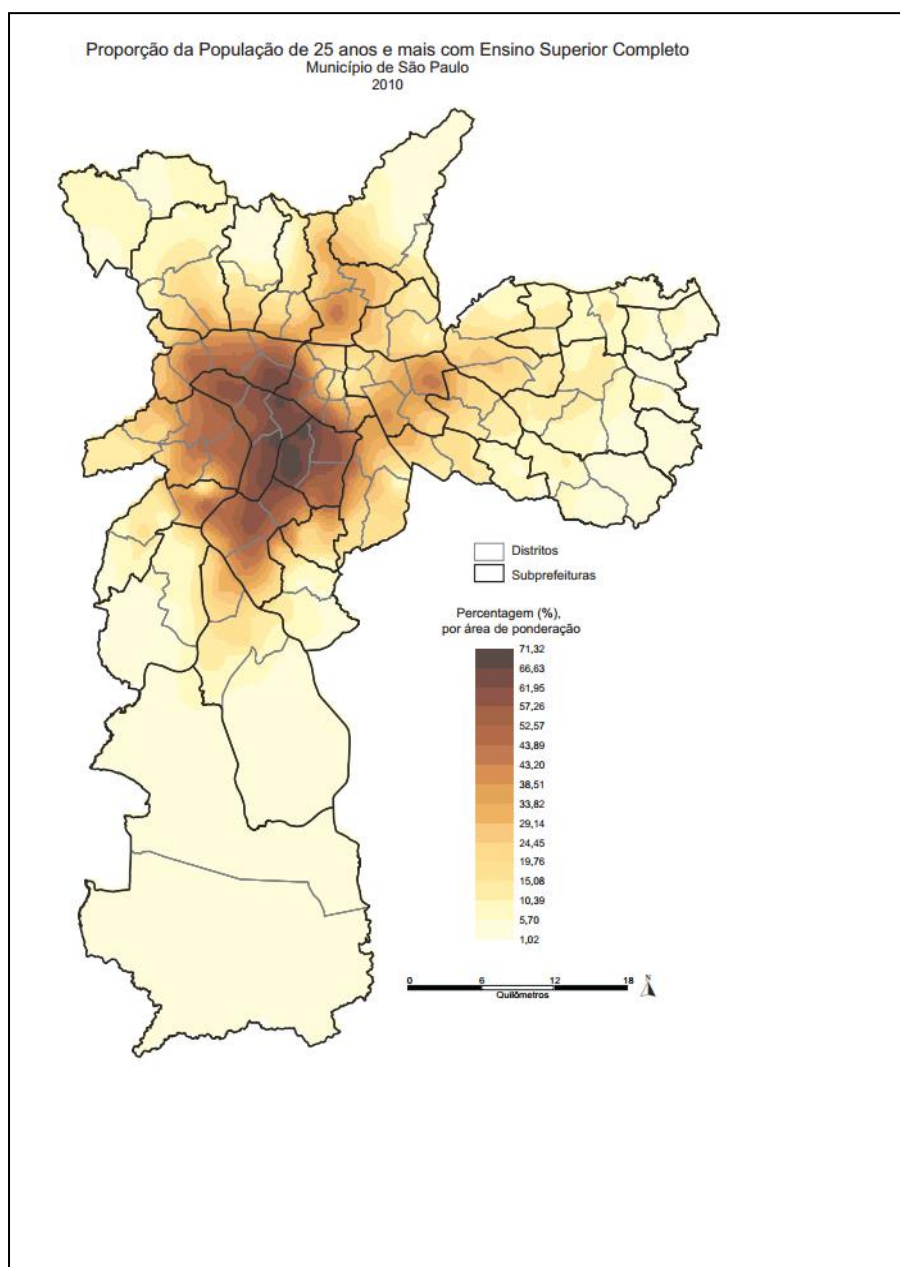
APÊNDICE C – Tabela dos jovens entrevistados de forma indireta (moradores da região).

Perfil dos jovens moradores da região						
<i>Identificação</i>	<i>Idade</i>	<i>Gênero</i>	<i>Onde mora?</i>	<i>Estuda?</i>	<i>Profissão do pai/mãe</i>	<i>Pretende sair ou ficar no campo?</i>
Rafael	16	Masculino	Parelheiros	Sim	Desempregados	ficar
Bruno	17	Masculino	Vargem Grande	Sim	Professor/vendedor	ficar
Guilherme	17	Masculino	Parelheiros	Sim	Administrador/estudante	ficar
Wellington	16	Masculino	Grajaú	Sim	Cozinheiros	ficar
Natalie	16	Feminino	Vargem Grande	Sim	Enfermeiro/auxiliar de limpeza	ficar
Henrique	16	Masculino	Colônia	Sim	Chefe de segurança/farmacêutica	sair
Lays	18	Feminino	Vila Marcelo	Não	Não informou	sair
Robson	15	Masculino	Vargem Grande	Sim	Eletricista/ do lar	ficar
Denise	17	Feminino	Parelheiros	Sim	Desempregado/empregada doméstica	ficar
José	34	Masculino	Grajaú	2º Grau completo	Aposentado/ do lar	ficar
Aliane	16	Feminino	Colônia	Sim	Pedreiro/cabeleireira	ficar
Tais	19	Feminino	Jd. São Francisco	2º Grau completo	Pedreiro/autônoma	ficar
Evian	16	Masculino	Marsilac	Sim	Artesões	ficar
Diego	16	Masculino	Grajaú	Sim	Chefe de segurança/do lar	ficar
Lorraine	16	Feminino	Grajaú	Sim	Agricultor/doméstica	sair
Wesley	16	Masculino	Grajaú	Sim	Cozinheiro/doméstica	sair
Alex	16	Masculino	Marsilac	Sim	Encanador/doméstica	sair
Felix	18	Masculino	Parelheiros	Não	Encarregado de pintura/do lar	ficar

ANEXO 1 – Mapa - Regiões, Subprefeituras e Distritos do Município de São Paulo

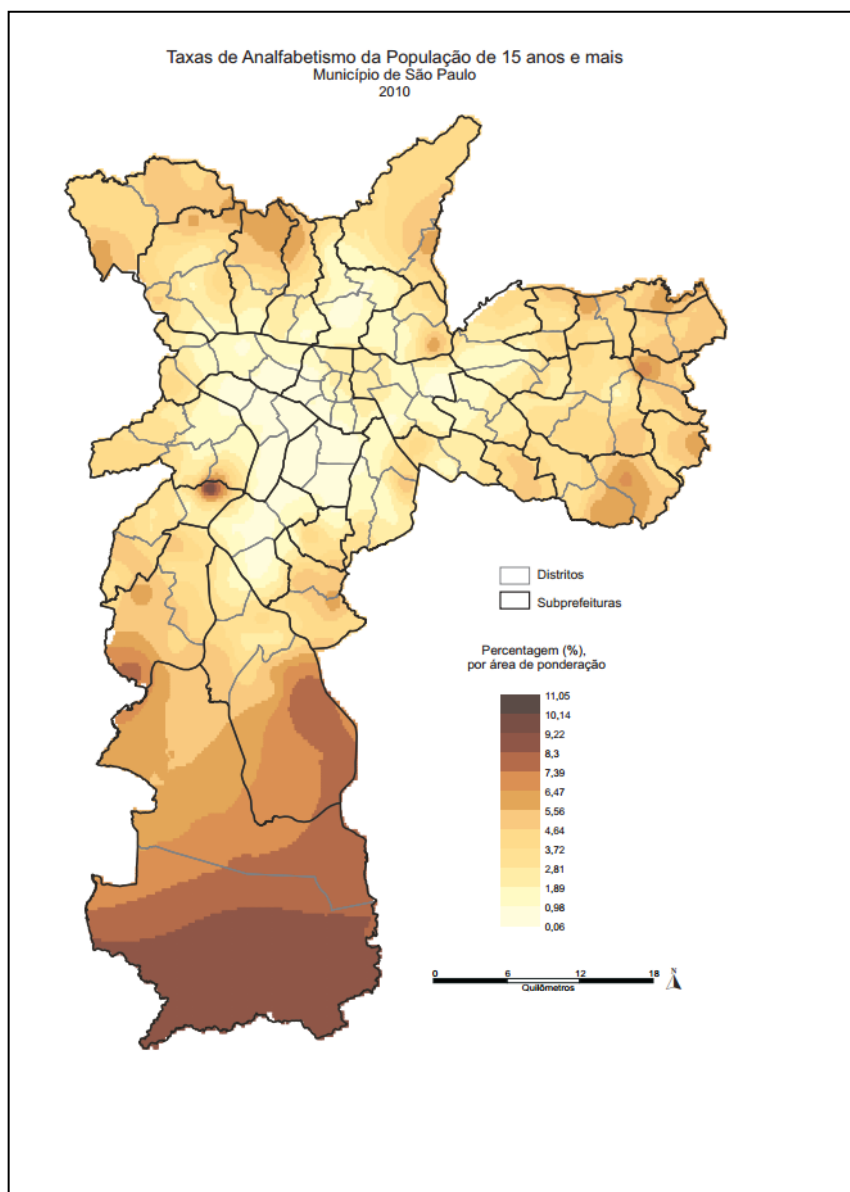


ANEXO 2 – Proporção da População de 25 anos e mais com Ensino Superior Completo, Município de São Paulo, 2010.



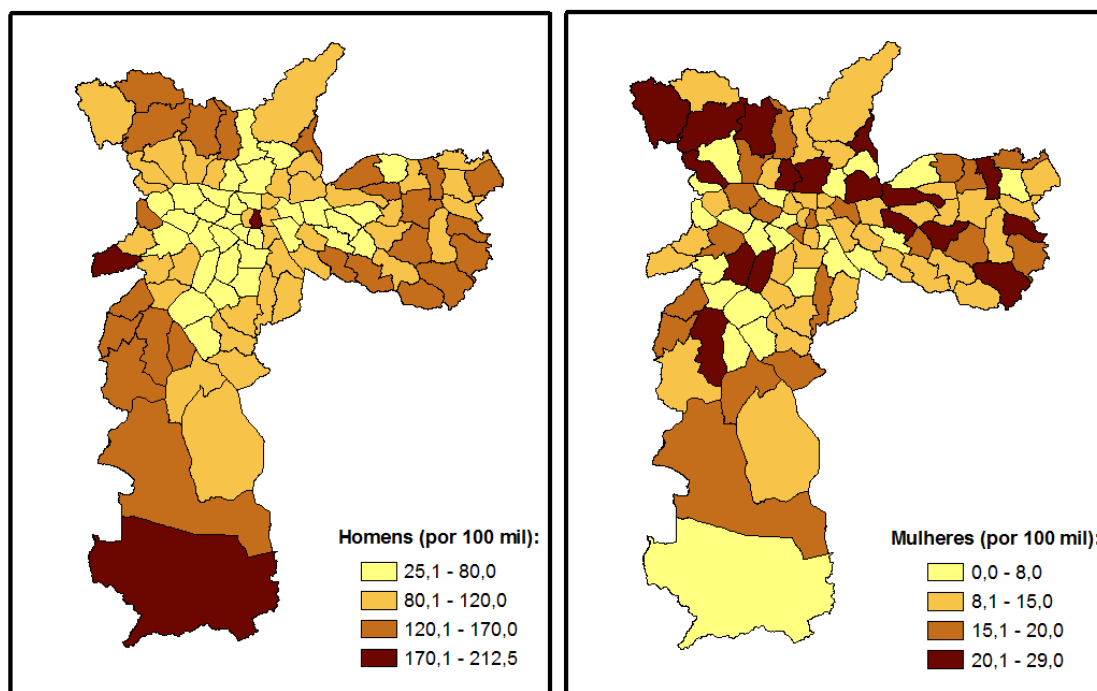
Fonte: Fundação Seade.
Elaborado por Cesit e Nepo/Unicamp (2014).

ANEXO 3 – Taxas de Analfabetismo da População de 15 anos e mais no Município de São Paulo em 2010.



Fonte: Fundação Seade.
Elaborado por Cesit e Nepo/Unicamp (2014).

ANEXO 4 – Taxas de mortalidade por causas externas (por 100 mil) na população de 15 a 29 anos por sexo (por 100 mil).Distritos do Município de São Paulo, 2013.



Fonte: Secretaria municipal de saúde de São Paulo e Fundação SEADE. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/> e <http://www.seade.sp.gov.br>.
Elaboração do mapa: Cesit e Nepo/Unicamp

ANEXO 5 – Cadastro de Produtores Rurais

Data: ____/____/____

Código da Propriedade: CPRS-000

1. Dados do Produtor:

- () Arrendatário () Meeiro sítio () Proprietário
 () Posseiro () Comodatário () Outro

Nome ou Razão Social:

End. para Correspondência:

Bairro:

Cidade:

Cep:

Telefone fixo:

Celular:

Ponto de referência:

e-mail:

DAP:

2. Dados da Propriedade:

Nome ou Razão Social:

UTM: E N

Endereço:

Bairro:

Cep:

Telefone:

CCIR:

Reside na propriedade? () Sim () Não

Tem energia elétrica? () Monofásica () Bifásica () Trifásica

Tem gerador? () Sim () Não

3. Dados do Proprietário:

Nome ou Razão Social:

Endereço para correspondência:

Complemento:

Bairro:

Cidade:

Cep:

Telefone:

Fax: ()

e-mail:

4. Nível de Instrução:

- () S/ instrução/Analf. () 1º Grau Completo () Superior Completo
 () Primário Completo () 2º Grau Completo () Outros

5. Situação civil:

- () Solteiro () Viúvo () Casado () Divorciado
 () Outros

6. Dados Pessoais e Histórico Familiar:

A família é originária de Parelheiros? () Sim () Não

Especifique:

Ano da chegada da família na região:

7. Grupo Familiar:

Nome	Idade	Escolaridade

8. Mão de Obra

Tipo	Quantidade de Funcionários
Familiar	
Temporário	
Permanente	
Meeiro	

9. Estudo Socioeconômico do Produtor

Recebe algum benefício governamental?

aposentadoria bolsa família outros.....

Tem acesso a saúde:

pública privada Qual:

Possui:

computador Telefone internet

Faz uso de transporte: público privado Qual(is)?.....

Possui: carro bicicleta moto caminhão

outro.....

Há crianças em idade escolar? Não Sim

Estão frequentando a escola? Não Sim

10. Gestão Sócio Econômico da Atividade Produtiva:

Possui algum crédito? Não Sim Qual:.....

Conhece PRONAF? Não Sim Já acessou?.....

Tem seguro rural? Não Sim Qual:.....

Tem nota fiscal do produtor? Não Sim

Faz escrituração agrícola? Não Sim

Utiliza a informática para a gestão da propriedade? Não Sim

É sindicalizado? Não Sim Qual(is) sindicato(s)?.....

Recebe alguma assistência técnica ou privada? Não Sim

Participa de alguma associação ou cooperativa? Não Sim. Qual.....

Qual a % da renda familiar da atividade agropecuária?.....

A família tem outras fontes de renda? Não Sim. Qual.....

Participa ou gostaria de participar de cursos? () Sim () Não

Quais?.....

Fez/faz curso de capacitação de atividade rural? () Não () Sim

Quais?.....

Sabe o que é produção orgânica? () Não () Sim

Faz produção orgânica ou tem interesse em fazer? () Não () Sim

11. Área total da propriedade:

Área total (ha):	
Cultura perene:	
Cultura temporária:	
Pastagens:	
Reflorestamento:	
Vegetação Natural:	
Área em descanso:	
Área complementar:	
Vegetação de brejo e várzea	

12. Dados da produção:

Produção	Área	Produtividade	Valor

13. Benfeitorias, instalações e Máquinas:

Descrição do item	Quantidade	Finalidade

14. Fertilidade do solo:

Presença de plantas indicadoras? () Não () Sim
 Matéria orgânica (Visual): () pouca () média () muita
 Granulometria: () argiloso () arenoso () misto
 Estrutura: () pouca () boa
 Compactação: () sim () não
 Vida (visual): () ausente () presente
 Cobertura morta: () sim () não
 Operações de preparo do solo (descrever):

Possui análise de solo? () Não () Sim

Resultados:

MO: Micronutrientes:
 P: Cálcio:
 K: Acidez:

Adubação/nutrição:

Fontes utilizadas (descrever):

Adubação de plantio (descrever):

Adubação de cobertura (descrever):

Recomendações:

.....

.....

.....

.....

.....

15. Pragas e Doenças:

Faz inspeções: () sim () não

Quais práticas de controle (descrever):

.....

.....

Planta	Praga	Doença	Controle

Tem local apropriado para armazenamento de produtos químicos (insumos agrícolas, produtos de limpeza e medicamentos)? () Não () não se aplica () Sim

Onde?.....

Faz tríplice lavagem das embalagens? () Não () Sim. Onde?.....

Faz descarte correto? () Não () Sim. Onde?.....

16. Produção animal

Tipo de criação animal/n° de animais

Animais	Quantidade	Produtividade

17. Comercialização da Produção

- Consumidor final Central Atacadista
 Intermediário Restaurantes
 Feiras-Livres Programas governamentais
 Mercados Outros.

Quais.....

18. Quais os principais produtos processados na propriedade:

Produto	Quantidade	Cotação do preço no mercado interno/unidade

19. Aspectos Ambientais da Propriedade

Recursos Hídricos:

- Utiliza recursos subterrâneos? Não Sim. Qual?.....
 Possui equipamento de bombeamento? Não Sim. Qual?.....
 Possui outorga? Não Sim Não sabe o que é outorga
 Presença de barramento de água superficial? Não Sim
 Há nascentes/ olho d'água na propriedade? Não Sim
 Tem áreas desprotegidas (s/vegetação) nas nascentes e beira dos rios? Não Sim

Saneamento:

- Fossa séptica a céu aberto
 Fossa negra Joga nos recursos hídricos
 Sumidouro

Lixo:

- enterrado lixão queimado coleta pública joga no rio
 outros?.....
 Realiza reciclagem? Não Sim

Que tipo?

Faz compostagem? () Não () sim

Que

material?.....

19. Gestão Ambiental da Propriedade:

Tem reserva legal? () Não () Sim

Faz averbação de área? () Não () Sim

Se não, tem interesse em fazer? () Não () sim

Já fez limpeza de rio e/ou espelho d'água: () Não () Sim

20. Manejo de recursos naturais:

Mineração: () Não () Sim () Outros.....

21. Manejo de recursos florestais e flora em geral (não madeireiros):

Utiliza madeira, lenha? () Não () Sim

Coleta semente da mata? () Não () Sim

Produz mudas de espécies nativas? () Não () Sim

Faz o manejo do reflorestamento? () Não () Sim

22. Atividades Econômicas Complementar:

Ecoturismo ou Turismo Rural? () Não () Sim. Quais?

Artesanato? () Não () Sim

Outras?.....

Observações:

Assinatura do Entrevistador

Assinatura do Entrevistado

